



MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES
SECRETARIA EXECUTIVA

Relatório de Gestão
2006

Março de 2007

Ministro de Estado dos Transportes

Paulo Sérgio Passos

Secretário-Executivo

Miguel Mário Bianco Masella

Subsecretário de Assuntos Administrativos

Estevam Pedrosa

Subsecretário de Planejamento e Orçamento

Heraldo Cosentino

Secretário de Política Nacional de Transportes

José Augusto da Fonseca Valente

Secretário de Gestão de Programas de Transportes

Pedro da Costa Carvalho

**Secretário de Fomento para Ações de Transportes,
substituto**

Luiz Cesar Brandão Maia

Relatório das Atividades do Exercício de 2006

O presente relatório, em observância à Decisão Normativa TCU nº 81, de 6 de dezembro de 2006, apresenta as atividades referentes ao exercício de 2006 da Secretaria Executiva (SE-MT), órgão de assistência direta e imediata ao Ministro de Estado, agregando nas atividades-meio: a Subsecretaria de Assuntos Administrativos (SAAD), que consolida as ações da Coordenação-Geral de Recursos Humanos, da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos e da Coordenação-Geral de Modernização e Informática; a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento (SPO), que consolida as ações da Coordenação-Geral de Orçamento, da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade e da Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação; e nas atividades-fins: a Secretaria de Política Nacional de Transportes, a Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes e a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes.

DADOS GERAIS DA UNIDADE AGREGADORA

Nome: **Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes – SE/MT.**

CNPJ (MF): 37.115.342/0001-67.

Natureza Jurídica: Administração Direta.

Vinculação: Ministério dos Transportes.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, 5º andar – Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 311-7090 – Fax: (61) 311-7845 – E-mail: secretaria.executiva@transportes.gov.br - Página na internet: www.transportes.gov.br.

Norma de Criação: Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

Finalidade: A Secretaria-Executiva – SE/MT, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - assistir o Ministro de Estado na supervisão e coordenação das atividades das Secretarias integrantes da estrutura do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

II - supervisionar e coordenar as atividades relacionadas com os sistemas federais de planejamento e de orçamento, de contabilidade, de administração financeira, de organização e modernização administrativa, de administração dos recursos de informação e informática, de recursos humanos e de serviços gerais, no âmbito do Ministério e das entidades a ele vinculadas;

III - promover a articulação entre os diferentes órgãos supervisionados pela Secretaria-Executiva;

IV - auxiliar o Ministro de Estado na definição de diretrizes e na implementação das ações da área de competência do Ministério; e

V - supervisionar as entidades vinculadas ao Ministério.

A Secretaria-Executiva - SE exerce, ainda, o papel de órgão setorial dos Sistemas de Pessoal Civil da Administração Federal - SIPEC, de Organização e Modernização Administrativa- SOMAD, de Administração dos Recursos de Informação e Informática - SISP, de Serviços Gerais - SISG, de Planejamento e Orçamento Federal – SIGPLAN e de Administração Financeira do Governo Federal SIAFI.

Organização: A Secretaria-Executiva – SE tem a seguinte estrutura interna:

1 - Gabinete - GAB

1.1 - Coordenação de Assuntos Institucionais - COAIN

1.2 - Coordenação de Apoio Técnico-Administrativo -COAT

1.2.1 - Divisão de Política Setorial de Salários - DIPOS

1.2.1.1 - Serviço de Análise - SERAN

1.2.1.2 - Serviço de Acompanhamento - SEACO

1.2.2 - Divisão de Apoio Administrativo - DIADM

- 1.2.2.1 - Serviço de Mecanografia - SEMEC
- 1.2.2.2 - Serviço de Atividades Especiais - SERAE
- 1.2.3 - Divisão de Atividades Gerais - DIAGE
- 1.2.3.1 - Serviço de Atividades Gerais - SEAGE
- 1.2.3.2 - Serviço de Controle - SECON
- 1.3 - Coordenação de Entidades Vinculadas - COEVI

1 – INTRODUÇÃO

Ao lado das atribuições inerentes a sua natureza institucional, a Secretaria Executiva, como órgão de assessoramento ao Ministro de Estado e de coordenação das atividades de gestão do Ministério dos Transportes, no ano de 2006, teve participação direta e sistemática, no encaminhamento, desenvolvimento e articulação setorial e multisetorial de ações relacionadas às questões de logística e de infraestrutura de transportes, com a busca de investimento pelo setor privado, que cada vez mais colabora com a Administração Pública, a cooperação inter e intra-governo, a identificação de gargalos e a proposição de soluções e estudos estratégicos para o aperfeiçoamento do setor, cujo extrato significativo segue abaixo.

2- DIMENSÃO DA RESPONSABILIDADE DO SETOR

2.1 - Rodovias

- Malha Rodoviária de 72 mil km, dos quais 58 mil km são pavimentados;
- Malha Concessionada: 4.483 km.

2.2 – Ferrovias

- 28 mil km de ferrovias, operados pelo setor privado por meio de concessão.

2.3 – Portos

- 40 portos públicos operados, basicamente, pelo setor privado, dos quais:
 - 21 administrados pelas Cias Docas Federais e DNIT;
 - 18 administrados por Estados e Municípios;
 - 01 administrado pela iniciativa privada, por concessão.
- 8 Companhias Docas pertencentes à União:
 - CODESP – Companhia Docas do Estado de São Paulo;
 - CDRJ – Companhia Docas do Rio de Janeiro;
 - CODESA – Companhia Docas do Espírito Santo;
 - CODEBA – Companhia das Docas do Estado da Bahia;
 - CODERN – Companhia Docas do Rio Grande do Norte;
 - CDC – Companhia Docas do Ceará;
 - CODOMAR – Companhia Docas do Maranhão, e
 - CDP – Companhia Docas do Pará.

2.4 – Hidrovias

- 28 mil km de vias navegáveis interiores e potencial de aproveitamento, a médio prazo, de mais 15 mil km;
- Efetivamente utilizadas para transporte de cargas 10 mil km.

3 - PRINCIPAIS PROBLEMAS

3.1 – Conjunturais

- Níveis dos gastos públicos em infra-estrutura, embora tenham experimentado um incremento em relação ao exercício anterior, ainda são insuficientes para o atendimento da demanda do setor.
- No caso do transportes, a situação se agravou com o fim da vinculação de recursos, com a extinção do Fundo Rodoviário Nacional.
- Parte da redução dos investimentos decorreu da transferência de atividades públicas para o setor privado. Outra parte reflete as restrições fiscais que geraram atrasos na conclusão de obras essenciais e na adequada manutenção do sistema viário federal.
- O Governo Federal, antes do advento do Projeto Piloto de Investimentos – PPI, vinha investindo menos de 1% do PIB em infra-estrutura, face às metas de superávit primário e as vinculações e transferências legais obrigatórias (saúde e educação). A CIDE não tem caráter de aplicação compulsória.
- A insuficiência de investimentos, juntamente com o crescimento da economia interna e das exportações, contribui para a aceleração do surgimento de gargalos e implicam na crescente necessidade de expansão da infra-estrutura.

3.1.1 – Rodovias

- A infra-estrutura rodoviária, com o advento do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE e outras intervenções de conserva, manutenção e restauração apresentou sensível melhoria em 2006, mas ainda possui pontos degradados com problemas nas condições físicas e operacionais (aumento do número de acidentes e perda energética elevada).
- IDADE DOS PAVIMENTOS
- Até 5 anos – 5% da malha
 - De 5 a 10 anos – 15% da malha
 - Mais de 10 anos - 80% da malha
- Baixo índice de manutenção e de recuperação da malha.
 - Inadequada oferta viária para o atendimento da crescente expansão do desenvolvimento nacional.

3.1.2 – Ferrovias

- Invasão da faixa de domínio nos centros urbanos e nos acessos aos portos.
- Idade média elevada e quantidade ainda insuficiente de vagões e locomotivas.
- Integração operacional deficiente entre concessionários.
- Malha pouco extensa, com cobertura deficiente para o atendimento da demanda reprimida, em especial nas zonas de expansão da produção agrícola.

3.1.3 - Portos

- Infra-estrutura dos portos, necessitando de investimentos (falta de berços).
- Restrições de acesso marítimo em alguns portos, mesmo com o início do programa de dragagem de manutenção e de aprofundamento.
- Restrições de acesso terrestre (rodoviário e ferroviário).
- Deficiências na articulação institucional dos agentes governamentais envolvidos: aduana, órgãos de fiscalização sanitária, polícia federal, capitania dos portos, etc.

- Dificuldade nos arrendamentos, face ao excesso de burocracia e exigências para a licitação de áreas à iniciativa privada.

3.1.4 – Hidrovias

- Dificuldade de obtenção de licenciamento ambiental.
- Obstrução de vias navegáveis por barragens sem eclusas, o que poderá se repetir no caso das novas hidrelétricas previstas para os Rios Madeira e Tocantins.
- Insuficiência de recursos para a manutenção e a expansão da infra-estrutura.

3.1.5 – Marinha Mercante

- Inadequação da frota nacional de cabotagem e de longo curso.
- Pequena participação da frota nacional nos transportes.
- Déficit elevado no balanço de fretes.
- Necessidade de aumentar a competitividade da indústria naval brasileira.

4 - VISÃO ATUAL DE GOVERNO

- Compreensão do papel estratégico da infra-estrutura e da logística de transportes como base para o desenvolvimento econômico.
- Ampliação dos investimentos em infra-estrutura voltados à expansão da malha viária e à superação de gargalos, como garantia de competitividade para o escoamento das cargas e o deslocamento das pessoas.

5 - DESAFIOS GERAIS

Infra-Estrutura de Transportes e logística capazes de:

- Atender com eficiência e segurança à demanda decorrente do crescimento interno e do comércio exterior.
- Reduzir os níveis de:
 - Ineficiência
 - Acidentes
 - Tempos de viagem
 - Custos de transportes
- Ampliar a articulação entre os agentes públicos e os privados.
- Estruturar os corredores estratégicos de transportes.
- Estimular o aumento da participação relativa dos modais hidroviário e ferroviário na matriz de transporte, com maior utilização da intermodalidade.
- Escoar com eficiência a produção de granéis sólidos e líquidos e de cargas gerais e containerizadas.
- Melhorar a qualidade do atendimento e da segurança das pessoas no transporte público.
- Apoiar o desenvolvimento da indústria do turismo.
- Viabilizar a ligação do Brasil com os países limítrofes, fortalecendo a integração na América do Sul.

5.1 - Desafios Específicos

5.1.1 – Manutenção dos Níveis de Investimento

- Em 2005 os investimentos realizados pelo Ministério dos Transportes foram de R\$ 3.936,4 milhões e em 2006 de R\$ 5.658,6 milhões, representando um crescimento percentual de 44 %.
- Há necessidade de manutenção e até mesmo de ampliação desses níveis de investimento para garantir, a curto prazo, a oferta de infra-estrutura de transportes de qualidade, em todos os modais.

5.1.2 – Reforço na Estrutura de Gestão

- A elevação dos investimentos está possibilitando o reaparelhamento e a melhoria da gestão dos órgãos da Administração Direta e Indireta, sobretudo no Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes/DNIT, na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT e na Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, todos em fase de sedimentação da implantação, que ainda apresentam alguma deficiência no desempenho operacional.
- É necessário concluir o processo de qualificação da gestão (bens e pessoas), com o aparelhamento dos órgãos, treinamento e a continuidade do processo de contratação de pessoal por concurso público

6 – ATIVIDADES COORDENADAS.

Cabe destacar as seguintes atividades principais que foram desenvolvidas por este Ministério sob a coordenação da Secretaria-Executiva ou das secretaria e subsecretaria a ela vinculadas:

No tocante às políticas e ao planejamento no setor de transportes, pode-se destacar: a elaboração do Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), que resgata a atividade de planejamento no setor, possibilitando definir as prioridades de investimento de forma estratégica e ordenada.

No setor de infra-estrutura de transporte rodoviário, o Governo Federal tem priorizado os investimentos destinados à melhoria das condições de tráfego e à redução de pontos de estrangulamento. Nesse sentido, estão sendo aperfeiçoadas as condições de trafegabilidade e segurança nas estradas de rodagem; outra parte desse esforço se traduz na estruturação de corredores estratégicos, nos quais está sendo estimulada a utilização de outros modais de transporte.

As principais ações selecionadas, no modal rodoviário, constam dos Programas: Manutenção da Malha Rodoviária Federal; Corredor Leste; Corredor Transmetropolitano; Corredor Mercosul; Corredor Nordeste; Corredor Araguaia-Tocantins; do Corredor Fronteira Norte; e Corredor Oeste-Norte.

Face ao estado crítico em que se encontravam as rodovias federais, colocando em risco a segurança e a vida dos usuários, bem como retardando o tempo de viagem e onerando o custo do transporte, foi iniciado, em janeiro de 2006 o Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE,

destinado à realização de intervenções emergenciais para a recuperação de pavimentos e execução de serviços complementares. A realização do programa, concluído em novembro/2006, permitiu melhorar as condições de segurança e conforto em 24.556 km de rodovias em 22 Estados e no Distrito Federal. No final de 2006, foram adotadas medidas necessárias para a situação pós PETSE, ou seja, para execução de serviços de prolongamento da vida útil das rodovias.

A sinalização das rodovias está intimamente relacionada com a segurança dos usuários. Dessa forma, foi lançado em julho de 2006 o Programa Pró-sinal com o objetivo de sinalizar 48 mil km de rodovias em dois anos, em 26 Estados e no Distrito Federal, incluindo a sinalização adequada de áreas de preservação ambiental.

Outra ação que objetiva a conservação da malha rodoviária federal é o Plano-Diretor Nacional Estratégico de Pesagem que visa a coibir a deterioração prematura dos pavimentos das rodovias federais ocasionada pela prática de sobrepeso por veículos de carga, com a entrada em operação, em até 5 anos, de 220 balanças (fixas e móveis) em todo o País. Em 2006, foram colocadas em operação 15 balanças fixas previstas no Plano-Diretor, que se somam a outras 34 operadas sob os contratos de Programa Conservação e Rodovias em Regime de Gestão Terceirizada - CREMA.

No ano de 2006 também observou-se a construção e/ou pavimentação de subtrechos de rodovias estratégicas para o escoamento de safras, ampliação da fronteira agrícola e para integração nacional foi priorizada, tendo sido construídos, em 2006, 281,2 km de rodovias. Foram, também, adequados/duplicados, em 2006, 192,3 km de rodovias federais, com o objetivo de superar gargalos operacionais em regiões desenvolvidas.

Está em curso o processo de consolidação da primeira Parceria Público-Privada (PPP) federal no setor de transportes, envolvendo a adequação de capacidade e melhoramentos nos trechos da BR-116, entre a Divisa MG/BA e Feira de Santana, e da BR-324 entre Feira de Santana e Salvador, com uma extensão total de 637 km.

Fortalecendo a integração física com a América do Sul foi inaugurada a ponte sobre o rio Acre, ligando Assis Brasil, no Brasil, a Iñapari, no Peru; assinado Acordo para construção de ponte sobre o rio Oiapoque, ligando Oiapoque, no Amapá, a Saint George de l'Oyapoque, na Guiana Francesa e desenvolvidos estudos preliminares para a construção da segunda ponte na região de Foz do Iguaçu, no Paraná, ligando Porto Meira, no Brasil, e Puerto Presidente Franco, no Paraguai.

Já no modal ferroviário, praticamente toda a malha brasileira, com 28,6 mil km de extensão, foi transferida à iniciativa privada, entre 1996 e 1999. Restam apenas os 215 km já construídos da Ferrovia Norte Sul, que são explorados pela VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S.A., representando a União, e operados pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD). Cabe ao DNIT melhorar as condições operacionais das ferrovias assim como prover a segurança dos usuários deste modal. Estão em andamento estudos, projetos e obras voltados à implantação e à adequação de contornos ferroviários e passagens urbanas. O intuito é corrigir graves conflitos entre a malha ferroviária e o sistema viário urbano, decorrentes do crescimento do tráfego ferroviário e do desenvolvimento das cidades.

Durante o ano de 2006 foram realizadas diversas ações, destacando-se a construção do contorno ferroviário de São Félix e Cachoeira/BA; construção do contorno ferroviário de São Francisco do Sul/SC; construção do contorno ferroviário no

município de Campo Belo/MG; construção de passagem superior sobre a linha férrea no município de Matão/SP; construção da ferrovia Norte-Sul.

Já no modal aquaviário, no esforço governamental de romper com os gargalos ao escoamento de cargas existentes nos principais portos brasileiros, o Poder Executivo criou a Agenda Portos, um esforço gerencial concentrado na realização de obras emergenciais nas áreas portuárias e suas circunvizinhanças.

Dentro dessa programação, foram executadas, em 2006, as seguintes ações: construção das instalações para inspeção fitossanitária nos portos de Santos, Rio de Janeiro, Vitória, São Francisco do Sul, Rio Grande, Itaqui e Salvador; e construção dos complexos administrativos nos portos do Rio de Janeiro, Vitória, Itaqui, Salvador e Aratu. No Porto do Rio de Janeiro, foram concluídas, também, a construção de subestação de energia elétrica e a pavimentação de áreas internas. No Porto de Itaguaí, foi feita a recuperação do sistema viário interno. No Porto de Vitória, foi feita dragagem de aprofundamento. No Porto de Rio Grande, foi concluída a adequação do acesso rodoviário. No Porto de Itaqui, foi feita adequação do acesso rodoviário.

Vale esclarecer que, à medida que são concluídos os projetos da Agenda Portos, as ações complementares vão sendo inseridas no Projeto Piloto de Investimento - PPI. Assim sendo, também foram concluídas algumas ações no âmbito desse Projeto, dentre as quais vale destacar a ampliação da retro área no Porto do Rio de Janeiro; a dragagem do canal de acesso e recuperação do molhe Sul do Porto de Itajaí; a dragagem do canal de acesso e recuperação e modernização do sistema elétrico (1ª etapa) do Porto de São Francisco do Sul; e a conclusão da primeira etapa da construção do pátio de estacionamento do terminal de contêineres do Porto de Rio Grande.

Em 2006, também foram concluídos os estudos preliminares para o Sistema de Controle e Monitoramento dos Portos (SISPORTOS), que fornecerá dados das atividades portuárias em tempo real. O SISPORTOS deverá ser implantado em 2007.

No que se refere à segurança das operações portuárias foi dado continuidade, com recursos do Tesouro Nacional, às ações relacionadas ao protocolo internacional denominado International Ship and Port Facility Security Code – ISPS Code. Vale ressaltar a contratação massiva de guardas portuários em vários portos brasileiros. O ISPS Code recebeu, do Tesouro Nacional, um investimento da ordem de R\$ 10,0 milhões.

Com a finalidade de atender a demanda reprimida do transporte de cargas e passageiros com relação ao modal hidroviário na região da Amazônia Legal, notadamente no que se refere às atividades de implantação e melhoramentos de portos fluviais, o Ministério dos Transportes, por meio do DNIT, celebrou convênios, inclusive com a CODOMAR, visando a construção de 65 terminais hidroviários, sendo 32 no Amazonas, 17 no Pará, 14 no Maranhão, 1 em Roraima e 1 em Rondônia. Os dois últimos estão em fase de elaboração de convênios.

As Administrações das Hidrovias fazem parte da estrutura organizacional do DNIT, mas são administradas, por convênio de delegação, pelas Companhias Docas.

Foram autorizados R\$ 2,4 milhões sendo que, ao final do ano foi liquidado R\$ 1,27 milhões do orçamento de 2006.

Foram executados serviços de manutenção em 9.942 km de hidrovias conforme o quadro abaixo.

ADMINISTRAÇÃO DA HIDROVIA	VÍNCULO	EXTENSÃO MANTIDA (km)
Amazônia Ocidental	CODOMAR	1.240
Amazônia Oriental	CDP	897
Araguaia-Tocantins	CDP	2.630
Nordeste	CODOMAR	1.400
São Francisco	CODEBA	1.370
Paraná	CODESP	1.020
Paraguai	CODESP	585
Sul	CODESP	800
TOTAL		9.942

Já em relação ao Fundo da Marinha Mercante, o Governo vem trabalhando no sentido de adequar e complementar as normas legais imprescindíveis à atividade e de aprimorar os procedimentos para a concessão de financiamento para os projetos prioritários de construção e reparação de embarcações, construção e modernização de estaleiros.

Ressalte-se o desenvolvimento do Sistema Eletrônico de Arrecadação do Adicional de Frete para a Renovação da Marinha Mercante (MERCANTE), que deu tratamento adequado às informações provenientes das operações de transporte de carga, implantando rotinas, com a participação de aproximadamente 20.000 usuários, como empresas de navegação, agências de navegação, consignatários de cargas e despachantes aduaneiros. Esse sistema conferiu ao setor maior eficácia, por meio de medidas de desburocratização e otimização de procedimentos, gerando redução de custos operacionais para liberação de cargas nos portos brasileiros.

Essas medidas resultaram na retomada dos investimentos na infra-estrutura de transportes, com maior disponibilidade de recursos para construção e reparação naval. No ano de 2006, foram entregues 25 embarcações, sendo que as liberações para as obras chegaram a aproximadamente R\$700,0 milhões, contemplando um estaleiro, além de embarcações. Com o fomento à construção de embarcações em estaleiros nacionais, a indústria naval brasileira encontra-se em momento de revitalização, reativando-se antigos estaleiros, ampliando-os ou implantando novas áreas industriais. Com o incremento na contratação de empreendimentos, estima-se a geração de mais de 28 mil empregos diretos e indiretos.

Na área *offshore*, a indústria naval brasileira conseguiu, em curto espaço de tempo, colocar-se entre as de ponta em âmbito internacional, sendo que, para os próximos anos, o potencial de crescimento deverá ampliar-se com a perspectiva de financiamento para construção de novas embarcações no Brasil, em substituição às unidades estrangeiras fretadas.

No que diz respeito as concessões rodoviárias, foi iniciada em fevereiro uma série de Audiências Públicas referentes à 2ª Etapa. Serão licitados mais de 2.600 quilômetros em sete trechos de rodovias federais nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Santa Catarina.

A ANTT realizou Consulta Pública no mês de setembro para colher contribuições sobre a concessão de trechos das rodovias BR-116 e BR-324 no estado da Bahia, na modalidade de Parceria Público-Privada.

Nos cerca de 1.500 km de rodovias federais concedidas fiscalizadas pela ANTT, foram realizados investimentos pelas concessionárias da ordem de R\$219,0 milhões em serviços de recuperação, conservação e manutenção, e aproximadamente R\$ 134,0 milhões em obras para melhoramentos.

O Transporte Rodoviário de Cargas teve, em 2006, consolidado o primeiro diagnóstico do setor. É possível identificar, entre outras informações, a distribuição espacial da frota de caminhões nas diversas regiões do País, a área de atuação dos operadores, a idade média da frota e sua composição por tipo de veículo. Até o final de 2006, estavam inscritos mais de 830 mil transportadores, sendo quase 700 mil autônomos, 130 mil empresas e mais de 600 cooperativas, somando uma frota total superior a 1,57 milhão de veículos habilitados ao transporte rodoviário de cargas.

Para o transporte internacional de cargas, estavam habilitadas quase 600 empresas a operar em território estrangeiro e aproximadamente 1.300 empresas estrangeiras podiam atuar em território brasileiro.

Quanto às fiscalizações da pesagem de veículos nas rodovias (excesso de peso), do vale-pedágio obrigatório, do Registro Nacional do Transportador Rodoviário de Cargas (RNTRC) e dos veículos habilitados a efetuar o Transporte Rodoviário Internacional de Cargas (TRIC), o número de veículos fiscalizados até novembro de 2006 era de 7.397.206 veículos. Em 2007, a previsão é de 8,4 milhões de veículos, com uma média mensal de 700 mil fiscalizações.

O Transporte Rodoviário de Passageiros teve ao longo do ano executadas várias ações de fiscalização. Destaque para a Operação “Fronteira Blindada”, realizada pela ANTT em conjunto com o Departamento de Polícia Federal, o Departamento de Polícia Rodoviária Federal e a Secretaria da Receita Federal para o combate ao transporte clandestino na rota fronteira do Brasil com o Paraguai, mais precisamente em Foz do Iguaçu. Ao todo, foram fiscalizados mais de 173 mil veículos, aumentando em mais de 58% o volume de fiscalizações verificado no exercício de 2005.

Ainda em 2006, foram regulamentados importantes assuntos, como o disciplinamento do transporte de bagagens e encomendas nos ônibus; a sistemática de vinculação dos proprietários à sua bagagem e definição das condições de indenizações para os casos de danos ou extravio; os procedimentos a serem adotados na aplicação do Estatuto do Idoso no âmbito dos serviços de transporte rodoviário interestadual de passageiros, considerando o previsto no Decreto nº. 5.934, de 18 de outubro de 2006; o reajuste do valor do seguro de responsabilidade civil; cessão de promoções e descontos nas tarifas do transporte interestadual e internacional de ônibus, esta última, buscando a flexibilização da política tarifária, o que dará mais competitividade ao setor, criará nichos de mercado e otimizará a utilização da frota, reduzindo custos e beneficiando os usuários.

Foi elaborada, ainda, uma cartilha educativa destinada a dar ampla divulgação aos usuários do transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros para informar sobre seus direitos e deveres.

A ANTT aprovou a nova metodologia para cálculo do reajuste tarifário do Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros para percursos superiores a 75 km.

Ainda, como ações da ANTT, temos: autorização para a elaboração do projeto da variante ferroviária Litorânea Sul, pela Ferrovia Centro Atlântica – FCA; estabelecimento, por meio de arbitragem, da tarifa e das condições para o direito de passagem pela Estrada de Ferro Carajás – EFC; fixação dos procedimentos para a comunicação de acidentes ferroviários por parte das concessionárias e autorizadas de serviço público de transporte ferroviário por meio da Resolução nº. 1.431, de 26 de abril de 2006; concessão das outorgas para a prestação não regular de serviços de transporte ferroviário de passageiros com finalidade turística e cultural.

No desenvolvimento das atividades de regulação, a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ manteve um rigoroso cumprimento de normas já editadas, visando essencialmente o estímulo à competição e à ampliação da oferta de serviços e, em consequência, aos ganhos de eficiência para o sistema. Isto foi possível mediante a adoção das seguintes medidas que possibilitaram a atualização do atendimento às demandas, notadamente na área de outorgas: contratação, através de concurso público, de 182 novos servidores o que permitiu um aumento de 49,0% na força de trabalho; implementação de uma nova dinâmica operacional; ampla reestruturação organizacional inclusive a implantação e redefinição das atribuições das unidades administrativas regionais. O desempenho significativo na área de regulação permitiu que a Agência, no decorrer do exercício, pudesse analisar e emitir 9 (nove) Termos de Autorização para construção/ampliação de terminais de uso privativo exclusivo ou misto, e 47 (quarenta e sete) para a exploração de serviços de transporte aquaviário, superando assim a meta programada em 40%.

Encontram-se em fase de elaboração e/ou revisão 12 (doze) atos normativos na área de portos; área de navegação marítima e de apoio e área de navegação interior.

Com relação ao comportamento das atividades do mercado regulado pela ANTAQ, convém destacar a contribuição da Agência para que, no exercício de 2006, o País conseguisse um aumento de 5% na movimentação geral de cargas (granéis sólidos, líquidos e carga geral), cuja movimentação em toneladas passou de 649.418.781 em 2005 para cerca de 682.000.000; e o aumento na movimentação de unidades de contêineres de 3.603.825 unidades em 2005 para cerca de 3.900.000 unidades, representando um crescimento de 7.4% em 2006.

No que se refere a inclusão social, o Ministério dos Transportes a promove de duas formas: a primeira é decorrente da sua própria atividade-fim e ocorre pela geração de empregos, quando são executadas obras de infra-estrutura de transportes e pela possibilidade de abertura de novos empreendimentos inerentes às obras executadas. A segunda advém da definição de políticas públicas que são concretizadas por meio de projetos como o Passe Livre e o Programa de Redução de Acidentes no Trânsito - PARE.

O Programa Passe Livre concede credencial para as pessoas portadoras de necessidades especiais viajarem gratuitamente em ônibus interestadual. Em 2006 foram analisados e revisados 108.046 processos e emitidas 50376 credenciais, representando decréscimo em torno de 25,0% no número de credenciais emitidas em relação ao ano anterior.

O PARE foi criado em 1993 como uma atividade permanente no Ministério dos Transportes, atuando por meio de ações educativas, de comunicação e de mobilização social, visando a prevenção e redução de acidentes no trânsito, o resgate da postura da cidadania e uma mudança de comportamento nos indivíduos, privilegiando a civilidade, o respeito ao próximo e a formação de uma nova consciência no trânsito. As principais ações realizadas em 2006 foram: execução de campanhas “Amigo da Vez” em dezenas de rodovias brasileiras em todo o país, destacando-se os estados do Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, geralmente em parceria com os Detrans locais; continuidade da campanha nacional “Cansaço Mata: Dê um tempo para uma parada”, distribuição de materiais da campanha permanente “Amigo da Vez” acompanhado das revistas “Guia Fácil” e “Olho Vivo”, nos seguintes estados: Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Bahia.

Com relação à esfera internacional, é oportuno registrar:

- Ampliação da dinâmica transfronteiriça do Brasil com a Argentina, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai e Uruguai, com discussões avançadas no âmbito das comissões bilaterais, de modo a possibilitar a operacionalização dos Acordos firmados com aqueles países, referentes à construção de novas pontes rodoviárias internacionais.
- Discutidas as possibilidades de cooperação e ampliação da agenda de diálogo com missões de autoridades africanas.
- Renovado o Acordo de navegação e de transporte marítimo com a Argélia e assinado o Acordo trilateral com a África do Sul e a Índia.
- No âmbito das relações multilaterais, o Ministério participou das reuniões bloco a bloco (Mercosul-União Européia), Mercosul-Chile, Organização Mundial do Comércio, Iniciativa de Transporte do Hemisfério Ocidental e, principalmente, da iniciativa para a Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana, com o acompanhamento permanente de projetos estratégicos brasileiros de infraestrutura de transporte.

Outras ações coordenadas pela Secretaria-Executiva estão detalhadas nos anexos relatórios das unidades que lhe são supervisionadas.

DADOS GERAIS DA UNIDADE CONSOLIDADORA

Nome: Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD/SE/MT.

CNPJ (MF): 37.115.342/0001.67

Natureza Jurídica: Administração Direta.

Vinculação: Ministério dos Transportes.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco "R", 2º andar – Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 33117878 – Fax: (61) 3311-79-05 – Página na internet: www.transportes.gov.br.

Norma de Criação: Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

Finalidade: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I – planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Organização e Modernização Administrativa, de Administração dos Recursos de Informação e Informática, de Recursos Humanos e de Serviços Gerais, no âmbito do Ministério;

II – promover a articulação com os órgãos centrais dos sistemas federais referidos no inciso I e informar e Orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III – promover e coordenar a elaboração e a consolidação dos planos, programas e atividades da sua área de competência, submetendo-os à decisão superior;

IV – acompanhar e promover a avaliação de projetos e atividades; e

V – realizar tomadas de contas dos ordenadores de despesas e demais responsáveis por bens e valores públicos e de todo aquele que der causa a perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao Erário.

Organização: A Subsecretaria de Assuntos Administrativos tem a seguinte estrutura:

1 – Serviço de Apoio Administrativo – SAA

2 – Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI

2.1 – Coordenação de Modernização – COMOR

2.1.1 – Serviço de Métodos – SEMET

2.1.2 – Serviço de Normas e Manuais – SENOR

2.1.3 – Serviço de Estudos Organizacionais- SEST

2.1.4 – Serviço de avaliação de Produtos e Serviços – SEAPS

2.2 – Coordenação de Informação – CORIN

2.2.1- Divisão de Biblioteca – DIBIB

2.3 – Coordenação de Informática – COINF

2.3.1 – Serviço de Desenvolvimento de Sistemas – SEDEN

2.3.2 – Serviço de Comunicação de Dados – SECOD

2.3.3 – Serviço de Atendimento ao Usuário – SEAU

2.3.4 – Serviço de Controle – SERCON

- 3 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH**
 - 3.1 – Serviço de Apoio Administrativo – SEAP
 - 3.2 – Serviço de Articulação de Informações – SEAINF
 - 3.3 – Serviço de Execução Orçamentária e Financeira de Pessoal – SEOF
 - 3.4 – Serviço de Assistência Médico-Social – SAMS
 - 3.5 – Coordenação de Acompanhamento de Normas e Orientação Técnica – COTEC
 - 3.5.1 – Divisão de Estudos e Normas de Recursos Humanos – DINOR
 - 3.5.2 – Divisão Administrativa para Assuntos Técnicos, Judiciais e Disciplinares – DITEC
 - 3.6 – Coordenação de Administração de Pessoal Ativo – COAD
 - 3.6.1 – Divisão de Treinamento e Capacitação de Recursos Humanos – DITC
 - 3.6.2 – Divisão de Benefícios – DIBEN
 - 3.6.3 – Divisão de Cadastro – DICAD
 - 3.6.3.1 – Serviço de Registro Funcional – SEREF
 - 3.6.3.2 – Serviço de Movimentação e Lotação – SEMOL
 - 3.6.3.3 – Serviço de Cálculos de Remuneração – SECR
 - 3.7 – Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e de Pensionistas – COAP
 - 3.7.1 – Divisão de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão –DIVAP
 - 3.7.1.1 – Serviço de Cadastro de Aposentados e Instituidores de Pensão – SERCA
 - 3.7.1.2 – Serviço de Concessão e Revisão de Aposentadorias – SECOP
 - 3.7.2 – Divisão de Concessão e Revisão de Pensões – DICOP
 - 3.8 – Coordenação de Pagamento de Aposentadorias e de Pensionistas – COPAP
 - 3.8.1 – Divisão de Cálculos e Pagamento de Aposentadorias e Pensões – DICAP
 - 3.8.1.1 – Serviço de Cálculos e Pagamento de Aposentadorias – SECAP
 - 3.8.1.2 – Serviço de Cálculos e Pagamento de Pensões – SEPEN

- 4 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL**
 - 4.1 – Serviço de Apoio Administrativo – SERAP
 - 4.2 – Coordenação de Material e Patrimônio – COMAP
 - 4.2.1 – Divisão de Material – DIMAT
 - 4.2.1.1 – Serviço de Cadastro e Compras – SECC
 - 4.2.2 – Divisão de Patrimônio – DEPAT
 - 4.2.2.1 – Serviço de Almoxarifado – SEMAX
 - 4.2.2.2 – Serviço de Controle Patrimonial – SECP
 - 4.3 – Coordenação de Atividades Administrativas – COAA
 - 4.3.1 – Divisão de Engenharia – DIENG
 - 4.3.2 – Divisão de Atividades Administrativas – DIAAD
 - 4.3.2.1 – Serviço de Transportes – SETRAN
 - 4.3.2.2 – Serviço de Administração de Edifícios e Manutenção Predial – SAEMP
 - 4.3.2.3 – Serviço de Protocolo – SEPRO
 - 4.4 – Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira – COEX
 - 4.4.1 – Serviço de Atos e Contratos – SEAC
 - 4.4.2 – Divisão de Análise Orçamentária e Financeira – DEORF
 - 4.4.3 – Divisão de Execução Orçamentária – DEORC
 - 4.4.3.1 Serviço de Controle Orçamentário – SEORC
 - 4.4.4 – Divisão de Execução Financeira – DEFIN
 - 4.4.4.1 – Serviço de Pagamento – SEPAG

Diante a decisão normativa TCU nº 71, de 7 de dezembro de 2005, a Subsecretaria de Assuntos Administrativos apresentará a seguir as atividades consolidadas das contas da Coordenação-Geral de Recursos Humanos e da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos.

DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Coordenação-Geral de Recursos Humanos – CGRH/SAAD/SE/MT.

CNPJ (MF): 37.115.342/0032-63.

Unidade Gestora: 390007.

INTRODUÇÃO

Para dar conhecimento formal das atividades desta Coordenação Geral e atender exigências normativas dos órgãos de comando do Sistema Federal de Controle, é apresentado este Relatório de Gestão, que integrará o processo de Tomada de Contas Anual e está desenvolvido a partir dos seguintes pontos:

- a) finalidades e atribuições essenciais da CGRH;
- b) resultados alcançados no exercício de 2006;
- c) perspectivas para o exercício de 2007;
- d) considerações gerais; e
- e) considerações finais.

DESENVOLVIMENTO

I - FINALIDADES E ATRIBUIÇÕES ESSENCIAIS da CGRH/MT

Como unidade administrativa da estrutura organizacional da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, da Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes, à Coordenação-Geral de Recursos Humanos compete, no âmbito da Pasta, formular proposta de implementação da política de recursos humanos; orientar e coordenar a execução da política de recursos humanos, de assistência e de medicina social, bem como propiciar o suprimento de recursos humanos.

No desempenho de suas atividades, atua como unidade administradora e executora dos assuntos afetos a recursos humanos, enquanto a Secretaria-Executiva, em relação ao Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal – SIPEC, interage como órgão setorial.

II - RESULTADOS ALCANÇADOS NO EXERCÍCIO DE 2006

No exercício a CGRH/MT, como demonstram os quadros em anexo, atingiu significativos objetivos e metas no desempenho de suas atividades.

A Coordenação de Administração do Pessoal Ativo-COAD, atuou intensamente no planejamento e supervisão das atividades relativas ao cadastro funcional, ao controle do pagamento, à capacitação ao treinamento e ao plano de assistência aos servidores.

Nesse contexto, foram desenvolvidos projetos voltados à habilitação de servidores e promovidas políticas de aprimoramento da qualidade vivencial.

Assim, possibilitou-se aos servidores ativos, aposentados e pensionistas um atendimento na área de saúde mais dinâmico e eficaz, após a complementação do Quadro de Pessoal técnico, com a terceirização. Tal realidade é ainda mais promissora

com a expectativa de reestruturação dos consultórios odontológicos e ambulatoriais, cujas necessidades foram oficialmente definidas.

Outro importante fato foi a repactuação do plano de assistência à saúde atualmente em vigor, resultando em parcelas menos onerosas aos participantes, do que as propostas originalmente pela entidade prestadora dos serviços. Ainda, a liquidação da dívida com a UNIMED, hoje sanada.

A atuação integrada de vários setores permitiu à CGRH atender eficazmente aos pedidos de informação para atendimento de processos judiciais, e administrativos, nas concessões e pagamentos de ordem beneficiária dos servidores.

No entanto, apesar do empenho desta CGRH/MT, no ano de 2006, a condução de algumas propostas de custeio desta não se executaram, por limitarem-se apenas aos recursos efetivamente liberados pela Secretaria de Orçamento Federal/SOF. E sob esse contexto burocrático – a previsão que não se torna real provisão dos recursos solicitados – é que as atuações se viram prejudicadas, impedindo a resolução plena e definitiva das seguintes pendências administrativas:

- a quitação total do passivo atual de exercícios anteriores, tendo em vista o saldo superavitário das verbas de custeio desta CGRH, ao fim do Exercício 2006, mas não autorizado pela SOF;

- o não pagamento de aproximadamente 90% do montante do passivo dos 28,86%, devido aos servidores reintegrados, ativos cujo direito já foi reconhecido pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;

- a incapacidade de contratação de um plano de saúde mais satisfatório aos servidores desta Pasta, tendo em vista as limitações orçamentárias, que tornam o público deste Órgão desinteressante às empresas do ramo.

As atividades da Coordenação de Administração de Aposentados, Instituidores de Pensão e Pensionistas – COAP direcionam-se à concessão, revisão e manutenção de aposentadorias e pensões, razão pela qual todas as atividades e rotinas estabelecidas visam agilizar a análise de, aproximadamente, 70.000 (setenta mil) processos pendentes.

No exercício sob análise, verificou-se considerável acréscimo do número de processos de aposentadorias e pensões analisados, o que traz um reflexo positivo para o setor, visto que um dos maiores problemas enfrentados por este órgão está relacionado a esta demanda que se constitui em objeto de várias ações da Coordenação Geral de Recursos Humanos e demais autoridades deste Ministério para sua solução em face das determinações contidas na Decisão 950/2000-TCU-PLENÁRIO (cópia anexa).

Registre-se, por oportuno, que grande parte do acervo documental relativo aos servidores do extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem (DNER), encontra-se sob a guarda do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes – DNIT, disseminado em suas dependências regionais localizadas em diversos Estados, nem sempre em boas condições de ordenamento e conservação, sendo certo que tal circunstância dificulta ação mais eficaz no atendimento de pleitos dos aposentados e pensionistas originários da antiga autarquia.

Por igual razão ficam prejudicados, também, os atendimentos aos pedidos de informações desta natureza apresentados por órgãos judiciais e de controle externo (TCU, SFC/PR, etc.).

Em conseqüência, apesar de todas as dificuldades enfrentadas no período, alguns indicativos demonstram que, no exercício passado, operou-se com mais eficácia no desenvolvimento das atividades, merecendo destaque aquelas que se constituem em tarefas prioritárias no âmbito da Unidade e subsidiam o desenvolvimento de todas as demais atividades da área:

ATIVIDADE	ANO DE 2005	ANO DE 2006	ACRÉSCIMO (%) aproximado
ELABORAÇÃO DE FICHAS SISAC	1.362	1.460	7,4%
PENSÃO - CONCESSÃO	2.400	2.604	8,5%
PROCESSOS HOMOLOGADOS PELA SFC/PR	780	976	25%
SALÁRIO – FAMÍLIA (INCLUSÃO DE DEPENDENTES)	218	485	123%
PROCESOS ADMINISTRATIVOS TRABALHADOS	6.293	9.994	59%
PROCESSOS JUDICIAIS TRABALHADOS	1.805	2.097	16%

Relativamente, ainda, a esta Unidade, deve ser destacado que aproximadamente 90% (noventa e dois por cento) dos documentos destinados às diversas unidades desta Coordenação, através dela, tramitaram em face do estabelecimento de novas rotinas de trabalho com o objetivo de proporcionar às unidades de execução, mecanismo de controle mais eficazes e maior disponibilidade de tempo para a efetiva execução de suas competências;

Pode-se destacar, também, as seguintes atividades:

- Acompanhamento da implantação e execução das atividades dos Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes instalados em 14 unidades da federação, vinculados diretamente à Coordenação Geral de Recursos Humanos, destinados ao atendimento da clientela de aposentados e pensionistas deste Ministério, conforme Portarias Ministeriais de nºs 092/2004/GM e 422/2004/GM, conforme relatório específico em anexo;

- Acompanhamento dos trabalhos da Coordenação Geral de Modernização e Informática no que se refere à integração dos SISTEMAS DE RECURSOS HUMANOS (SIGEF), destinados a subsidiar as atividades desta Coordenação relativa à execução de atividades aplicáveis aos aposentados e pensionistas deste Ministério;

- Acompanhamento dos trabalhos da Coordenação Geral de Modernização e Informática no que se refere ao levantamento dos equipamentos e sistemas de informática utilizados pelos Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes instalados em 14 unidades da federação, vinculados diretamente à Coordenação Geral de Recursos Humanos;

- Estabelecimento de novas rotinas de trabalho, em face da demanda gerada com a transferência dos aposentados e pensionistas do Extinto Departamento Nacional de Estradas e Rodagem para a folha de pagamento deste Ministério em abril/2002;

- Acompanhamento da implantação da Central de Relacionamento do Ministério dos Transportes no que se refere ao atendimento telefônico à clientela de aposentados e pensionistas deste Ministério e distribuição da demanda gerada, dando tramitação e

concluindo 101.915 (cento e um mil novecentos e quinze) solicitações formuladas por meio de ordens de serviço registradas naquela central, em todo o exercício de 2006;

- Recadastramento de 31.631 (trinta e um mil seiscentos e trinta e um) aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes com aniversário a partir da competência do mês de setembro de 2006, mês em que foi iniciada a referida atividade;

- Segunda emissão de correspondência aos beneficiários de aposentadoria e pensão que não atenderam à primeira chamada para o recadastramento, elaboração de listagens e relatórios, visando o acompanhamento das suspensões de pagamento dos aposentados e pensionistas não recadastrados;

- Treinamento específico em serviço para aperfeiçoamento das equipes desta Coordenação, localizadas nos Núcleos de Recursos Humanos do Ministério dos Transportes. Registre-se que a maior parte dos funcionários lotados nos Núcleos exerciam, em seus órgãos de origem (DNER, EBTU e PORTOBRÁS) funções incompatíveis com as atividades administrativas necessárias para o atendimento de aposentados e pensionistas.

A Coordenação de Acompanhamento de Normas e Orientação Técnicas – COTEC tem por competência coordenar e acompanhar a aplicação da legislação de pessoal e prestar orientação técnica específica.

No exercício presente a COTEC, mais especificamente, desenvolveu atividades na instrução de processos referentes às cessões de servidores; concessões de ajuda de custo, de transportes e de auxílio moradia; ressarcimento de despesas com salários de servidores cedidos e requisitados; relativos a participações em cursos de capacitação profissional, bem como incorporação de quintos, aposentadorias, pensão, acumulação de salários, gratificações e redistribuição.

Atuou, também, em conjunto com outras unidades, na instrução administrativa de processos judiciais.

A seguir, numericamente, o resumo das atividades da COTEC:

I T E M	ASSUNTO	QUANTIDADE		COMPARATIVO COM O EXERCÍCIO ANTERIOR
		2005	2006	ACRÉSCIMO/ DECRÉSCIMO -%
01	Avisos/GM elaborados	10	10	
02	Cartas expedidas	0	17	
03	Cessões de servidores/empregados	99	131	32,32%
04	Documentos em caixas na DITEC aguardando retorno de processos do MPOG	0	4	
05	Fax expedidos	4	161	3.925,00%
06	Liminares deferidas aguardando análise da força executória		4	
07	Mandado de Segurança em caixas na DITEC aguardando manifestação do juiz		42	
08	Mandado de Segurança sem Liminar Deferida		5	
09	Material coletado e armazenado em pastas	182	185	1,65,00%
10	Memorando expedidos	14	60	328,57%
11	Notas de cessão expedidas	99	131	32,32%
12	Notas Técnicas expedidas	01	01	
13	Ofícios expedidos pela DITEC		1.146	
14	Ofícios expedidos para instrução de Mandado de Segurança		3	
15	Ofícios/CGRH/SAAD/SE/GM elaborados pela DINOR	127	141	11,02%
16	Portarias elaboradas	38	62	65,79%

17	ANÁLISE DIVERSAS E INFORMAÇÕES PRODUZIDAS SOBRE:	2005	2006	
17.1	Ação Judicial	4	8	100%
17.2	Acumulação (cruzamento de dados)	21	01	-95,24%
17.3	Ajuda de Custo	29	29	
17.4	Ajuda de Transportes	17	21	23,53
17.5	Anistia	4	0	
17.6	Aposentadoria	10	16	60,00%
17.7	Auxílio Moradia	8	9	12,50
17.8	Cessão/Requisição	491	495	0,81%
17.9	Classificação de cargos	4	0	
17.10	Curso de Capacitação	93	80	-13,98%
17.11	Gratificação/vantagens	3	17	466,67%
17.12	Licenças	3	0	
17.13	Outros	55	16	-70,91%
17.14	Pensão	12	6	-50,00%
17.15	Processos Administrativos disciplinar	0	9	
17.16	Quintos/décimos	5	9	80,00%
17.17	Redistribuição	11	4	-63,64%
17.18	Ressarcimento	158	140	-11,39%

18	PROCESSOS:	2005	2006	
18.1	Recebidos para distribuição		7.038	
18.2	Retornados informados		6.581	
18.3	Proc recebidos para distribuição média mensal		586,50	
18.4	Proc retornados e informados média mensal		548,41	

19	PROCESSOS JUDICIAIS ENCAMINHADOS:	2005	2006	
19.1	CONJUR desp. COAP/NAJ		332	
19.2	CONJUR desp. COAP/SERCA		116	
19.3	CONJUR desp. DICAD/COAD		33	
19.4	CONJUR desp. DICAP		1.005	
19.5	CONJUR desp. DITEC		1.931	
19.6	A outros órgãos		57	
19.7	Ao Arquivo Geral		449	
19.8	Para as Unidades da CGRH		5.920	

20	PROCESSOS NAS CAIXAS:	2005	2006	
20.1	Aguardando manifestação do Juiz (Alvará Judicial)		14	
20.2	Aguardando documentos		89	
20.3	Aguardando manifestação da AGU		27	

A Coordenação de Pagamento de Aposentados e Pensionistas – COPAP é responsável pela manutenção do pagamento de servidores inativos.

No exercício, a tônica foi a de dar continuidade à implementação de novas rotinas de trabalho para o atendimento das diversas demandas da clientela.

Ponto de destaque são as providências atinentes ao atendimento das determinações constantes do relatório final da comissão constituída para apurar responsabilidades sobre depósitos efetuados na conta de servidores inativos e pensionistas após os respectivos óbitos, por falta da comunicação da ocorrência a este órgão, tanto por parte familiares como de representantes legais.

Em consequência, por instâncias desta CGRH, a Coordenação Geral Modernização de Informática – CGMI promoveu revisão geral de todo o sistema em uso (para a concessão de auxílio funeral e controle de óbitos de servidores aposentados e pensionistas), visando maior celeridade ao processo de exclusão dos pagamentos de falecidos, de modo a evitar a realização de depósitos indevidos.

Além disto, atualmente, os relatórios gerados pelo sistema permitem a verificação do número dos pedidos de reversão e o valor pendente de reversão por parte dos estabelecimentos bancários.

Outro procedimento que passou a ser adotado com o objetivo de recuperar valores indevidamente creditados por ausência de comunicação de óbitos e não revertidos pelas instituições bancárias, é o de compensação, isto é, lançando, como débito, nas planilhas de cálculos destinados ao levantamento de valores devidos a servidores aposentados e pensionistas a título de exercícios anteriores, aqueles outros creditados indevidamente.

Merece destaque o novo sistema desenvolvido pela Coordenação-Geral de Modernização e Informática para o cálculo de exercícios anteriores de aposentados, a partir de agosto de 2006.

No trato processos relativos às ações judiciais, diante da exigüidade dos prazos processuais estabelecidos pelos organismos judiciais e pela Consultoria Jurídica do órgão, foram adotados medidas de agilização dos procedimentos.

Uma delas, em face do aumento da demanda específica, é apresentada pelo controle dos processos de alvarás judiciais, que passou a ser feito separadamente.

Em números a atuação do setor:

ATIVIDADE ANÁLISE DE PROCESSOS JUDICIAIS	Exercício 2005	Exercício de 2006	AC/DEC (%)
Análise de processos judiciais relativos a mandados de segurança, ações ordinárias, ações de rito sumário e outros.	4.362*	4.627	0,61%
Análise de processos judiciais relativos a alvarás judiciais	-	2.506 *	100%
Análise de processos relativos a alvará judicial com pagamentos realizados no sistema SIAPE	589	324	(45%)
Análise de processos relativos a alvará judicial com pagamentos realizados EXTRA-SIAPE	315	406	(29%)
Análise de processos relativos a inclusão/exclusão de pensão alimentícia	220	234	0,64%
TOTAL DE PROCESSOS E DOCUMENTOS ANALISADOS	5.486	8.097	47,60%

QUADRO II - ATIVIDADES NÃO MENSURÁVEIS

Emissão de fichas financeiras de servidores aposentados	Não mensurável
Atendimento telefônico	Não mensurável

Obs.: as atividades descritas como não mensuráveis são aquelas executadas rotineiramente como subsídio para a análise de todos os processos e documentos que tramitam no setor.

Na área responsável pela manutenção de pagamentos de pensionistas os números são estes:

QUADRO I-CALCULOS DE PROCESSOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

ATIVIDADES EXECUTADAS	EXERCÍCIO 2005	EXERCÍCIO 2006	AC/DEC (%)
Processos administrativos calculados, conferidos e lançados no sistema SIAPE e aguardando pagamento pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão conforme critérios estabelecidos pela Portaria-Conjunta SRH/SOF nº. 1, de 28 de setembro de 2005.	450	1039*	130,89%
Processos calculados e conferidos para lançamento no sistema-siape-pensionistas com valores diferentes- O módulo de exercícios anteriores não admite os lançamentos - aguardando orientações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão sobre os procedimentos a serem adotados.	180	298	65,56%
Processos calculados e conferidos-vinculados a processos de ação judicial	316	413	30,70%
Processos calculados e conferidos – aguardando lançamento no Sistema Siape		68	100%
Processos calculados com geração de débitos	-	67***	100%
TOTAL DE PROCESSOS TRABALHADOS	946	1885	99,27%

III - PERSPECTIVAS PARA O EXERCÍCIO DE 2007

A rigor, exercício a exercício, ressalvadas as mudanças de ordem legal e regulamentar que venham a ocorrer, as atividades de recursos humanos apresentam um certo caráter rotineiro.

Todavia, em sentido global, busca-se metodologias que otimizem a execução das atividades, através da elevação do nível de capacitação dos servidores, pelo investimento em recursos tecnológicos e pela adoção de novas práticas operacionais.

Terão realce especial, entretanto:

- O prosseguimento dos trâmites relativos à realização do concurso público;
- Estabelecimento do convênio com o DNIT com vistas a melhorias operacionais dos diversos Núcleos Regionais de Recursos Humanos;
- Melhoria no atendimento dos aposentados e pensionistas vinculados ao Núcleo de Recursos Humanos do Rio de Janeiro, no tocante à realização de perícias médicas, através de convênio com o DNIT/RJ.
- Melhoria no sistema de segurança interna das dependências da CGRH.

IV - CONSIDERAÇÕES GERAIS

Preliminarmente, deve ser realçado o grande volume de expedientes, de diversas naturezas, que tramitam pela CGRH, número resultante, indubitavelmente, do tamanho de nossa clientela: 98.092 (noventa e oito mil e noventa e dois) integrantes, sendo 1.246 (um mil duzentos e quarenta e seis) servidores ativos, 25.215 (vinte e cinco mil duzentos e quinze) aposentados e 71.200 (setenta e um mil e duzentos) pensionistas.

Para verificar-se a grandeza dos números vale observar os quadros abaixo:

Documentos expedidos pelo Serviço de Apoio Administrativo 2007

-	Ofícios	5.613
-	Ofícios-Circulares	02
-	Memorandos	1.120
-	Memorandos Circulares	42
-	Portarias	6.249
-	Cartas	318
-	Cartas-Circulares	02
-	Despacho	50
-	Correspondências simples encaminhadas	7.950
-	Correspondências registradas encaminhadas	5.840
-	Fax	175
-	Documentos Recebidos do Protocolo-Geral	19.556
-	Processos Recebidos do Protocolo-Geral	8.663
-	Documentos Cadastrados pelo Serviço de Apoio	19.736
-	Boletins Especiais Expedidos	33
-	Documentos Recebidos no Serviço de Apoio /CGRH	44.429

PROCESSO RECEBIDOS NO CGRH/APOIO E ENCAMINHADOS PARA ÁREAS INTERNAS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
GAB	112	22	22	17	21		92	110	84	79	113	70	742
COAP	11	8	22	18	34	46	42	40	31	12	113	11	388
DITEC	30	41	57	42	55	79	104	52	44	41	39	29	613
DINOR	4	11	54	23	31	15	11	11	13	20	3	8	204
COTEC	19	7	17	11	10	7	33	21	20	23	86	15	269
DICAD	39	43	35	42	38	29	47	43	49	67	29	2	463
COAD	6	3	7	6	12	4	9	18	3	9	16	3	96
DICAP COPAP	184	77	57	51	71	58	98	100	147	57	67	113	1080
SECAP	197	107	160	136	177	145	134	688	242	141	109	132	2368
SEPEN	61	73	124	120	247	57	55	77	60	74	28	74	1050
SCIPP	308	154	322	205	305	208	259	237	242	188	301	180	2909
SERCA	52	42	85	68	101	73	154	307	76	184	83	102	1327
SAAD	13	8	16	5	18	6	10	12	0	7	9	3	107
PROT/GERAL	53	50	17	47	39	43	81	81	106	60	76	283	936
TOTAL	1089	646	995	791	1159	770	1129	1797	1117	962	1072	1025	12552

PROCESSO RECEBIDOS NO APOIO/CGRH

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PROT. GERAL	814	571	854	674	882	751	634	892	756	822	754	259	8663
ÁREAS DIVERSAS	81	66	111	78	78	103	249	250	133	99	128	134	1510
TOTAL	895	637	965	752	960	854	883	1142	889	921	882	393	10173

DOCUMENTOS RECEBIDOS NO CGRH/APOIO E ENCAMINHADOS PARA ÁREAS INTERNAS

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
GAB	291	155	211	220	239	194	421	530	481	609	415	584	4350
COAP	539	473	726	510	553	591	462	680	686	871	870	407	7368
DITEC	94	193	247	183	260	194	151	209	179	206	158	105	2179
DINOR	0	6	8	10	9	6	4	2	5	2			52
COTEC	26	23	19	18	17	22	30	39	31	30	23	54	332
DICAD	167	176	169	130	159	125	234	120	141	183	168	133	1905
COAD	11	16	33	36	30	31	47	86	46	54	71	38	499
DIBEN	14	5	9	10	8	6	5	6	2	6	3	9	83
DICAP COPAP	86	35	65	150	34	18	37	103	116	69		96	809
SECAP	352	293	419	241	262	263	331	342	440	264	286	476	3969
SEPEN	280	256	297	229	234	232	223	205	187	324	439	338	3244
SERCA	85	79	100	60	65	45	66	78	52	173	331	172	1306
SAMS	0	8	6	7	8	7	7	6	3	10	8	6	76
DITC	0	6	6	4	4	6	12	12	13	9	7	6	85
SEOF	107	28	17	15	26	18	9	12	8	6	6	11	263
PROT.GERAL	31	29	37	27	14	21	29	39	43	32	24	25	351
GM	87	53	50	50	83	37	54	15	65	44	35	16	589
TOTAL	2170	1834	2419	1900	2005	1816	2122	2484	2498	2892	2844	2476	27460

DOCUMENTOS RECEBIDOS NO APOIO/CGRH

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL
PROT. GERAL	1320	1351	1676	1161	1448	1300	1260	1507	1756	1699	2060	3018	18236
ÁREAS DIVERSAS	24	15	16	6	10	13	12	18	10	24	11	21	156
SAAD	27	32	24	32	35	39	27	38	24	30	33	31	372
TOTAL	1371	1398	1716	1199	1493	1352	1299	1563	1790	1753	2104	3070	20108

A CGRH/MT, para o desenvolvimento de suas atividades internas e na de prover de recursos humanos as demais áreas da Pasta, tem sofrido os impactos decorrentes da atual política aplicada ao ingresso de servidores no Serviço Público Federal.

Mesmo assim, no exercício, através de regular processo licitatório, foi promovida terceirização de mão de obra, ensejando, destarte, a parte de novos elementos para, temporariamente, colaborarem na execução de tarefas afetas ao Ministério dos Transportes.

Neste mesmo sentido, a 4 de dezembro de 2006, pelo Memo nº 1053/2006 – CGRH/GAAD/SE/MT, foi encaminhado aos escalões superiores da pasta ante-projeto que consubstancia proposta de realização de Concurso Público no âmbito do Ministério dos Transportes, totalizando 394 (trezentos e noventa e quatro) postos de nível superior e 945 (novecentos e quarenta e cinco) de nível intermediário.

Na questão de pendências executivas, especificamente, apresenta-se como entrave fundamental a dificuldade de obter disponibilidade de recursos orçamentários suficientes para o pagamento de atrasados de exercícios anteriores, o que afeta, em maior volume, grande número de pensionistas que tiveram seus benefícios corrigidos ao passarem a perceber pelo Ministério dos Transportes, em decorrência do disposto pelo art. 248, da Lei 8112/90.

Em decorrência desta circunstância, que gera longas esperas para o pagamento das mencionadas diferenças, em não raras ocasiões os recebimentos somente ocorrem após óbito do aposentado ou pensionista, e são pagos a herdeiros da família, mediante autorização ou alvará judicial.

Mantém-se expressivo o número de informações prestadas à Consultoria Jurídica, à Advocacia-Geral da União, às Procuradorias e aos Juizes Federais para instruir processos judiciais, envolvendo, com maior freqüência, medidas de incidência nas remunerações ou proventos dos servidores e pensionistas.

Além da magnitude do número de solicitações desta ordem, acrescente-se a exigüidade dos prazos outorgados para seu cumprimento.

Tal premência temporal determinou a criação de um sistema emergencial de atendimento desta demanda, instalado junto a uma das unidades ligadas diretamente ao Coordenador-Geral, que, no exercício, além dos processos considerados de rito ordinário tratados pelas unidades convencionais, apresentou o seguinte desempenho:

EXPEDIENTES	TOTAL
Ofícios	1.853
Memorandos	948
Memorando-circular	30
Despachos	211
Cartas	362
TOTAL GERAL DE EXPEDIENTES	3.404

PROCESSOS	TOTAL
Administrativos – cálculo de atrasados	1.070
Administrativos – aguardando documentos	572
Administrativos – concessão de pensão	209
Judiciais - analisados	1.018
TOTAL GERAL DE EXPEDIENTES	2.869

É motivo de registro o prejuízo da força de trabalho deste Ministério, resultado da numerosa quantidade de servidores do seu quadro cedidos a outros órgãos da Administração Federal Direta, autárquica e fundacional, bem como para outros Poderes da União, Estados e Municípios, contingente que atinge considerável parcela de toda a lotação de pessoal ativo permanente.

Mantêm-se, de significativa importância para as unidades administrativas do Ministério, as atividades conveniadas com Agente de Integração para a recepção de estagiários (estudantes) de níveis médio e superior, dos estabelecimentos de ensino do Distrito Federal.

Digno de nota, destaca-se o quantitativo de 359 servidores que participaram de cursos de treinamento ou eventos similares, direcionados à capacitação e valorização dos servidores.

Ainda no aspecto da valorização do servidor cabe atenção para as atuais ações voltadas para melhoria da qualidade de vida, que inclui as seguintes atividades:

- Aulas de inglês e espanhol para adultos;
- Yoga;
- Murais de divulgação das atividades;
- Projeto Formar, o qual busca a formação e o aprimoramento educacional dos servidores, seus filhos e dependentes, por meio de cursos de alfabetização, ensinos fundamental e médio.

Por conta das preocupações com a situação de milhares de aposentados e pensionistas deste Ministério, residentes em todos os Estados da Federação e visando alcançá-los com uma melhor qualidade de atendimento, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos, sob a supervisão da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, desenvolveu trabalhos articuladores para obtenção de condições e recursos para a implantação de 14 Núcleos Estaduais de Recursos Humanos, em algumas cidades desses Estados, sendo que 12 dos quais já se encontram em funcionamento faltando apenas os Núcleos nos Estados de Mato Grosso e de Goiás.

No particular deve ser mencionada a dificuldade que vem sendo enfrentada com as unidades regionais do DNIT, que nem sempre cumprem o conteúdo a encargos que lhe foram cometidos pelo parágrafo único, do art. 117, da Lei 10.233/2001.

Os casos circunstancialmente percebidos de pagamentos indevidos, por óbitos não comunicados de aposentados e pensionistas, aliado à falta de condições de, periodicamente, proceder-se recadastramentos de âmbito geral, vêm sendo solucionados, a partir de Relatório de Óbitos extraídos do Sistema de Consultas de Óbitos/SCO, do INSS, fornecidos pela DATAPREV.

Já disponibilizado, representa passo significativo para o controle e acompanhamento de prazos judiciais o aprimoramento feito no Sistema de Acompanhamento de Processos-SICAP, cujas funções inseridas, permitem lançar as datas máximas em que os processos deverão ser devolvidos pelas unidades à DITEC/COTEC, para elaboração de informações finais por parte da CGRH.

No aspecto organizacional é de se apontar significativo à nova Estrutura Regimental e o Novo Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas do Ministério dos Transportes, aprovado pelo Decreto nº 4.721, de 5 de junho de 2003, publicado no D.O.U. de 05.06.2003, com partes republicadas no D.O.U. de 17.06.2003, oportunidade em que a Coordenação-Geral de Recursos Humanos foi contemplada com 3 (três) unidades administrativas, sendo, distintamente, uma a nível de Coordenação, código DAS-101.3, uma a nível de Divisão, código DAS-101.2 e uma a nível de Serviço, código DAS-101.1, medida que, acolhendo demanda circunstanciada, pelo volume de atividade, ampliou as condições delegativas dessas atividades, em prol de uma gestão mais eficiente.

É de se destacar os resultados obtidos com a atuação do Canal Direto com o Transporte - CDT, dentro do seu objetivo maior de atender aos que se dirigem ao Ministério dos Transportes para obter informações sobre aposentadoria, pensão, pagamento, plano de saúde e andamento de processos, atingindo atendimentos, por telefone e outras formas de contatos.

V - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por último, deve ser registrada a colaboração recebida das diversas áreas do Ministério e dos servidores lotados na Coordenação Geral de Recursos Humanos, sem a qual não teriam sido alcançados os resultados ora relatados.

É o relatório, o qual se complementa com o incluso Plano Geral de Ações para o exercício de 2007.

DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SAAD/SE/MT.

Unidade Gestora: 390004

CNPJ (MF): 37.115.342./0004-00

Finalidade: A Coordenação Geral de Recursos Logísticos, conforme estabelece o regimento interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14.07.2004, publicada no Diário Oficial da União em 15.07.2004, é um órgão de assessoramento direto ao Subsecretário de Assuntos Administrativos, que tem por missão regimental planejar, coordenar e controlar as atividades relativas à aquisição de bens, e contratação de serviços, administração de material e patrimônio, administração e manutenção predial, obras e serviços de engenharia, transportes, telecomunicações, comunicação administrativa e serviços de apoio operacional no âmbito do Ministério dos Transportes.

1 – INTRODUÇÃO

Cumprе salientar que o custeio das atividades da Coordenação-Geral de Recursos Logísticos está integrado ao programa 26.122.0225.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa da Unidade Gestora 39004, sita na Esplanada dos Ministérios, em sua sede, no anexo e no Núcleo dos Transportes, em Brasília, e subsidiariamente, ao Departamento de Marinha Mercante, tudo dentro do preceituado na Lei nº 11.178, publicado em 21 de setembro de 2005, que dispõe sobre as diretrizes básicas para elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2006, e da própria Lei nº 11.306 de 16 de maio de 2006, que estima receita e fixa a despesa da União para exercício de 2006, em consonância com o Plano Plurianual elaborado para a Unidade.

Com relação à Coordenação Geral de Recursos Logísticos, pode-se avaliar que o ano de 2006 foi significativamente proveitoso. Verifica-se o pronto atendimento das necessidades básicas dos órgãos ministeriais, possibilitando que a missão institucional de cada um fosse levada a bom termo, no que concerne aos meios e serviços que regimentalmente cumpre à SAAD/SE/MT oferecer.

Em atendimento a Instrução Normativa TCU 47/2004, de 27 de outubro de 2004, a Decisão Normativa TCU nº 81, de 6 de dezembro de 2006 e a Portaria CGU n.º 555, de 28 de dezembro de 2006, estamos apresentando o Relatório de Gestão da Coordenação Geral de Recursos Logísticos durante o ano de 2006, foram executados sob a supervisão das respectivas Secretarias, programas de interesse governamental, na área de competência do Ministério dos Transportes. Também foram executados outros programas com o objetivo de dar suporte a estas atividades, programas típicos de cunho administrativo, inclusive na área de comunicação social.

2 – COMPETENCIAS LEGAIS E REGIMENTAIS – MISSÃO INSTITUCIONAL

De acordo com o Artigo 43 do regimento Interno do Ministério dos Transportes, aprovado pela Portaria Ministerial nº 399 de 14.07.2004, compete à CGRL, coordenar e promover a execução das atividades de administração de material, patrimonial, obras, comunicações administrativas, serviços gráficos, reprografia e de edifício públicos e execução orçamentária, no que disser respeito a essas atividades. Ao longo do presente relatório poderá ser percebido que, em razão da limitação da estrutura do

Ministério, a CGRL extrapola estas atividades regimentares com ações de transferência de recursos, e lavratura de contratos e convênios cujos objetos são puramente de natureza finalista.

O presente relatório apresentará os eventos relacionados à Unidade Gestora 390004 - Coordenação Geral de Recursos Logísticos - CGRL, que, por meio da sua respectiva Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira, administra o programa vinculado à Gestão e Administração destinado aos custeios de funcionamento da infra-estrutura ministerial, além dos demais programas orçamentários a seguir enumerados, que dizem respeito a Secretaria de Fomento, Secretaria de Política Nacional de Transportes e Secretaria de Gestão.

3 – VINCULAÇÃO COM O PLANO PLURIANUAL – VINCULAÇÃO PROGRAMÁTICA

O Orçamento aprovado contempla recursos em 15 programas de trabalho, diferenciados de acordo com as normas da funcional programática. Serão apresentados os demonstrativos da presente Gestão por meio de quadros com valores e percentuais, como o objetivo de dar uma melhor visão da forma da aplicação dos recursos, como também dos resultados auferidos no exercício em referência.

4 – INDICADORES RELEVANTES DOS PROGRAMAS ORÇAMENTÁRIOS EXECUTADOS E GERENCIADOS DIRETAMENTE PELA CGRL

4.1 - Programa: 26.122.0225.2272.0001 – Gestão e Administração do Programa.

DESPESA	(*) VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Diárias	488.140,84	444.975,88	91	43.164,96
Material de Consumo	941.561,06	938.905,12	99	2.655,94
Passagens	897.023,71	897.023,71	100	
Diárias a Col. Event. no País	10.335,18	10.335,18	100	
Locação de Mão de Obra Pessoa Física	3.869.763,40	3.869.763,40	100	
Serv. Consultoria P. E. R. Técnica	135.000,00	135.000,00	100	
Deposito compulsório	3.856,17	3.856,17	100	
Serv. Pessoa Jurídica	20.881.632,11	20.877.753,51	99	3.878,60
Obrig.Trib./Contributiva Jurídica	46.560,27	46.560,27	100	
Desp. Exerc. Anteriores	4.070,93	4.070,93	100	
Indenização e Restituição	531.241,45	530.401,45	99	840,00
Equip. Mat. Permanente	1.169.819,96	1.169.819,96	100	
TOTAIS	28.879.005,08	28.928.465,58	99	50.539,50

- Provisão Recebida da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MT

Cumprе salientar que os recursos contemplados pela Coordenação Geral de Recursos Logísticos, no programa 26.122.0225.2272.0001 – Gestão e Administração foram quase na sua totalidade executados, 99%.

Resultante das ações praticadas por esta Coordenação, é de fundamental relevância dar uma idéia da dimensão das atividades executadas.

Foram abertos 72.456 processos via serviço de protocolo. Para aquisição de bens e contratação de serviços, foram realizadas 80 dispensas de licitações, 10 inexigibilidades, 01 licitação na modalidade de convite, e 57 licitações através de Pregões, e 06 Adesões a Ata de Registro de Preços. Foram instauradas 02 Comissões de Sindicância, sendo 01 arquivada conforme julgamento da autoridade e a outra, por determinação da CONJUR/MT deverá resultar em PAD que deverá ser instaurado em 2007. Foram instaurados 02 PADs sendo que 01 foi encerrado e aguarda parecer da CONJUR/MT e 01 foi anulado por recomendação da CONJUR/MT onde foi ainda solicitada a instituição de nova comissão de PAD cuja instituição deverá ocorrer em 2007, Foram emitidas 2.707 Ordens Bancárias das quais foram canceladas 121. Foram emitidas 349 Notas de Lançamento, 1.292 Notas de Empenho e 14 Notas de Créditos. Foram redigidos, assinados e publicados 95 contratos e 104 termos aditivos, de cunho administrativo. Foram emitidos 1.020 bilhetes de passagens nacionais no valor total de R\$ 900.702,08 e 21 bilhetes de passagens internacionais no valor de R\$ 38.203,04. Foram pagas 2.425 diárias nacionais no valor total de R\$ 347.152,26, e 112 diárias internacionais no valor total de R\$ 97.823,62. Dos 11 convênios que se encontravam em andamento em dezembro de 2005, durante o exercício de 2006, todos tiveram suas vigências encerradas. Deve ser destacado que, em 2006, foram celebrados 02 novos Convênios, com gerenciamento técnico a cargo da Secretaria de Política Nacional de Transportes. Para maiores esclarecimentos estamos anexando quadros demonstrativos exclusivo com a posição dos convênios, em andamento e executados total ou parcialmente em 2006.

4.2 - Programa: 26.212.0681.0108.0001 – PTRES: 006525 – Contribuição a Associação Latino Americano.

Trata-se de recursos carimbados, cuja execução é automática. O valor está estipulado no instrumento de constituição da Associação, da qual o Brasil é membro fundador.

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO SDE DOTAÇÃO
Contrib. a órgão	33.250,00	33.250,00	100	

O Brasil, como membro fundador da ALAF, participa anualmente com importância cujo valor está estipulado no regimento da Instituição. O pagamento da anuidade relativa a 2006 foi inscrita em “Restos a Pagar”, no aguardo da documentação que possibilite a sua efetivação.

4.3 - Programa: 26.212.0681.09IR.0001 – PTRES 006526 – Contribuição ao Congresso Pan-Americana

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Contrib. a órgão	32.600,00	32.600,00	100	

Trata-se de recursos carimbados, cuja execução é automática. O valor está estipulado no instrumento de constituição da Associação, da qual o Brasil é membro fundador.

4.4 - Programa: 26.212.0681.091S.0001 – PTRES 006527 – Contribuição Comissão Interamericana de Portos

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Contrib. a órgão	21.000,00	21.000,00	100	

Trata-se de recursos carimbados, cuja execução é automática. O valor está estipulado no instrumento de constituição da Associação, da qual o Brasil é membro fundador.

O Brasil, como membro da OCIP, participa anualmente com importância cujo valor está estipulado no regimento da Instituição.

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS SOB ORIENTAÇÃO TÉCNICA DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

4.5 - Programa: 26.131.0225.4641.0001 – PTRES: 006524 - Comunicação Social

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Servc.Terc.P.Jurídica	4.110.245,00	4.110.245,00	100	
TOTAIS	4.110.245,00	4.110.245,00	100	

4.6 - Programa: 26.131.0221.4641.0001 – PTRES: 006599 – Comunicação Social

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Servc.Terc.P.Jurídica	300.000,00	300.000,00	100	
TOTAIS	300.000,00	300.000,00	100	

4.7 - Programa: 15.131.0660.4641.0001 – PTRES: 004426 – Comunicação Social

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Servc.Terc.P.Jurídica	1.150.000,00	1.150.000,00	100	
TOTAIS	1.150.000,00	1.150.000,00	100	

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS SOB ORIENTAÇÃO TÉCNICA DA SEGES

4.8 - Programa: 26.122.0225.8673.0001 – PTRES: 006516 – Elaboração e Aperfeiçoamento de Indicadores Nacional Descentralização (FUB) notas de créditos n° 000003, 000008 e 000005.

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	VALOR DESCENTRALIZADO	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Servc.Terc.P. Jurídica	725.039,25		725.039,25	100	
TOTAIS	725.039,25		725.039,22	100	

4.9 - Programa: 26.125.0224.2907.0103 – PTRES: 006517 - Ponte São Borja – Fiscalização da Concessão dos Serviços Ponte Internacional Ponte São Borja

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. P. Jurídica	400.000,00	400.000,00	100	
TOTAIS	400.000,00	400.000,00	100	

4.10 - Programa: 26.125.0225.09LH.0001 – PTRES: 06520 – Ponte São Borja – Recomposição do Equilíbrio Econômico

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Contribuições	4.359.906,00	4.359.906,00	100	
TOTAIS	4.359.906,00	4.359.906,00	100	

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS SOB ORIENTAÇÃO TÉCNICA DA SPNT

4.11 - Programa: 26.126.0225.6058.0001 – PTRES: 006513 – Formulação de Política de Transportes Nacional

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. P. Jurídica	406.000,00	406.000,00	100	
Serv. Terc. P. Jurídica	1.690.714,18	1.690.714,18	100	
Equip. Mat. Permanente	117.480,00	117.480,00	100	
TOTAIS	2.214.194,18	2.214.194,18	100	

4.12 - Programa: 26.126.0225.6058.0001 – PTRES: 006513 – Formulação de Política de Transportes Nacional
Descentralização (UFSC, SEF-GESTOR, UFJF) notas de crédito nº 000001, 000002, 000004, 000006 e 000007.

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	VALOR DESCENTRALIZADO	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv.Terc.P. Jurídica	4.609.060,00		4.609.060,00	100	
TOTAIS	4.609.060,00		4.609.060,00	100	

4.13 - Programa: 26.126.0225.101C.0001- PTRES: 006521 – Implantação de Sistema de Informação.

Descentralização (SEF-GESTOR) nota de crédito nº 000009.

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	VALOR DESCENTRALIZADO	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. P. Jurídica	750.000,00		750.000,00	100	
TOTAIS	750.000,00		750.000,00	100	

4.14 - Programa: 26.391.0225.7528.0001 – PTRES: 006529 – Estudo para Revitalização do Patrimônio Nacional
Descentralização (FUB) nota de crédito nº 000010.

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	VALOR DESCENTRALIZADO	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. P. Jurídica	50.000,00		50.000,00	100	
TOTAIS	50.000,00		50.000,00	100	

4.15 - Programa: 26.391.0225.7528.0001 – PTRES: 006529 – Estudo para Revitalização do Patrimônio Nacional

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. Pessoa Jurídica	100.000,00	100.000,00	100	
TOTAIS	100.000,00	100.000,00	100	

4.16 - Programa: 26.125.0225.0B25.0001 – PTRES: 014597 – Liquidação de Débito Relativo a Melhoria

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Obra em Andamento	430.000,00	430.000,00	100	
TOTAIS	430.000,00	430.000,00	100	

4.17 - Programa: 26.122.0225.1K85.0101 – PTRES: 014614 – Implementação do Plano de Contingência – SEGES (pandemia)

Descentralização (UNIFESP E EMA) notas de créditos nº 000011 e 000014.

DESPESA	VALOR REPASSADO (a)	VALOR EXECUTADO (b)	VALOR DESCENTRALIZADO	% (b/a)	SALDO DE DOTAÇÃO
Serv. Terc. P. Jurídica	1.890.400,00	703.657,10	703.657,10	37	1.186.742,90
TOTAIS	1.890.400,00	703.657,10	703.657,10	37	1.186.742,90

Credito Extraordinário cujo saldo será reaberto em 2007.

5 - COMISSÕES DE INQUÉRITOS E PROCESSOS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES

Por determinação do Senhor Subsecretario da Subsecretaria de Assuntos Administrativos, formas criadas e executadas Sindicâncias e Processos Administrativos Disciplinares cujos esclarecimentos estão contidos nos respectivos anexos. A SAAD, unidade instaladora das respectivas comissões, elaborou os quadros demonstrativos e manteve o devido acompanhamento dos trabalhos.

6 - TOMADA DE CONTA ESPECIAL

Não foi aberta qualquer nova Tomada de Contas Especial neste exercício, por solicitação da CGRL. O fato a destacar foi à sustação temporária da TCE relativa aos processos n.º 50000.005506/2001-72 e 50000.028550/2003-12 por solicitação do técnico responsável, Senhor Wilson do Egito e solicitação de prosseguimento do processo de TCE face ao não atendimento do quesito que gerou a sustação.

7 - TOMADAS DE CONTAS SIMPLIFICADAS

Em 2006 não foram abertas Tomadas de Contas Simplificadas. Aquelas tomadas de contas em andamento, transferidas do exercício de 2005 foram concluídas tendo os seus responsáveis recolhidos os respectivos débitos conforme GRUs n.ºs 2006GR000008, 2006GR000009, 2006GR000010 E 2006GR000011.

8 - PLANO DE PROVIDÊNCIAS – PENDÊNCIAS LEVANTADAS NO RELATÓRIO DE AUDITORIA – EXERCÍCIO DE 2005

Com relação ao Plano de Providências – Pendências Levantadas no Relatório de Auditoria – Exercício de 2005, encaminhamos o Ofício n.º 161/CGRL/SAAD/SE/MT de 28 de agosto de 2006 ao Senhor Marcos Luiz Manzochi e Memorando n.º 75/CGRL/SAAD/SE/MT de 28 de agosto de 2006 ao Senhor Marcos Antonio Prandini, expondo o posicionamento da Unidade com relação às pendências levantadas e as proposições para os atendimentos, saber:

a) **item do Relatório de Auditoria: 7.2.1.2**

A unidade concorda com o questionamento e está colocando em prática o atendimento dos três requisitos necessários a modalidade inexigibilidade de licitação.

b) **item do Relatório de Auditoria: 7.2.2.1**

A unidade concorda com o questionamento e esclarece que não providenciou prorrogação ou assinatura de qualquer Contrato emergencial no exercício.

c) **item do Relatório de Auditoria 7.3.1.2**

A unidade concorda com o questionamento e esclarece que nos 02 únicos convênios assinados no exercício procurou atender ao questionado

d) **item do Relatório de Auditoria 7.3.3.1**

A unidade concorda parcialmente com o questionamento e esclarece que tem cobrado junto às áreas técnicas que apresentem os relatórios técnicos dentro dos prazos estipulados. A unidade procurou atender o prazo relativo ao Ordenador de Despesas, ou seja, 15 dias após o recebimento do relatório técnico.

e) **item do Relatório de Auditoria 8.2.2.1**

A unidade concorda com o questionamento e esclarece através do Memorando n.º 555/2006-CGRL/SAAD/MT de 28 de junho de 2006 solicitou maior atenção quando da classificação dos futuros subitens dos empenhos.

f) **item do Relatório de Auditoria 8.2.2.2**

A unidade concorda com o questionamento e esclarece através do Memorando n.º 36/2006-COEX/CGRL/SAAD/MT de 28 de junho de 2006 solicitou maior atenção quando da classificação dos futuros pagamentos.

CONCLUSÃO

Estes são os eventos orçamentários e financeiros vinculados à Unidade Gestora – 390004/Coordenação Geral de Recursos Logísticos – CGRL, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos.

Os dados ora apresentados demonstram a efetiva execução conforme registro no SIAFI, não se utilizando os indicadores de gestão face às constantes mutações das metas preestabelecidas e a complexidade dos trabalhos realizados durante o exercício.

Ao encerrar o presente relatório, torna-se imperativo registrar a observância da Coordenação–Geral de Recursos Logísticos das linhas de ação estabelecidas pelo Sr. Ministro de Estado e pelo Sr. Secretário Executivo, a permanente colaboração das

Secretarias Modais, o competente assessoramento prestado pela Consultoria Jurídica e a indispensável assistência oferecida pela Subsecretaria de Planejamento e Orçamento.

Cumpram ainda observar que as contas relativas ao exercício de 2005 foram aprovadas sem ressalvas, face o esforço utilizado pelos respectivos responsáveis

DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI/SAAD/SE/MT.

CNPJ (MF): 37.115.342/0032-63.

1. FINALIDADE

Como unidade integrante da Estrutura Organizacional da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério dos Transportes, a **COORDENAÇÃO-GERAL DE MODERNIZAÇÃO E INFORMÁTICA – CGMI** têm como encargo regimental planejar, coordenar, controlar e supervisionar os planos, programas e projetos relativos à organização, reforma e modernização administrativa, recursos de informação e informática no âmbito do Ministério, em consonância com as diretrizes do Órgão Central do Sistema.

Tendo por referência as metas fixadas para o exercício de 2006, a CGMI de modo a subsidiar a Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAAD no cumprimento das determinações contidas na Instrução Normativa TCU nº. 47/2004 e suas alterações e da Decisão Normativa nº. 81/2006 do Tribunal de Contas da União - TCU apresenta este documento com o balanço de metas e resultados alcançados no período de janeiro a dezembro do exercício em referência.

Como esperado, em 2006, o trabalho desenvolvido na CGMI foi plenamente respaldado pelos seus usuários que, numa demonstração inequívoca de confiança e apoio, demandaram em maior escala os serviços prestados em nossa Coordenação.

Tecnicamente, foi um ano importante. Assimilando novas concepções, tecnologias e práticas de gestão, significativas realizações foram conseguidas pela Coordenação-Geral nas áreas de Modernização Administrativa e de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC.

Pela sua importância fundamental, merece destaque o tratamento dado à rede de comunicação de dados do Ministério. Investimentos foram feitos na área de segurança e suporte, o que proporcionou facilidades aos administradores e usuários. Softwares específicos foram contratados melhorando consideravelmente a gestão dos serviços oferecidos, o que garantiu melhor qualidade, maior disponibilidade e confiabilidade às informações produzidas.

O investimento tecnológico continuado nos sistemas internos de informação da Instituição foi outra marca de excelência que garantiu uma sintonia afinada no apoio à tomada de decisão dos gestores.

A investigação dos processos de maneira a se obter forma organizacional que permitisse rapidez e flexibilidade na gestão das informações no âmbito do Gabinete do Senhor Ministro, também mereceu realce.

Cumprir enfatizar que a transparência do nosso trabalho e os resultados que se obtinha a cada etapa realizada fizeram com que ganhássemos cada vez mais a confiança de nossos usuários fazendo assim com que este relacionamento fosse ainda mais melhorado.

À vista disto, de forma sintetizada, este documento apresenta informações que congregam os resultados alcançados pelas Coordenações de Informática, Informação e Modernização, segmentos que integram a estrutura organizacional da Coordenação-Geral de Modernização e Informática – CGMI.

2. METAS ESTABELECIDAS

Um dos aspectos favoráveis ao início das atividades foi o fato de que a atual gestão por conta das projeções que realizou ao final de 2005 já contava com as metas que foram traçadas para começar os trabalhos em 2006 e que foram as seguintes:

2.1. Coordenação de Informática

- Colaborar com a CGMI/DNIT na reestruturação dos sistemas informatizados do órgão;
- Concluir os trabalhos de levantamento de atividades e necessidades de informações da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT;
- Acompanhar junto a SEGES e ao SERPRO, o desenvolvimento do projeto SISPORTOS;
- Elaborar Projeto Básico (Técnica e Preço) para licitação dos serviços de digitalização e autenticação de documentos em parceria com a CGRH (cerca de aproximadamente 100.000 aposentados e pensionistas – processos);
- Estabelecer junto ao DNIT, o envio de fluxos de dados com vistas à elaboração de relatórios gerenciais e gráficos;
- Iniciar e concluir os trabalhos de levantamento de atividades e necessidades de informações junto à SEGES, SFAT e SE;
- Iniciar o projeto de Gestão de Conhecimento em articulação com as secretarias finalísticas e as subsecretarias da Secretaria Executiva;
- Prospectar e implantar, baseado em software livre, solução de segurança que garanta redundância lógica por falha de hardware com afetação aos serviços de rede;
- Elaborar projeto para regularização e atualização das licenças de uso para o Exchange 2003 com vistas a garantir os serviços de correio eletrônico do MT;
- Elaborar termo aditivo para contratação do licenciamento da tecnologia de Snapshots de modo a consolidar a política de back-Up implementada pelo projeto que instituiu a Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (Storage Área Network – SAN) do MT;
- Consolidar o ambiente de teste e homologação configurado no exercício anterior, com o uso maciço de processos que envolvam experimentos com os softwares aplicativos componentes dos sistemas de informações do MT;
- Elaboração de projeto para contratação de uso continuado da plataforma de armazenamento de dados Symetrix visando à otimização dos seus recursos;
- Elaboração de projeto para regularização e atualização do software Office 2003 baseado na plataforma Windows 2003;
- Elaboração de projeto para regularização e atualização do SMS – software de atualização automática e inventário para controle de equipamentos da rede do MT;
- Implantar projeto de reformulação da rede do MT, que compreenderá cabeamento com fibras óticas, inserção de ativos de rede envolvendo a instalação de Switch Core e Switches de Borda, o que permeará as redes do edifício sede e de seu anexo;
- Concluir e disponibilizar a evolução do Módulo de Recadastramento de Aposentados e Pensionistas do SIGEF;
- Concluir e disponibilizar o SIGEF totalmente reformulado, substituindo os sistemas SICPEN, SICPAT, MAXRETRIEVE e AP-40, oferecendo, inclusive, um Módulo Geral de Consultas;

- Concluir e disponibilizar a evolução do SIAEX – Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária para abrigar os módulos de Propostas e Programação Financeira;
- Concluir e disponibilizar a evolução do sistema SICAP;
- Concluir e disponibilizar a evolução do sistema de controle de estagiários;
- Concluir e disponibilizar a evolução do sistema de controle de medicamentos;
- Ultime a migração do gerenciador de Banco de Dados SQL para Oracle 9i;
- Desenvolver novos mecanismos de controle estatístico baseados na solução de Help desk;
- Promover o recenseamento das estações de trabalho;
- Elaborar procedimentos-padrão de atendimento e suporte;
- Elaborar projeto de absorção de atendimento via Help Desk para o sistema ASI;
- Elaborar projeto de aquisição de servidores para incrementar a Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (Storage Área Network – SAN) do MT;
- Elaborar projeto de aquisição complementar de ativos de rede, visando a instalação de Switch Core redundante para a rede corporativa do MT;
- Elaborar projeto de aquisição de licenças de uso do software básico Windows 2003 Server de modo a viabilizar a uniformização de seu uso nas unidades do DNM;
- Elaborar projeto de regularização e atualização de licenças de uso de software da Borland integrante do ambiente de desenvolvimento do MT;
- Elaborar projeto de contratação de serviços de manutenção da SUN 6800;
- Elaborar projetos de renovação dos contratos e/ou termos aditivos vigentes no âmbito da CGMI.

2.2. Coordenação de Informação

- Manutenção preventiva / corretiva do site do MT;
- Informatização da Biblioteca e do acervo jurídico da Consultoria Jurídica – CONJUR;
- Estruturação das informações, para divulgação no site, da Secretaria de Fomento para Ações de Transporte/Departamento do Fundo da Marinha Mercante;
- Estruturação de sistema de informações para a Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT;
- Implantação do novo modelo para a Intranet do MT;
- Estudos para elaboração de política de segurança da informação, no âmbito do Ministério.

2.3. Coordenação de Modernização

- Acompanhar e desenvolver a padronização de formulários e manuais;
- implantar na Intranet, produtos como: lista de dirigentes, manuais de interesse do servidor, organogramas dos órgãos do MT, regimento interno e outros;
- Implementar rotinas de trabalho na Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- Adquirir e disponibilizar, modernas ferramentas de consulta para acesso aos manuais;
- Confeccionar projeto para reavaliar rotinas operacionais da CGMI para desenvolver e integrar as suas Coordenações;
- Estudo para desenvolver um projeto para implantação de um Escritório de projetos na área de Tecnologia da Informação;
- Implantação do modelo de Gestão por Competências na CGMI, objetivando a otimização da gestão de pessoal em seu âmbito de aplicação; e,

- Desenvolver juntamente com a Coordenação de Informação e Informática, projeto de inclusão digital.

3. PRINCIPAIS AÇÕES IMPLEMENTADAS

3.1. Coordenação de Informática

Em continuidade às ações e planejamento da área para o ano de 2006, estas, foram descritas a seguir em subgrupos que compreendem a gestão dos contratos e serviços, a rede corporativa, os sistemas de informações e o suporte ao usuário.

3.1.1. Ações desenvolvidas no âmbito das Tecnologias de Informação e Comunicação – TIC

3.1.1.1. Gestão dos Contratos e Serviços

Ao longo do ano de 2006, a Coordenação gerenciou a execução dos contratos de interesse da área, ora prorrogando alguns, ora firmando outros, com destaque para os seguintes:

- Empresa Poliedro – manutenção de sistemas, evoluindo com inúmeras aplicações no âmbito do Ministério, havendo ênfase nos sistemas de Recursos Humanos, dentre outros;
- Empresa Montana – serviços de suporte à rede de dados, help-desk e suporte aos usuários com atuação bem destacada na prospecção e implementação de serviços de rede, melhoria nos serviços de help-desk e suporte aos usuários;
- Empresa SERPRO – garantiu ao Ministério dos Transportes sua participação na INFOVIA, rede óptica do Governo Federal com possibilidades de integração com toda a Administração Pública. Particularmente, esse contrato substituiu dois outros contratos de links com a EMBRATEL e Brasil Telecom, gerando economias para o MT;
- Empresa Power Engenharia Ltda. – serviços de manutenção do No-Break que fornece energia estabilizada ao equipamento de controle da rede de dados. Vale ressaltar que o No-Break em manutenção atua em conjunto com outro equipamento de mesmo porte adquirido em 2006 para oferecer redundância e assegurar alta disponibilidade de energia estabilizada;
- Empresa Hora H – disponibilização de impressoras laser coloridas com todos os consumíveis, exceto papel. Tal prática facilitou em muito o gerenciamento desse serviço, desonerando, em muito, as áreas da CGMI e CGRL na distribuição e controle de aquisição de toner, cartuchos, fusores e contrato de manutenção;
- Empresa PANACOPY – disponibilização de impressoras Laser em preto e branco de grande capacidade de impressão para atender especificamente aos serviços de cadastramento de aposentados e pensionistas do MT.

Cabe registrar que além dos acima enunciados, a Coordenação gerencia inúmeros outros contratos de preço global e que envolvem as garantias sobre as aquisições.

3.1.1.2. Ambiente de Rede Corporativa

O ano de 2006 foi bastante profícuo para o ambiente de rede do MT. Pode-se dizer que ao longo do mesmo, inúmeras ações e projetos contribuíram sensivelmente para a melhoria, qualidade e segurança dos serviços, com destaque para as ações de

regularização de softwares básicos, migrações evolutivas em softwares básicos e de banco de dados, prospecções em aplicações de segurança de redes, documentação, consolidação de rotinas de backup, controle mais efetivo da rede, organização e segmentação dos ativos de rede, dentre outras.

Seguem abaixo, algumas dessas ações e projetos realizados durante o ano em questão:

- Elaboração de projeto para aquisição de servidores de modo a incrementar a Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (Storage Área Network – NeSAN) do MT.

O que resultou na aquisição de 10 (dez) novos servidores de rede com grande capacidade de memória para absorver os vários serviços, os quais aumentaram significativamente durante o ano. Os novos equipamentos além de incorporarem os serviços, possibilitarão a reutilização dos antigos servidores de rede em laboratórios de prospecção, testes e homologação de novos serviços;

- Elaboração de projeto para aquisição complementar de ativos de rede, visando a instalação de Switch Core redundante para a rede corporativa do MT;

Como resultado da aquisição realizada, a Coordenação obteve novos ativos de rede, dentre eles o que permitiu a redundância do Switch Core que é o coração da comunicação da rede, possibilitando assim, uma elevada disponibilidade dos serviços, bem como também outros ativos de nível departamental que corroborarão para uma melhoria significativa entre as comunicações do edifício-sede e anexo. Por outro lado, destacam-se aqui os trabalhos de segmentação da rede que foi fundamental para garantir a alta disponibilidade de comunicação, permitindo a manutenção em segmentos de rede sem interferência em outros, assegurando a continuidade da rede.

- Elaboração de projeto para aquisição de licenças de uso do software básico Windows 2003 Server de modo a viabilizar a uniformização de seu uso nas unidades do DMM.

Com isso, foi possível à Coordenação, realizar a atualização de licenças do sistema operacional Windows para servidores de rede, o que regularizou parte de seu parque de equipamentos;

- Migração do sistema Operacional NT 4.0 para Windows Server 2003 Active Directory – AD.

Esse projeto foi de fundamental importância para assegurar à administração da rede um controle bem mais efetivo sobre o ambiente, fornecendo ao administrador instrumentos com grande capacidade de atuação sobre o tráfego de informações na rede de dados;

- Laboratório de migração do sistema Solaris 9.0 para Solaris 10.

A migração de um sistema operacional para uma versão mais atualizada agrega inúmeros benefícios, melhorando muito a qualidade dos serviços. Nesse sentido, a Coordenação veio realizando simulações em laboratório para que a migração venha a ser revestida de todos os cuidados necessários e possa transcorrer dentro de toda a normalidade. Essa atualização implicará em melhor administração e controle do sistema;

- Migração de Oracle 8 i para a versão 9 i.

A migração de versão ocorreu pela necessidade de renovação do contrato que se deu em fins de 2005, onde a Coordenação aproveitou a oportunidade para realizar a atualização do aplicativo de banco de dados. A versão 9i introduz inúmeras vantagens sobre a versão 8i, destacadamente quanto às ferramentas para administração do banco de dados. A atualização significou um salto qualitativo muito importante para a Manutenção do Banco de Dados;

- Laboratório para migração de Oracle i 9.0 para a versão 10 G.

A migração da versão 9.0 para a 10 G do banco de dados Oracle, significará um salto evolutivo considerável, uma vez que a nova versão traz um novo conceito no tratamento da informação que é o conceito de “grid”. Por outro lado, a migração se faz necessária para que o Ministério possa usufruir de todo suporte técnico dentro de um contrato que terminará em dezembro de 2007. Assim, por ocasião da renovação do contrato a área de informática já terá condições de implementar a nova versão.

- Implantação de redundância para aplicações de segurança.

Durante todo o ano, a equipe voltada para a manutenção das aplicações de segurança, realizou prospecções e efetivou algumas medidas que agregaram grandes benefícios à rede, implantando aplicações que atuam sobre outras aplicações, monitorando o funcionamento e, que em caso de falha de algum serviço, imediatamente, transfere o serviço para outro equipamento redundante. Com isso, a disponibilidade aumenta consideravelmente e, em decorrência, também a segurança.

3.1.1.2.1. Plataforma Unix/Solaris

As atividades durante o ano compreenderam o seguinte:

- Administração e suporte do servidor SunFire 6800;
- Administração e suporte do domínio SOL (Oracle), LUA (WebLogic), MARTE (desenvolvimento) e MERCURIO (laboratório);
- Migração do sistema operacional Solaris 8 para o 9 nos 4 domínios da SunFire 6800;
- Laboratório migração Solaris 9 para Solaris 10;
- Administração e suporte da estação de trabalho TERRA (Sun ULTRA 5);
- Administração e suporte dos servidores WebLogic e SunOne;
- Instalação e configuração do servidor SunOne para migração do WebLogic;
- Instalação e configuração do servidor (SRVAPPWEB) com SunOne e uma VPN para a Montana (Zebedee) utilizar o sistema RECADWEB;
- Suporte à equipe de banco de dados (Oracle);
- Recuperação do domínio de laboratório e desenvolvimento.

3.1.1.2.2. Plataforma Windows 2003

Ao longo do ano, a Coordenação desenvolveu as seguintes atividades pertinentes a essa plataforma.

- Instalação e configuração do Active Directory 2003 em dois servidores de rede.

Os controladores de domínio da rede do Ministério dos Transportes estavam baseados no Microsoft Windows NT 4.0, uma tecnologia ultrapassada em termos de segurança e administração, fora de linha há 06 anos. Com o advento

do Active Directory 2003, a última geração de controladores de domínio Microsoft, foi possível aplicar políticas a usuários e máquinas de forma simples e organizada.

- Migração de todas as estações de trabalho para o novo domínio (MT).

O processo de migração exigiu visita técnica em todas as estações de trabalho do Ministério dos Transportes. Este procedimento foi necessário para corrigir problemas que ocorrem a alguns softwares que deixam de funcionar ao remover o usuário do grupo administradores.

- Remoção dos usuários do grupo administradores nas estações de trabalho.

A fim de inibir a instalação de softwares piratas ou que possam de alguma forma burlar a política de segurança de rede, todos os usuários perderam o poder de administração das estações locais. Atualmente, apenas os técnicos de informática possuem este tipo de permissão.

- Otimização dos serviços de e-mail/anti-spam.

Com o crescente aumento do número de spams, phishings e vírus que circulam através de e-mail, o serviço de anti-spam passou por constantes alterações a fim de bloquear a chegada destas mensagens indesejadas nas caixas dos usuários.

- Migração do SRVIMG.

Migração do servidor de imagem para uma nova máquina.

- Implantação do módulo Anti-Spyware nas estações de trabalho.

O módulo Anti-Spyware trabalha em conjunto com o antivírus e tem por finalidade aumentar a segurança das estações locais.

3.1.1.2.3. Plataforma Linux

Ao longo do ano, a Coordenação desenvolveu as seguintes atividades pertinentes a essa plataforma.

- Implementação de sistema de gerência de redes com Nagios;
- Implementação de sistema de gerência de redes com graficos de utilização de banda Cacti;
- Implementação de novo servidor DNS;
- Testes de H.A (alta disponibilidade);
- Instalação de novo servidor Linux para backup de serviço DNS;
- Instalação de novo servidor Linux para manutenção de manobras de orientação e documentação do processo de H.A;
- Bloqueio de endereços de proxys e redirecionadores;
- Construção de novo servidor Firewall com bloqueio de strings (teste);
- projeto de alta disponibilidade, já em fase de teste;
- Instalação e configuração de sistema operacional Linux em servidor IBM;
- Alteração de script de servidor DNS para atender provisoriamente o DNIT;
- Alteração no script do firewall para atender a nova demanda de novos endereços de rede;
- Instalação e configuração de sistema operacional Linux em servidor IBM, com atributos de Alta disponibilidade (H.A);

- . Confecção de documento demonstrativo para instalação de servidor proxy com atributos pra alta disponibilidade;
- . Backups semanais em fita dat dos servidores proxy;
- . Instalação de novo proxy redundante com atributos de alta-disponibiliadade;
- . Documentação dos procedimentos de instalação do serviço de alta-disponibilidade (H.A);
- . Realização de Backup do servidor Firewall;
- . Preparação de equipamento com Kernel atual para configuração de novo firewall (IPTABLES);
- . Instalação laboratorial de firewall pra teste de proteção com atributos de string.
- . Instalação de novo kernel do Firewall com opções de bloqueio por string;
- . Update de firewall (layer 7);
- . Download e atualização da blacklist do servidor proxy periodicamente;
- . Instalação e configuração de Firewall reserva;
- . Desativação de laboratório de testes junto ao link BrasilTelecom;
- . Ativação e desativação de ambiente para manutenção elétrica;
- . Instalação de servidor DHCP-RELAY;
- . Atualização da base de dados do servidor proxy (Tabela MT);
- . Atualização da Blacklist (banco de dados servidor proxy);
- . Criação de laboratório de testes do HTB (controle de Banda).
- . Configuração do kernel 2.6.17 para servidor HP;
- . Reconstrução de servidor firewall (backup);
- . Teste laboratorial das interfaces gráficas para o controle do proxy, firewall e controle de banda;
- . Laboratório de um novo servidor proxy com o DansGuardian (sistema de bloqueio de paginas por pontuação);
- . Implantação do sistema de coletas de dados computacionais CACIC (em teste);
- . Testes para utilização e personalização de serviços com vmware server.

3.1.1.2.4. Infra-estrutura de Rede

Ao longo do ano, a Coordenação desenvolveu as seguintes atividades relacionadas aos equipamentos ativos e ambientes da infra-estrutura.

- . Configuração e instalação dos novos switch 3com 10/100/1000;
- . Planejamento e criação do projeto da nova segmentação da rede MT (no MSVisio);
- . Transferência dos pontos de rede dos servidores para o novo Core;
- . Configuração e instalação do switch Foundry 10/100 para nova segmentação;
- . Implantação da nova segmentação de rede no Ed. Sede MT;
- . Atualização do firmWare dos Switchs Avaya;
- . Atualização da documentação dos IP's;
- . Remanejamento de vários pontos de rede para atender os usuários;
- . Reforma do 1º andar leste do Ed. Anexo;
- . Reforma do Térreo Leste do Ed. Anexo;
- . Reorganização do Rack do 1º andar leste do Ed. Anexo;
- . Instalação de 48 pontos de rede na caixa B e C do 1º andar leste do anexo após a reforma;
- . Reorganização da documentação gráfica da rede;
- . Levantamento e criação de uma planilha dos pontos de rede que serão instalados pela CDT;
- . Acompanhamento das instalações dos pontos de rede pela empresa CDT conforme planilha.

- . Levantamento em todos os Patch panel para saber onde falta completar os mesmos com ponto de rede;
- . Acompanhamento e execução do trabalho de Reorganização dos Racks do MT pela empresa CDT;
- . Levantamento dos pontos de rede para elaboração e diagramação do manual de infra-estrutura do Mt (versão 2006);
- . Configuração do rúgios no novo segmento de rede;
- . Atendimento de chamados referentes a ponto de rede Ed. SEDE/ANEXO.

3.1.1.2.5. Banco de Dados

Ao longo do ano, a Coordenação realizou as seguintes atividades relacionadas com o gerenciamento do banco de dados.

- . Migração do oracle 8i para 9i;
- . Aplicação de Patch do Oracle atualizando sua versão para 9.2.0.6.0;
- . Export e Import dos schemas para backup;
- . Migração dos bancos em Homologação para Produção;
- . Limpeza dos archives, o que é realizado mensalmente;
- . Padronização dos nomes das Tablesapaces;
- . Remoção do privilégio de DBA dos usuários finais, ficando os privilégios apenas para os schemas proprietários dos objetos sob os cuidados dos DBAS do Ministério;
- . Criação dos sinônimos
- . Padronização dos privilégios com a criação de ROLES e concessão de GRANTS para o mesmo;
- . Análise diária do arquivo ALERTLOG;
- . Acompanhamento de consumo de memória referente à carga fita espelho;
- . Rebuild dos índices;
- . Limpeza de discos observando a ocupação de espaço do mesmo;
- . Alteração do banco de dados MTDESV e MTHML para o modo NOARCHIVELOG;
- . Distribuição dos DATAFILES do banco de dados em duas controladoras tendo por objetivo o melhor desempenho;
- . Criação de DBLINKS para efetuar cargas em instancias diferentes;
- . Criação de índices btree e bitmap, para melhorar o desempenho;
- . Criação de funções para o bando auxfun;
- . Análise de desempenho e tuning no bando de dados MTPRD;
- . Análise e resolução dos problemas provocados por linhas migradas e linhas encadeadas;
- . Execução do INITJVM.SQL para criação da classe JAVA;
- . Configuração do TNSNAMES para acesso dos usuários finais na instancia MTDESV;
- . Aumento do CACHE DE BUFFER para 112 MB;
- . Aumento da tablespace de acordo com a utilização e com o consumo físico;
- . Exclusão dos DBLINKS não autorizados;
- . Remoção da estatísticas do BD_RH2 para melhoria do desempenho;
- . Análise estatísticos de todos os schemas...
- . Alteração da SHARED_POOL_SIZE, para melhor desempenho dos bancos de dados em produção;
- . tuning nos sqls para melhor atender a equipe de atendimento e buscar melhor desempenho dos sqls;
- . Criação de scripts para backup lógico das instancias MTPRD, MTPROD, MTRAN, MTDESV E MTHML;

- Execução de script para correção de carga;
- Testes de auditoria para ativação da mesma;
- Teste com o RMAN para possível utilização;
- Migração do schema BD_ESTAGIO da Homologação para Produção;
- Padronização dos nomes dos schema, mudando o nome de BD_RH2 para BD_RH;
- Execução do TKPROF para análise de performance.

3.1.1.3. Sistemas de Informações

Durante o ano de 2006, a ênfase nos serviços de manutenção recaiu sobre os sistemas de suporte aos negócios da área de recursos humanos. A Coordenação decidiu, estrategicamente, privilegiar o atendimento daquela área, face à carência e desatualização das aplicações que atendiam o negócio da CGRH.

Nesse sentido, as equipes foram formadas de modo a acelerar as manutenções necessárias e evoluir dentro do possível com o sistema SIGEF que congrega o cadastro com inúmeros outros módulos de apoio às atividades de recursos humanos.

Ainda, por uma necessidade judicial, a Coordenação foi suscitada, ao longo de 2006, em capacitar a CGRH de um módulo que possibilitasse o controle e administração do recadastramento de aposentados e pensionistas do MT, sob pena do Ministério sofrer graves sanções pelo não atendimento dessa demanda judicial.

Sem prejuízo das ações voltadas para a área de recursos humanos, a Coordenação através de sua área de manutenção de sistemas também executou inúmeros serviços no rol de sistemas do Ministério, destacando-se, também as aplicações voltadas ao controle da área de planejamento e orçamento.

A seguir serão abordados os principais serviços objeto de manutenção realizada pela Coordenação no ano de 2006.

3.1.1.3.1. SIGEF – Sistema de Gestão de Recursos Humanos

3.1.1.3.1.1. Módulo de Gestão Funcional

Principais manutenções realizadas:

- Implementar módulo Cadastro de Servidores, Enquadramento de Cargo;
- Criar modelo padrão para o mapeamento dos dados do SIAPE e SIGEF;
- Compatibilizar estrutura das tabelas de órgãos e unidades pagadoras do SIAPE e do SIGEF;
- Realizar correção nos diferentes relatórios do módulo;
- Adequar funcionalidade Averbação de Cargo e de tempo de serviço;
- Criar relatórios de Comunicação de Licença, do histórico das funções, parametrizado por lotação e função;
- Desenvolver as funcionalidades Origem no SIGEF, Eventos Possíveis, Dados Bancários, Averbação de Função;
- Criar e parametrizar o Cadastro de Fundamentação para ser utilizado na funcionalidade Incorporação de Função;
- Elaborar nova modelagem de dados para a estrutura de Férias e alterar o fonte de acordo com esta nova estrutura;
- Alterar o sistema na funcionalidade de Férias;

- . Implementar módulo de cadastro de servidores do SIGEF, do controle de Margem Consignável por servidor;
- . Implementar relatório: Consulta Margem Consignável do Servidor;
- . Adequar os módulos de "Ingresso/Saída", Formação e Documentação;
- . Construir aplicativo para corrigir períodos concessivos de licença prêmio;
- . Adequar tela do cadastro de servidor, funcionalidade de Férias, funcionalidade de Afastamento, funcionalidade de Função, funcionalidade Situação Funcional;
- . Construir relatórios para a funcionalidade de Função;
- . Adequar aplicação de dependentes de servidor;
- . Criar relatório de comunicação de licença prêmio, para listar erros não tratados;
- . Implementar regras de negócio referentes a Suspensão de Pagamentos e realização de testes de unidade;
- . Atualizar base de teste e homologação do período de programação das férias conforme a regra de cálculo;
- . Apresentar o módulo para a equipe de RH.

3.1.1.3.1.2. Módulo de Benefícios

Principais manutenções realizadas:

- . Especificar os Casos de Uso referentes aos Benefícios
- . Elaborar projeto de interface (criar novos formulários de cadastro e adequação dos já existentes)
- . Projetar o BD (criar/adequar o modelo de dados para atender os novos requisitos de Benefícios)
- . Documentar os Casos de Negócio sobre Benefícios - Auxílio Transporte
- . Documentar os Casos de Negócio sobre Benefícios - Auxílio Alimentação
- . Documentar o Caso de Negócios sobre o Benefício - Plano de Saúde
- . Criar os documentos sobre as Regras de Negócio sobre Auxílio Alimentação, benefícios Auxílio Transporte e Auxílio Pré-Escolar
- . Propor nova estrutura para atender o módulo de Benefícios no BD de RH
- . Elaborar modelagem, criar e alimentar as tabelas de cálculo para Benefícios
- . Elaborar modelo de dados do módulo de consulta de beneficiários
- . Realizar manutenção corretiva na funcionalidade do Auxílio Alimentação, Relatório de Descontos Plano de Saúde – Unimed, Relatório de Plano de Saúde - Pesquisa e Impressão;
- . Corrigir o Sistema de Controle do Plano de Saúde;
- . Realizar manutenção corretiva no Relatório de Descontos do módulo plano de saúde UNIMED
- . Criar funcionalidade para verificar diferenças de lançamentos referentes a valores dos débitos e créditos das consignatárias;
- . Realizar manutenção corretiva no Relatório de Descontos Plano de Saúde – Unimed, Relatório de Plano de Saúde - Pesquisa e Impressão.

3.1.1.3.1.3. Módulo de Recadastramento

Principais manutenções realizadas:

- . Implementar correção no módulo de geração dos PDF's no Reativar Aposentados e Pensionistas;
- . Treinar equipe do recadastramento;
- . Implementar consulta informações da situação no recadastramento do servidor aposentado e do pensionista;

- . Adequar a atualização de pendência no cadastramento;
- . Realizar adequações na base de dados do sistema;
- . Implementar tela de login, conforme as especificações do SCA;
- . Implementar rotina para verificação da primeira emissão, conforme a data de nascimento do ano corrente;
- . Corrigir textos dos relatórios já implementados;
- . Corrigir tabela de motivos e de situações, fechar para edição, deixar só consulta;
- . Abrir para edição dos campos de representante legal na procuração;
- . Alterar texto na carta do cadastramento;
- . Retirar obrigatoriedade do número da procuração;
- . Implementar relatório de aposentados e pensionistas cadastrados;
- . Implementar assinatura do coordenador de RH nas correspondências;
- . Alterar a consulta da segunda emissão para fazer ligação com a linha correspondente à primeira emissão, para pegar o número e o ano desta;
- . Alterar a tabela de cadastramento, armazenando o número e o ano das correspondências já emitidas;
- . Alterar todas as consultas para buscar a UF na tabela de unidades da federação;
- . Implementar rotina para verificar se já foi emitida a 1.^a ou 2.^a emissão;
- . Revisar os 'pools' de conexão do weblogic;
- . Implementar rotina para apresentar as movimentações de cada cadastramento nas cartas de cada cadastrado;
- . Corrigir problemas na pesquisa WEB de situação no cadastramento de aposentados e pensionistas; correção do firewall que estava bloqueando a conexão, e o servidor de aplicação que não conseguia reiniciar os pools de conexão com o banco.

3.1.1.3.1.4. Módulo de Auxílio Funeral e de Reversão de Crédito

Principais manutenções realizadas:

- . Desenvolvimento do módulo de Reversão;
- . Desenvolvimento do módulo de controle de acesso ao sistema óbito;
- . Unificação dos códigos fontes do sistema de reversão;
- . Implementação do módulo de entrada de dados de consignatárias;
- . Implementação do módulo de controle de pagamentos de auxílio funeral;
- . Implementação do módulo de controle de usuários e de relatórios do auxílio funeral;
- . Implementação do relatório demonstrativo de auxílio funeral;
- . Implementação do relatório requisição de auxílio funeral;
- . Correção dos relatórios de reversões e de análise;
- . Desenvolvimento do relatório analítico e sintético para resgatar as listagens de débitos (ex-servidores) que geraram reversões;
- . Desenvolvimento da Guia de Pagamento para o Auxílio Funeral do sistema Óbito;
- . Desenvolvimento das consultas consolidadas das Reversões de Crédito com Retorno, das Reversões em Aberto e das Reversões Cadastradas relativas a 2005;
- . Desenvolvimento do relatório no sistema de óbito para a equipe GT referente a Reversão e atualização do sistema;
- . Desenvolvimento da funcionalidade - Envio Reversão ao Banco (sistema óbito);
- . Criação do protótipo do módulo de Retificação para validação de requisitos com usuário;
- . Implementação do Módulo de Retificação de Reversão no sistema de Óbito;
- . Implantação no ambiente de homologação da nova versão do sistema de Óbito;

- . Alteração dos relatórios para atender a nova funcionalidade Planilha de Cálculo no sistema de Óbito;
- . Alteração dos relatórios para adequar a nova funcionalidade Reversão de Retificação;
- . Implantação do sistema de Óbito;
- . Elaboração do MER do módulo de Reversão e Consignação utilizando o novo banco de dados de RH como referência;
- . Implementação do Relatório de Reversões de Crédito ocorridas parcialmente;
- . Implementação do Relatório Consolidado de Auxílio Funeral;
- . Construção de consultas SQL para o modelo de dados BD_RH2 equivalentes às consultas SQL do modelo BD_AUXFUN, referente ao sistema de ÓBITO;
- . Implementação dos formulários de Cadastro de Auxílio Funeral e Lançamento de Crédito de Auxílio Funeral;
- . Implementação do relatório Consolidado de Auxílio Funeral;
- . Implementação do relatório Guia de Pagamento de Auxílio Funeral;
- . Documentação do Caso de Uso Manter Óbito;
- . Implementação do formulário de cadastro de reversão, referente ao módulo de reversão;
- . Especificação dos casos de uso do Auxílio Funeral;
- . Conversão do sistema atualmente em Clipper / DBF para Delphi / Oracle;
- . Implementação do módulo de entrada de dados para o Cadastro de Requerentes e Cadastro de Auxílio Funeral;
- . Implementação do módulo de entrada de dados do cadastro de Bancos, cadastro de Agências, cadastro de Auxílio Funeral, cadastro de Descontos do Auxílio Funeral;
- . Treinamento dos técnicos do SEOF (Setor de orçamento e finanças) no sistema de Óbito;
- . Implantação do sistema de óbito no ambiente de homologação;
- . Implantação do sistema de óbito no ambiente de produção;
- . Implementação dos relatórios do Sistema de Reversão de Crédito.

3.1.1.3.2. Demais Sistemas Departamentais

3.1.1.3.2.1. SAPPI – Sistema Projetos Prioritários de Investimentos

Principais ações desenvolvidas:

- . Implementação do módulo de conversão de imagens;
- . Elaboração de manutenções corretiva e evolutiva no sistema;
- . Implementação de novas funcionalidades.

3.1.1.3.2.2. SICAR – Sistema de Controle de Arquivo do Protocolo Geral

Principais ações desenvolvidas:

- . Elaboração de manutenções corretiva e evolutiva no sistema;
- . Implementação de novas funcionalidades;
- . Implementação de relatórios gerenciais.

3.1.1.3.2.3. SLD – Sistema Lista de Dirigentes

Principais ações desenvolvidas:

- . Conversão do BD MYSQL para ORACLE;
- . Levantamento de requisitos do sistema;
- . Especificação de casos de uso;
- . Implementação dos casos de uso projetados.

3.1.1.3.2.4. SCDM – Sistema de Controle de Medicamentos

Principais ações desenvolvidas:

- . Elaboração de manutenções corretiva e evolutiva compreendendo Pesquisa de Servidor e Terceiros, Correção das Tabelas Básicas, Controle de Estoque Solicitação de Medicamentos, Relatório de Notas Fiscais, Relatório de Movimentações Eventuais, Cadastro de Terceiros, Cadastro de Dependentes, Lotação, Cadastro de Produtos Médicos, consulta de Lotes, cadastro de Terceiro, Acerto Estoque / Inventário, Inventário, relatório Listagem Princípio Ativo;
- . Levantamento de requisitos do módulo de Medicamentos de Uso Contínuo;
- . Implementação de requisitos do módulo de Medicamentos de Uso Contínuo;
- . Desenvolvimento e implementação da Listagem Classe Terapêutica, Listagem Medicamentos Vencidos de Servidor e Terceiros, Listagem Nome Comercial, Controle de Acesso.

3.1.1.3.2.5. SCP – Sistema de Controle de Pleitos

Principais ações desenvolvidas:

- . Desenvolvimento do instalador do sistema;
- . Implementação do instalador.

3.1.1.3.2.6. SICPAG – Sistema de Cálculo de Pagamentos

Principais ações desenvolvidas:

- . Adequação do sistema para atender requisitos do cálculo de atrasados de aposentados e pensionistas;
- . Adequação da tabela de Salário;
- . Adequação da tabela de Referências;
- . Adequação da tabela de Vantagem e Período/Fundamentação.

3.1.1.3.2.7. SIMIC – Sistema de Microfilmagem

Principais ações desenvolvidas:

- . Levantamento de requisitos do Sistema de Microfilmagem
- . Manutenção corretiva no cálculo dos valores brutos e líquidos das PCD's;
- . Implementação da funcionalidade pertinente.

3.1.1.3.2.8. SAE – Sistema de Administração de Estagiários

Principais ações desenvolvidas:

- . Levantamento de requisitos das saídas do sistema;

- Desenvolvimento e implementação dos Relatórios: Estágios com vencimento em um período, Estágios renovados em um período, Estágios em um período, Desligamento em um período, Folha de pagamento, Listagem de estagiários que tiveram frequência, Desempenho do Estagiário, Mapa de Estagiários dentro do MT, Arvore Hierárquica do Organograma funcional do MT;
- Alteração do modelo de dados do sistema com base nas solicitações feitas pelo usuário e novas alterações devido à integração com o BD_RH
- Implementação do sistema de forma integrada com a base de dados do BD_RH, apontando para as tabelas de pessoa física e endereço.

3.1.1.3.2.9. SIADIP – Sistema de Diárias e Passagens

Principais ações desenvolvidas:

- Migração das tabelas do banco de RH da produção para o banco do SIADIP do desenvolvimento, permitindo adaptação da aplicação para buscar neste novo schema;
- Conversão de dados do esquema BD_SIADIP para e inserção dos mesmos no esquema BD_RH2.

3.1.1.3.2.10. SGP – Sistema Grupo Executivo

Principais ações desenvolvidas:

- Manutenção no cadastro de Acesso a Usuários;
- Manutenção corretiva no módulo de Controle de Acesso.

3.1.1.3.2.11. SGI – Sistema Gestão de Internet

Principais ações desenvolvidas:

- Manutenção corretiva nos relatórios do sistema;
- Alteração da estrutura do banco de dados.

3.1.1.3.3. Ambiente WEB

3.1.1.3.3.1. Soluções Internet

Principais ações desenvolvidas:

- Eliminação da seção de notícias;
- Ajustes na funcionalidade de bloqueio da postagem de questionamentos a licitações;
- Inclusão da seção "Arquivos de Áudio" em substituição à seção "A Voz do Brasil". Ajuste do layout da seção Transportes agora no site do MT.
- Elaboração dos casos de uso do sistema de Solicitação de Impugnação;
- Ajuste nos textos das funcionalidades de envio de e-mails de notificação de renovação de cadastro e de envio de e-mails de notícias segundo política anti-spam estabelecida;
- Geração de script, conversão das tabelas do módulo de solicitações de impugnações à licitação e criação das mesmas no BD ORACLE;
- Desenvolvimento da funcionalidade Formulário de Envio de Solicitações de Impugnação;

- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Anexar arquivos ao banco de dados;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade de Download de arquivos anexos do banco de dados;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade de Pesquisar Solicitações de Impugnação;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade de Detalhar Solicitações;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade de Elaborar Expediente;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade de Redigir Fundamentação;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Redigir Resolução;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Invalidar Solicitação;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Remover Solicitação;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Publicar Solicitação;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Cadastrar/Alterar Processo;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Inserir Modelo de Documentos;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Exibir Solicitações de Impugnação;
- . Desenvolvimento e implementação da funcionalidade Edição de documentos e conversão em formato HTML;
- . Remoção da opção Elaborar Resolução dos scripts do gerenciamento interno de solicitações e dos scripts de visualização externa desse dado;
- . Geração, testes e encaminhamento de scripts SQL para criação de tabelas no ambiente de produção.

3.1.1.3.3.2. Soluções Intranet

Principais ações desenvolvidas:

- . Desenvolvimento da seção de avisos da Intranet;
- . Implementação e implantação da seção de segurança e controle de acesso SCA na Intranet;
- . Reestruturação da tela de pesquisa de notícias;
- . Adoção de padronização nas exibições de matérias;
- . Teste e validação das implementações efetuadas;
- . Execução do plano de implantação do sistema de solicitações de impugnação;
- . Criação de ambiente de produção no BD Oracle;
- . Alteração do link da ouvidoria para a Central do Servidor;
- . Validação das informações do sistema de Classificados, Fórum e Quadro de avisos.
- . Criação de mecanismo para manter históricos dos dados excluídos a respeito de Quadro de avisos, classificados, Fóruns das secretarias e do institucional;
- . Desenvolvimento de scripts para dar validade às informações inseridas em Classificados, Quadro de avisos, Fórum;
- . Alteração de scripts de Relatórios Técnicos, Relatórios de Viagem, Fórum, Palestras, Seminários e Eventos para suportar as subdivisões das secretarias, alteração de implementação realizar por ordens superiores;
- . Criação de menu pop-up para implementação na Intranet;
- . Ajuste na ouvidoria para acrescentar o módulo de FAQ (Incluir, excluir, alterar e acompanhar);
- . Criação de combo com opções padrões de atendimento no sistema central do servidor;

- Criação de mecanismo onde o gestor do fórum possa deletar as respostas, gestor da intranet também;
- Criação do campo de justificativa para gestores deletar mensagens e tópicos de outras pessoas no fórum de sua secretaria;
- Criação de documentação dos casos de uso sistemas e banco;
- Criação de um módulo de cadastro de gestores para alimentação de conteúdos das secretarias. Incluir, Excluir e Alterar;
- Alteração do mecanismo do fórum, onde o gestor do fórum poderá eliminar qualquer tópico e ou mensagem no mesmo;
- Criação do campo de palavra chave no cadastro de Relatórios Técnicos, Relatórios de Viagem Palestras, Seminários, Eventos e sistema de busca por título e palavra chave criando os tópicos de pesquisa (Áreas);
- Criação dos slides de apresentação do modelo de gestão da intranet para apresentação aos secretários do Ministério;
- Adaptação dos sistemas da intranet para cadastro dos gestores de cada secretaria do ministério;
- Desenvolvimento de documentação para apresentar a intranet para os gestores;
- Apresentação dos sistemas desenvolvidos para intranet aos coordenadores e gestores das secretarias do ministério;
- Desenvolvimento da cartilha explicativa de como usar e alimentar a intranet;
- Criação do modelo de Gestão da Intranet;
- Criação da tabela para cadastro de gestores de conteúdo das secretarias;
- Criação de Script para mostrar os tipos de mensagem que o usuário poderá enviar através do sistema Central do Servidor;
- Criação do módulo de cadastro de gestores para alimentação de conteúdos das secretarias;
- Alterar mecanismo do fórum, onde o gestor do fórum poderá eliminar qualquer tópico e ou mensagem no mesmo;
- Criação de campo de palavra chave no cadastro de Relatórios Técnicos, Relatórios de Viagem, Palestras, Seminários, Eventos e sistema de busca por título e palavra chave criando as tópicos de pesquisa (Áreas);
- Criação de link para abrir explicação nos índices dos diagramas;
- Inserção da intranet no CVS, procurar informações de salva de arquivos;
- Publicação da intranet.

3.1.1.4. Suporte ao Usuário

Em 2006, de modo a continuar assegurando um alto nível de disponibilidade dos recursos de informática e comunicações aos usuários do MT, o setor de Help-desk orientou suas ações em projetos que otimizaram as ferramentas de gestão em utilização, o que garantiu um maior controle das solicitações encaminhadas, permitindo assim, à Central, um melhor planejamento das soluções a serem executadas em solicitações futuras. Projetos que se destacaram:

- Inserção de novos mecanismos de controle do registro de chamadas, o que disponibilizou inúmeras estatísticas parametrizadas pelo usuário;
- Elaboração de projeto de modo a aumentar os canais de relacionamento com o usuário, oferecendo como mais uma opção, a INTRANET para a abertura de chamados para atendimento;
- Ressalte-se ainda, o selo de qualidade em procedimentos de atendimento e suporte na área de TIC conseguido pela empresa que fornece os serviços de

Help-Desk e Suporte ao Usuário do Ministério dos Transportes. A qualificação se deu no Programa Probare que é referência para os serviços dessa natureza. Com isso, o Ministério passa a contar com um nível melhor no atendimento a sua comunidade de usuários.

3.1.1.5. Demais Ações Implementadas

Ainda por conta das metas estabelecidas para 2006, e numa atuação conjunta com a Coordenação-Geral, enumeram-se a seguir, as metas que receberam no decorrer do período, um tratamento especial, as quais obtiveram no todo do que foi planejado, um alto índice de execução de ações pertinentes.

- Colaborar com a CGMI/DNIT na reestruturação dos sistemas informatizados do órgão;

A Coordenação consolidou ao longo de 2006, a comunicação com o DNIT através da INFOVIA. A partir dessa consolidação foi possível estabelecer uma relação de confiança entre as redes do DNIT e do MT, de modo a proporcionar uma ação mais efetiva de colaboração entre os dois entes públicos.

Podemos destacar ao longo de 2006 avanços na adoção de padronizações para melhorar a integração de informações e suas disponibilidades para uso geral.

Ressalta-se, também, a colaboração entre DNIT/MT, na ligação eletrônica dos Núcleos de Recursos Humanos – NRH-MT, para atendimento descentralizado a aposentados e pensionistas do Ministério dos Transportes em vasta extensão do território nacional.

- Concluir os trabalhos de levantamento de atividades e necessidades de informações da Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT;

No exercício em questão A Coordenação terminou a primeira fase de levantamentos e com a implementação da INTRANET-MT, esse material ficou à disposição da SPNT para divulgação, discussão, reformulação e ampliação de seus contextos.

- Acompanhar junto a SEGES e ao SERPRO, o desenvolvimento do projeto SISPORTOS.

A atividade de acompanhamento do SISPORTOS foi efetiva no decorrer do exercício, onde o papel da CGMI foi muito relevante na crítica e avaliação dos relatórios das fases do projeto.

- Elaborar Projeto Básico (Técnica e Preço) para licitação dos serviços de digitalização e autenticação de documentos em parceria com a CGRH (cerca de aproximadamente 100.000 aposentados e pensionistas – processos);

A licitação não ocorreu no ano em questão pela falta de recursos orçamentários.

- Estabelecer junto ao DNIT, o envio de fluxos de dados com vistas à elaboração de relatórios gerenciais e gráficos;

A CGMI estabeleceu, preliminarmente, um fluxo de informações, particularmente, em relação ao acompanhamento orçamentário das ações em rodovias.

- Iniciar e concluir os trabalhos de levantamento de atividades e necessidades de informações junto à SEGES, SFAT e SE;

No sentido de otimizar os recursos humanos e financeiros, a Coordenação iniciou e concluiu o levantamento da SE, em conjunto com a identificação de processos necessária a reformulação do sistema de gabinete.

- Iniciar o projeto de Gestão de Conhecimento em articulação com as secretarias finalísticas e as subsecretarias da Secretaria Executiva;

O projeto de gestão de conhecimento também se valeu da necessidade de reformulação do sistema de gabinete, onde os processos de interação entre essas unidades foram contemplados. Entretanto, cabe aqui esclarecer que não houve a integração sistêmica com os órgãos vinculados.

- Prospectar e implantar, baseado em software livre, solução de segurança que garanta redundância lógica por falha de hardware com afetação aos serviços de rede;

Na área de rede do MT, todas as soluções de segurança são implementadas através de softwares livres, e atualizadas e prospectadas continuamente, na busca de aplicações que elevem o nível de segurança, confiabilidade e qualidade da rede MT.

- Elaborar projeto para regularização e atualização das licenças de uso para o Exchange 2003 com vistas a garantir os serviços de correio eletrônico do MT;

Ao longo de 2006 foi elaborado Termo de Referência para regularização e atualização das licenças, mas não houve recursos financeiros para avançar no processo.

- Elaborar termo aditivo para contratação do licenciamento da tecnologia de Snapshots de modo a consolidar a política de back-Up implementada pelo projeto que instituiu a Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (Storage Área Network – SAN) do MT;

Não ocorreu em 2006.

- Consolidar o ambiente de teste e homologação configurado no exercício anterior, com o uso maciço de processos que envolvam experimentos com os softwares aplicativos componentes dos sistemas de informações do MT;

Os ambientes foram configurados, implementados e se encontram operacionais no ambiente de rede do MT.

- Elaboração de projeto para contratação de uso continuado da plataforma de armazenamento de dados Symetrix visando à otimização dos seus recursos;

Durante o ano de 2006, a CGMI/COINF avaliou essa meta e decidiu revertê-la em função do storage STORAGETECH, adquirido em dez/2004, pela economicidade, performance e garantia de suporte. O equipamento Symetrix encontra-se fora de linha de produção, elevando o risco na segurança e guarda de informações.

- Elaboração de projeto para regularização e atualização do software Office 2003 baseado na plataforma Windows 2003;

Ao longo de 2006 foi elaborado Termo de Referência para regularização e atualização das licenças, mas não houve recursos financeiros para avançar no processo.

- Elaboração de projeto para regularização e atualização do SMS – software de atualização automática e inventário para controle de equipamentos da rede do MT.

- Elaboração do projeto de contratação de Produto - na forma de Software - para integração funcional dos diferentes módulos adquiridos pelo MT do Sistema de Informações do Gabinete do Ministro dos Transportes.

3.2. Coordenação de Informação

No ano de 2006, ações com foco na estruturação das informações corporativas teve como centro a utilização das tecnologias emergentes, tal como a INTRANET, permitindo assim, alinhar as informações das várias unidades de negócio do Ministério.

3.2.1. Ações desenvolvidas

- Manutenção preventiva e corretiva na Home Page do MT, de modo a facilitar a prestação de informações ao público externo através da seção “Fale com o Ministério” presente no Site do MT. Tais ações promoveram um melhor monitoramento dos e-mails recebidos, na leitura e análise de seus conteúdos, permitindo seu redirecionamento para as áreas competentes e na elaboração de respostas, quando o assunto é pertinente às atividades da Coordenação, o que facilitou como um todo, o acompanhamento das respostas enviadas aos cidadãos;
- Participação, juntamente com a Assessoria de Comunicação Social – ASCOM, na definição do modelo para o novo site do MT. O propósito é torná-lo mais iterativo, com o público interno e externo; apresentar resultado das ações do Ministério e, prestar serviços à sociedade. Entrevistas foram realizadas em todas as Secretarias onde se identificou os principais produtos/serviços produzidos a serem divulgados;
- Implantação da INTRANET do MT a partir das seguintes atividades:
 - Identificação do fluxo das informações produzidas e disseminadas entre as Secretarias do MT;
 - Definição de um modelo para a Gestão da Informação;
 - Elaboração de programas para a consolidação do novo modelo;
 - Divulgação interna do modelo; e
 - Treinamento dos gestores de conteúdo, dois por Secretaria, para a publicação de informações produzidas. Nesse aspecto, cabe esclarecer que não contamos com a participação dos gestores de conteúdo da Secretaria Executiva do MT;
- Informatização da Biblioteca, em andamento, envolvendo a área do Ed. Sede e do Núcleo dos transportes, com a implantação do software Sophia;
- Execução de projeto com o fito de desenvolver em ambiente WEB, aplicativo para captação de informações sobre a infra-estrutura de TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação existente no âmbito do Ministério dos Transportes com vistas a viabilizar, posteriormente, via INTRANET, a divulgação de um Diretório Referencial com todas as informações da área, o que atende solicitação do Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes – CETIIT. Ressalte-se que até o término do exercício em questão não foi observado, o preenchimento das informações solicitadas ao DNIT e a ANTAQ;

- Estruturação das informações, para divulgação do site, da Secretaria de Fomento para Ações de Transporte/Departamento do Fundo da Marinha Mercante.

3.3. Coordenação de Modernização

Ainda que pese o reconhecimento dos inúmeros benefícios que a informatização tem proporcionado ao longo do tempo para o conjunto das atividades executadas nas unidades do Gabinete do Senhor Ministro, o ano de 2006 teve como marca, a realização de estudos que apontou em termos de modernização, a fim de lhe dar maior eficiência, a sugestão de criação no contexto do Gabinete, de área específica para a gestão de informações.

3.3.1. Ações desenvolvidas

- Implantação da Estrutura Regimental em atendimento ao Decreto nº. 5.480, de junho de 2005;
- Participação no Projeto de Modelagem de Processos, Informações e Sistemas do ambiente do Gabinete do Ministro dos Transportes;
- Implantação na Intranet de produtos como: lista de dirigentes, manuais de interesse do servidor, organogramas dos órgãos do MT, regimento interno, correspondências oficiais;
- Acompanhamento e atualização do Manual de Serviço “A Quem Pedir”;
- Acompanhamento e atualização dos Personogramas (nomeação e exoneração dos DAS’s);
- Acompanhamento e atualização da “Lista de Dirigentes”;
- Acompanhamento, atualização e distribuição do Regimento Interno;
- Acompanhamento e atualização da sinalização do Ministério dos Transportes;
- Participação como representante do Ministério dos Transportes no Grupo de Trabalho na Comissão Interministerial – Celebração alusiva ao Centenário do Vôo do 14-Bis, bem como elaboração e aprovação da Lei nº. 11.363 de 23 de outubro de 2006, que denomina Rodovia Santos Dumont, a rodovia BR-116 do quilometro 0 (zero) em Fortaleza, no Estado do Ceará, até o entroncamento com a BR- 040, no Estado do Rio de Janeiro;
- Elaboração da Proposta junto ao DNIT e ANTT para a confecção de 24 placas, em processo de instalação com o nome de “Rodovia Santos Dumont”, nos trechos indicados;
- Elaboração de um novo Projeto de sinalização das unidades administrativas do MT;
- Participação do Grupo de Trabalho na elaboração do Projeto de Modernização dos Processos de Gestão no Gabinete do Ministro (em andamento);
- Organização do acervo documental da antiga STT, hoje sob o comando da Secretaria de Política Nacional de Transportes;
- Participação em Comissões Interministeriais;
- Participação no Comitê de Gestão do Conhecimento, do Governo Eletrônico;
- Participação nas comissões de licitação, informação e inquéritos; e
- Elaboração de atos normativos (licitação e contratos de informática).

4. PRINCIPAIS RESULTADOS ATINGIDOS

4.1. Coordenação de Informática

4.1.1. Gestão dos Contratos e Serviços

Podemos destacar:

- Termo Aditivo assinado com a empresa Poliedro Informática, Consultoria e Serviços Ltda., para continuidade da prestação de serviços de manutenção em sistemas de informática;
- Termo Aditivo assinado com a empresa Montana Planejamento e Serviços Ltda., para continuidade da prestação de serviços de help-desk e suporte aos usuários;
- Contratação de concessão de circulação de informações das redes eletrônicas do MT através da rede digital do governo federal junto ao Serviço Federal de Processamento de Dados – Serpro,;
- Contratação de serviços especializados de manutenção de No-Break junto à empresa Power Engenharia Ltda.;
- Contratação de locação de impressoras laser coloridas com todos os consumíveis, exceto papel, junto a Empresa Hora H;
- Termo Aditivo assinado para dar continuidade a locação de impressoras laser em preto e branco de grande capacidade de impressão junto à empresa PANACOPY.

4.1.2. Ambiente de Rede Corporativa

Podemos destacar:

- Aquisição de servidores de rede para incremento da Rede de Interconexão de Dispositivos de Armazenamento (Storage Area Network – NeSAN) do MT.
- Aquisição complementar de ativos de rede, visando a instalação de Switch Core redundante para a rede corporativa do MT;
- Aquisição de licenças de uso do software básico Windows 2003 Server de modo a viabilizar a uniformização de seu uso nas unidades do DNM;
- Migração do sistema Operacional NT 4.0 para Windows Server 2003 Active Directory – AD;
- Implementação de Laboratório para migração do sistema Solaris 9.0 para Solaris 10;
- Migração de Oracle 8 i para a versão 9 i;
- Implementação de Laboratório para migração de Oracle i 9.0 para a versão 10 G;
- Implantação de redundância para aplicações de segurança;
- Instalação e configuração do Active Directory 2003 em dois servidores de rede;
- Migração de todas as estações de trabalho para o novo domínio (MT);
- Otimização dos serviços de e-mail/anti-spam;
- Implantação do módulo Anti-Spyware nas estações de trabalho.

4.1.3. Sistemas de Informações

Podemos destacar:

- Retomada do SIGEF para implantação do módulo Cadastro de Servidores; situação funcional (afastamento, anuênio, averbação, cargo, férias, função, Gdata, incorporação de função, ingresso/saída, licença prêmio, lotação, suspensão de pagamento); e rotina de carga mensal compatibilizando as tabelas do Siape com as tabelas do Sigef.
- Retomada do módulo de Benefícios para manutenção corretiva nos relatórios do plano de saúde UNIMED e processamento das faturas encaminhadas pela GEAP.

- Retomada do módulo de Auxílio Funeral e Reversão de Crédito, o que implicou na conversão do mesmo da linguagem Clipper/DBF para Delphi/Oracle e respectiva implantação do módulo de entrada de dados do Auxílio Funeral, da Reversão de Crédito e da Retificação da Reversão de Crédito.
- Retomada do módulo de Recadastramento de Aposentados e Pensionistas para atualização dos dados cadastrais de Aposentados e Pensionistas, assim como o de Controle de suspensões de pagamento.
- Retomada do módulo de Gestão Funcional para disponibilização de dados da movimentação financeira do SIAPE para consultas do Contracheque, ficha financeira, imposto de renda pessoa física, beneficiários de consignação e cálculo de pagamento a nível de implementação /homologação.
- Retomada do módulo SICPAT - Cálculo de Passivo Trabalhista para implantação de funcionalidade para cálculo das vantagens do tipo DAS e Assistente Jurídico.
- Retomada do módulo SICAT - Cálculo de Atrasados de Aposentados e Pensionistas para manutenção evolutiva de modo a viabilizar o cálculo de atrasados de aposentados e pensionistas com atualização dos 3,17%.
- Retomada do sistema SIAEX – Acompanhamento dos lançamentos contábeis da Execução Orçamentária do Ministério dos Transportes no SIAFI visando a realização da carga dos escritórios de programação financeira, autorização de pagamento de empenhos liquidados e devolução de valores autorizados para pagamento.
- Retomada do sistema SICAP – Controle e Acompanhamento de Processos para manutenção corretiva no relatório de processos e documentos pendentes e evolutiva para implantação de consulta WEB.
- Retomada do sistema SPL – Passe Livre para implantação do módulo de distribuição de Kit's.
- Retomada do sistema SCA – Controle de Acesso, para manutenção corretiva e posterior implementação dos componentes de segurança.
- Retomada do sistema SGP – Gestão de Processos para manutenção corretiva nos Relatórios: “Processos analisados pela Conjur” e o de “Situação de Processos”.
- Retomada do sistema ST – Sistema de Terceirizados, para manutenção evolutiva visando a implantação de controle de profissionais terceirizados que exercem atividade no Ministério.
- Retomada do sistema SAPPI – Sistema de Acompanhamento de Projeto Piloto de Investimentos para manutenção corretiva e evolutiva no módulo de imagem.
- Retomada do sistema SICAR – Sistema de Controle de Arquivos para manutenção corretiva no relatórios gerenciais.
- Retomada do sistema SLD – Sistema Lista de Dirigentes para manutenção corretiva que visou Conversão do banco de dados MySQL para o banco Oracle.

- Retomada do sistema SCDM – Sistema de Controle de Distribuição de Medicamentos para manutenção corretiva e evolutiva nos módulos de medicamentos de uso contínuo e integração com o banco de RH.
- Retomada do sistema SIMIC – Sistema de Microfilmagem para manutenção corretiva visando a padronização do mesmo de acordo com o padrão de documentação do Ministério.
- Retomada do sistema SAE – Sistema de Acompanhamento de Estágios para manutenção evolutiva com implementação de novos relatórios no sistema de acompanhamento de estágios.
- Retomada do sistema SCEMO – Sistema de Controle de Equipamentos Médico-Odontológico para manutenção evolutiva com implementação de novos relatórios no sistema de acompanhamento de estágios.
- Retomada da solução Internet para manutenção corretiva e evolutiva na Home page do site do Ministério dos Transportes.
- Manutenção evolutiva para implantação da solução corporativa Intranet no Ministério dos Transportes.

4.1.4. Suporte ao Usuário

Podemos destacar:

- Instalação de sistemas e aplicativos nos equipamentos dos usuários;
- Remanejamento de equipamentos por solicitação ou obras;
- Configuração de equipamentos em geral;
- Controle patrimonial e do remanejamento dos equipamentos de informática;
- Testes de equipamentos e suprimentos de informática adquiridos pelo Ministério;
- Controle e acompanhamento das Ordens de Serviços;
- Gestão do contrato de help-desk; e,
- Inúmeros outros serviços de suporte e atendimento aos usuários.

4.2. Coordenação de Informação

Podemos destacar:

- Atendimento/encaminhamento de solicitações do público, quanto às atividades do setor transportes, conforme quadro abaixo:

Comentários Enviados por Área de Interesse		
Área	Quantidade	%
Transporte Rodoviário	2.891	33,11
Transporte Ferroviário	669	7,66
Transporte Hidroviário	173	1,98
Transporte Portuário	230	2,63
Informações Funcionais (Servidores Ativos, Aposentados e Pensionistas)	2.264	25,93
Projetos e Programas	686	7,85
Outros	1.818	20,82
Total	8.731	100

Comentários Enviados por Tipo		
Tipo de Comentário	Quantidade	%
Sugestão	406	4,65
Dúvidas	2.063	23,62
Reclamação	1.584	18,14
Elogios	91	1,04
Consulta	4.587	52,53
Total	8.731	100

Estatística Operacional dos Comentários		
Categoria	Quantidade	%
Comentários Respondidos	1.731	19,82
Comentários Respondidos Com Cópia	49	0,56
Comentários Encaminhados	6.557	75,10
Comentários Encaminhados Com Cópia	212	2,42
Comentários Excluídos por Duplicidade	63	0,72
Comentários Excluídos por Incoerência	109	1,24
Total de Comentários Excluídos	172	1,96
Total de Comentários Operacionalizados	8.721	80
Total de Comentários Recebidos	8.731	100

Estatística por Competência dos Comentários Encaminhados					
Órgão/Setor	Qtd. Encaminhada	Qtd. Encaminhada CC	Órgão/Setor	Qtd. Encaminhada	Qtd. Encaminhada CC
ANTAQ	111	12	ANTT	732	19
ASCOM	273	71	ASPAR	0	0
BIT	102	8	CGMI	4	1
CGRH	2.653	16	CGRH (2)	149	2
CGRL	51	2	CIDE	20	0
Codesp	2	0	COMOR	0	0
CONJUR (p)	17	0	CORIN	76	14
CPMA	10	0	Denatran	2	0
DIBIB	75	8	DMM	41	5
DNIT	690	65	DPRF	17	3
G M	31	5	Outro(s)	0	97
PARE	63	7	PASSELIV RE	1.133	8
SE (p)	55	2	SEGES	58	8
SFAT	2	1	SPNT	189	14
SPO	1	0	STT	0	0
Total de Destinatários Encaminhados			6.557		
Total de Destinatários Encaminhados CC			368		

- Previsto para ter seu término em janeiro de 2007, estudos de viabilidade estão sendo desenvolvidos pela ASCOM, com o acompanhamento desta Coordenação para definição do modelo do novo site para o MT. Tais estudos estão sendo balizados por reuniões técnicas que envolvem a própria ASCON, esta

Coordenação de Informação, assim como uma agência de publicidade que também participa do projeto de redefinição da página principal do site.

- No que diz respeito aos resultados alcançados pelo projeto da INTRANET, as ações desencadeadas durante o exercício fizeram com que sua implantação se desse de forma definitiva, o que fez com que os serviços prestados pela nova ferramenta se consolidassem no âmbito do prédio do Ministério, encontrando-se atualmente em franca utilização pelas Secretarias. Cumpre ressaltar que, tanto a Secretaria Executiva como a Secretaria de Fomento para Ações de Transportes continuam a serem as únicas a não ter, ainda, publicado matérias nesta poderosa ferramenta difusora de informações e geradora de conhecimento para a instituição MT que é a Intranet.
- No que tange a ações de informatização e atendimento da Biblioteca, estas alcançaram resultados que envolveram os seguintes aspectos:
 - Circulação
 - Empréstimo Domiciliar
 - Empréstimo Interbibliotecário:
 - Biblioteca da A.E.U.D.F.;
 - Biblioteca da ANTAQ;
 - Biblioteca da ANTT;
 - Biblioteca do Câmara dos Deputados;
 - Biblioteca do Ministério da Saúde;
 - Biblioteca do Ministério da Justiça;
 - Biblioteca Ministério do Trabalho e Emprego;
 - Biblioteca do Senado Federal;
 - Biblioteca Supremo Tribunal Federal;
 - Biblioteca do Tribunal de Contas da União;
 - Biblioteca do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.
 - Doação de publicações para diversos órgãos e instituições de ensino: 858
 - FAX: 74
 - Indexação da legislação publicada no D.O.U. e referente ao Ministério dos Transportes: 1078
 - Periódicos: 85
 - Pesquisa legislativa: Base de Dados do GEIPOT, DATALEGIS, INTERNET, Pesquisa Rede RVBI: 536
 - Preparação para encadernação de exemplares do Diário Oficial da União (janeiro a dezembro de 2006)
 - Publicações incluídas no Software SophiA: 321
 - Assessoria Internacional do Ministério dos Transportes;
 - Biblioteca Comunitária do Município Simões Filho (Simões Filho / BA);
 - Biblioteca Pública Municipal Sharffenberg de Quadros;
 - Centro de Memória do Deptº de Estrangeiros do Ministério da Justiça
 - 10º Batalhão de Polícia Militar de Blumenau – SC;
 - Faculdade de Engenharia e Agrimensura de Pirassununga – FEAP (São Paulo);
 - FEBASP Associação Civil;
 - Fundação Biblioteca Nacional;
 - Ministério das Cidades (Brasília / DF);
 - Secretaria de Estado da Cultura do Distrito Federal;
 - Secretaria de Educação e Cultura – SEDUC Teresina – PI;
 - The US Library of Congress Office Brazil;

- Ultrascope.org / Michael Neubert – Alemanha;
- Universidade Estadual de Maringá UEM/MBP Maringá –PR;
- Universidade Federal do Rio de Janeiro;
- Universidade Federal de Salvador (Bahia).
- Atendimento às pesquisas solicitadas através do site do MT, e-mail da Biblioteca, telefone e fax, estatística anexa;
- Elaboração de listagem das publicações descartadas do acervo das Unidades, para doação e intercâmbio;
- Organização nas estantes, por ordem alfabética, das publicações editadas pelo GEIPOT/MT;
- Participação em Cursos e Seminários;
- Processamento técnico de publicações: inclusão de publicações no Software;
- Reorganização de todo acervo da Biblioteca do MT, Unidade Núcleo dos Transportes, com descarte e reposição nas estantes, por ordem de classificação;
- Seleção, organização e disponibilização de publicações doadas pela ANTAQ, SEGES/MT, SPNT, DLIQ/ MPO;
- Seleção e Descarte de publicações na Unidade Edifício Sede e Unidade Núcleo dos Transportes;
- Treinamento dos servidores da Biblioteca no Sistema Sophia.
- As ações executadas pela área de microfilmagem obtiveram os seguintes resultados:

ROLOS FILME (MICROFILMADOS)	DOCUMENTOS (CGRH)	INDEXAÇÃO ROLO (205 A 244)
100 (OBS: CONCLUÍDOS)	301.110	23.957 REGISTROS

ROLOS DE FILME EM DESENVOLVIMENTO (13)

PREPARAÇÃO	NUMERAÇÃO	INDEXAÇÃO
39.800 DOC	39.800 DOCUMENTOS	5.500 REGISTROS

- Resultados alcançados em eventos externos
 - Participação no Encontro Técnico dos Integrantes do Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA da Administração Pública Federal;
 - Participação das Reuniões do Comitê Técnico de Gestão do Conhecimento e Informações Estratégicas – SLTI/MP;
 - Participação no encontro de apresentação do Painel sobre Segurança da Informação – GSI-PR/Comando da Marinha/CASNAV;
 - Participação no Encontro de Ouvidorias do e-GOV – SLTI/MP;
 - Participação no encontro de apresentação do Painel sobre Modelo de Acessibilidade do Governo Eletrônico – e-MAG – SLTI/MP.

4.3. Coordenação de Modernização

Podemos destacar:

- Estrutura Regimental do MT de acordo com o Decreto 5.480;
- Lista de dirigentes, organogramas do MT, manuais, regimento interno, correspondências oficiais, disponíveis via rede (Intranet) a todos os servidores do Ministério;
- Manual “A Quem Pedir” para facilitar ao usuário/servidor, o acesso mais ágil e o atendimento eficaz dos pedidos de serviços prestados pelas diversas unidades administrativas da Subsecretaria de Assuntos administrativos;
- Conjunto de personogramas para dispor de informações atualizadas para seus devidos fins;

- Lista de dirigentes para informar nome, lotação, cargo, telefone, endereço e e-mail dos dirigentes do Ministério dos Transportes;
- Manual de Organização atualizado contendo regimento interno, Organogramas do MT, e da síntese organizacional a fim de facilitar as freqüentes, consultas de servidores e usuários de acordo com as peculiaridades de cada órgão do MT;
- Sinalização com layout padronizado para orientar servidores, funcionários e visitantes na localização de setores e salas e facilitar o recebimento de correspondências;
- Lei nº. 11.363 de 23 de outubro de 2006, que denomina Rodovia Santos Dumont, a rodovia BR-116 do quilometro 0 (zero) em Fortaleza, no estado do Ceará, até o entroncamento com a BR- 040, no Estado do Rio de Janeiro;
- Documento propondo confecção de placas de sinalização em rodovia – Projeto Santos Dumont;
- Projeto de Sinalização das unidades administrativas do Ministério dos Transportes;
- Proposição do novo modelo de Gestão por processos no Gabinete do Ministro;
- Arquivamento de documentação;
- Relatórios conclusivos;
- Novos conhecimentos sobre os temas discutidos, para serem aplicados na Coordenação-Geral de Modernização e Informática e/ou no âmbito do Ministério;
- Relatórios conclusivos de fatos apurados e/ou trabalhos realizados; e,
- Atos normativos solicitados.

5. PROJEÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2007

5.1. Coordenação de Informática

- Executar projetos resultantes da participação do Coordenador-Geral nos trabalhos do Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação dos Transportes – CETIIT;
- Executar projetos relacionados com a implantação da Política de Segurança da Informação – PSI, segundo a Resolução nº. 02 (dois) do CETIIT, cuja coordenação é do Coordenador-Geral da CGMI;
- Implementar na Intranet, os resultados das ações da CGMI.
- Colaborar com a Coordenação-Geral no aperfeiçoamento do Diretório Referencial, sistema de responsabilidade do Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação dos Transportes - CETIIT que abriga informações relacionadas com os sistemas institucionais e respectivo parque de equipamentos;
- Elaborar projeto visando licitação para contratação de empresa especializada em manutenção de cabeamento estruturado de rede local, incluindo fornecimento de materiais e equipamentos;
- Elaborar projeto visando licitação para aquisição de equipamentos ativos de rede (switches de borda);
- Elaborar projeto de cabeamento de rede Categoria 6 (CAT 6) para o Ministério, prevendo a implementação de serviços integrados (dados, voz e imagem), inclusive com elaboração do termo de referência para futura licitação;
- Elaborar e executar projeto que vise a revisão da documentação da rede com diagnóstico que possibilite implantar melhorias no processo de gestão;
- Promover internamente a divulgação dos procedimentos de operação da rede;
- Elaborar projeto para implantação dos serviços centralizados de impressão (impressão departamental) visando redução de despesas e melhoria de qualidade;

- Implementar sistema Windows 2003-AD no âmbito das redes do DMM – Departamento de Marinha Mercante;
- Elaborar projeto visando licitação para aquisição de acréscimo dos recursos de armazenamento (storage) e de backup para o Centro de Informática;
- Concluir processo de informatização dos Núcleos de Recursos Humanos nos estados;
- Elaborar e executar projeto que defina os procedimentos de rotina para manutenção dos bancos de dados;
- Rever e definir política e procedimentos de backup/restore para o Centro de Informática;
- Rever e definir política e documentação de passagem de sistemas do ambiente de desenvolvimento para o de produção;
- Implementar turno noturno de operação do Centro de Informática, tendo em vista a manutenção de bases de dados e de sistemas;
- Estabelecer um plano de contingência da área de operação com efetivo treinamento nos seus procedimentos de execução;
- Estabelecer plano de trabalho com o fito de rever a Política de Segurança de TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação no âmbito do Ministério dos Transportes;
- Concluir a instalação, configuração e procedimentos de operação dos servidores centrais de rede adquiridos junto à Star Company (10 servidores);
- Concluir a instalação, configuração e procedimento de operação dos equipamentos ativos de rede (switches departamentais) no Edifício Anexo do MT;
- Concluir processo de contratação de empresa especializada em manutenção do servidor SUN 6800;
- Concluir processo de contratação de empresa especializada em manutenção do parque de desk-tops, notebooks, impressoras, monitores e plotters;
- Concluir processo de contratação de empresa especializada em manutenção de sala cofre;
- Concluir processo de aquisição de 185 (cento e oitenta e cinco) unidades de microcomputadores, com o recebimento dos equipamentos;
- Elaborar processo de licitação do projeto que regulariza e atualiza o uso do software Office 2003 baseado na plataforma Windows 2003;
- Elaborar projetos de renovação dos contratos e/ou termos aditivos vigentes no âmbito da CGMI;
- Concluir os trabalhos de sistematização dos processos já levantados no âmbito da CGRH;
- Iniciar estudos para informatização da CONJUR;
- Redesenhar o atual Sistema Geral de Protocolo dentro dos princípios que norteiam a plataforma tecnológica do MT, de forma a possibilitar sua integração com outros sistemas departamentais de controle e tramitação de documentos;
- Concluir o projeto de Modernização dos Processos de Gestão do Gabinete do Senhor Ministro de Estado com a implantação de software integrador do atual Sistema de Informações do Gabinete com os órgãos vinculados (DNIT, ANTAQ, ANTT e VALEC);
- Promover o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Ações em Transporte – SIGAT;
- Promover a integração do SIGAT com o Sistema de Informações de Apoio à Decisão – SINDEC do DNIT;
- Iniciar estudos para desenvolvimento do Sistema de Informações de Transporte no que se refere aos modais: RODOVIÁRIO, FERROVIÁRIO E AQUAVIÁRIO.

5.2. Coordenação de Informação

- Terminar a informatização da Biblioteca, para disponibilização ao público interno;
- Participar da elaboração da política de segurança da informação para o MT;
- Implantar o novo site do Ministério; e,
- Atualizar e executar a manutenção da INTRANET, agregando novos serviços.

5.3. Coordenação de Modernização

- Implantar nova sinalização das unidades administrativas do Ministério dos Transportes;
- Elaborar projeto para reavaliar rotinas operacionais da CGMI para desenvolver e integrar as suas Coordenações;
- Estudo para desenvolver um projeto para implantação de um Escritório de projetos na área de Tecnologia da Informação;
- Desenvolver juntamente com a Coordenação de Informação e Informática, projeto de inclusão digital;
- Acompanhar o processo de implantação da modernização do Sistema de Informações do ambiente do Gabinete do Ministro dos Transportes;
- Elaborar um projeto de Gestão por competências na CGMI, objetivando a otimização da gestão de pessoal em seu âmbito de aplicação; e,
- Acompanhar e desenvolver cartilhas e manuais no âmbito da CGMI.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como demonstrado, o presente relatório revela como, em 2006, a Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI, superando as dificuldades institucionais e orçamentárias, se organizou e atuou para responder perante a comunidade ministerial pela parcela de responsabilidade que lhe cabe na tarefa diária de coordenar, controlar e supervisionar as ações relacionadas a projetos nas áreas de modernização administrativa, infra-estrutura de comunicação e informática e na de tratamento de dados para garantir como um todo, o suprimento de informações de transporte a todo o Ministério e demais órgãos do Governo Federal.

Embora com recursos financeiros limitados, 2006 foi especial na área de **informática**. Projetos importantes foram implementados com sucesso, aumentando, consideravelmente, a oferta de produtos e serviços tanto para a comunidade usuária interna, como para os órgãos vinculados e a população que têm afinidades com o Ministério. Neste particular pode-se citar o projeto de melhoria aplicado ao Sistema de Informações de Gabinete que visou com seu módulo integrador, unir e disponibilizar informações para a Instituição como um todo, bem como o projeto de re-aparelhamento das salas de atendimento aos serviços prestados pelo SIGEF nos Núcleos de Recursos Humanos nos estados.

Igualmente na área de **informação** passamos a observar o sucesso de implantação da ferramenta Intranet no Ministério, com design moderno e atualizado, oferece uma variedade de serviços on-line e com informações diariamente atualizadas. Concebida como parte da estratégia corporativa, tem como principal função alavancar o capital intelectual da Instituição, dando assim sustentação à Gestão do Conhecimento.

No que tange a área de **modernização**, pode-se citar o projeto de modernização dos processos de negócio do gabinete do Senhor Ministro de Estado. A construção do

modelo organizacional desse ambiente com a representação da estrutura, dos processos, das informações, dos objetivos e das restrições informacionais ajudaram a compreender as interações entre àquele ambiente e as demais áreas do Ministério.

No âmbito da **gestão**, sobretudo das atividades internas executadas, a CGMI pode se orgulhar dos resultados obtidos. Nossas ações permitiram que o processo de administração compartilhado calcado na troca constante de informações e adequações de procedimentos agilizou a tramitação dos processos internos, aumentando o comprometimento e permitindo a transparência da execução de serviços, inclusive, os contratados com terceiros.

Ao coincidir o encerramento do mandato governamental com o final desta gestão à frente da Coordenação-Geral de Modernização e Informática - CGMI, e sem repetir a pormenorização dos avanços conseguidos em todos os níveis durante o período de julho/2004 até dezembro/2006 sob nossa responsabilidade, parece-nos, como sugere a figura abaixo, o momento certo para um balanço global dos aspectos mais marcantes da atividade desenvolvida com o objetivo de modernizar a Instituição, considerada à época, unanimemente inadiável.

Erro! Não é possível criar objetos a partir de códigos de campo de edição.

Assim, com o início desta administração, enumeram-se as seguintes ações:

▪ **Plano de Providências**

A respeito da gestão dos contratos e serviços, desenvolveu-se um plano de providências para atender a Tomada de Contas Anual – TCA, Relatório nº. 14184 da Secretaria de Controle Interno que apontou irregularidades nos contratos e processos licitatórios transcorridos em período anterior a julho de 2004 onde foram evidenciados os seguintes contratos:

- Contrato Engesoftware: nº. 021/2003 – Processo: nº. 50000053866/2002-61 – CGU/PR;
- Contrato CTIS: nº. 038/2003 – Processo: nº. 50000054552/2002-86 - SEAC;
- Contrato Value Informática: nº. 031/2002 - Processo 50000053865/2002 -17 – SE; e,
- Contrato CDT: nº. 018/2002 - Processo: nº. 50000004777/2002-91 – SAAD.

▪ **Diagnóstico**

Medida seguinte foi no sentido de avaliar o funcionamento da infra-estrutura técnico-administrativa recebida de modo a obter-se um diagnóstico que pudesse a partir das orientações emanadas das autoridades superiores executarem-se as atividades concernentes às atribuições regimentais da Coordenação-Geral, já que, no processo de transição, não observamos nenhum plano de metas para o exercício de 2004.

▪ **Gestão**

Nos seis meses finais de 2004, com um orçamento já definido, pouco se pôde fazer através das áreas fins da Coordenação-Geral. Restou-nos então atuar com uma série de medidas a que viesse solucionar problemas emergenciais de infra-estrutura e de ordem técnico-administrativas, como por exemplo, a regularização de licenças de softwares e contratos de manutenção, a reformulação do processo de

acompanhamento dos contratos, a recomposição das equipes técnicas objetivando a maximização dos contratos que utilizam mão-de-obra especializada, o melhoramento das instalações, a formação de pessoal, dentre outras;

- **Infra-estrutura**

Nos anos subseqüentes, a CGMI buscou reforçar o suporte à infra-estrutura de rede, investir na conclusão de projetos inacabados dos contratos emergenciais, especificamente, na área de manutenção de sistemas e melhorar o atendimento ao usuário do Ministério dos Transportes. Precisamente sobre esta última, como não poderia deixar de ser, foi imperativo para esta Coordenação procurar soluções de atendimento que nos levassem da antiga para a atual situação, notadamente, nas áreas de suporte à microinformática, rede e serviços de Helpdesk. Entretanto, para levar avante alguns desses projetos, ações que não foram executadas em sua plenitude no exercício de 2004, acabaram por ser desenvolvidas nesses exercícios, é o caso da aquisição de equipamentos, componentes de comunicação de dados e suporte que teve suas licitações ocorridas em 2005 e 2006.

- **Sistemas Departamentais**

Como percebido por nós em 2004, os serviços no âmbito da informática do Ministério dos Transportes permaneceram represados por algum tempo, em virtude de um período de ausência de contratos de prestação de serviços comuns da área de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC para fazer face às manutenções corretivas, adaptativas e evolutivas de sistemas usuais das áreas da SPO, CGRL, CGRH, GM, dentre outras, tais como: o SIGEF, SICPAT, PASSE LIVRE, SIADIP e SICAP, para citar alguns. Posteriormente a essa época, contrato celebrado em caráter emergencial, restringiu-se aos trabalhos essenciais, atuando apenas nas correções o que reduziu ao máximo as demandas e atendimento aos usuários.

Trabalhos iniciados em gestões anteriores para a área de Recursos Humanos, além de não terem sido concluídos, não foram estruturados em torno de um modelo de dados integrado, comumente modelado em torno de requisitos e regras, previamente acordados e homologados pelos usuários. Desta forma, produziram-se uma série de pequenos sistemas para fazer face às demandas emergentes, e assim, fazer com que a área pudesse realizar seus trabalhos com alguma facilidade. Neste contexto, o que se observou - além de um elevado nível de redundâncias, de controles adicionais desnecessários – foi um cenário de difícil entendimento e manutenção.

Desde 2005, com a celebração de um novo contrato entre o Ministério dos Transportes e empresa especializada de mercado, deu-se início a duas grandes frentes de trabalho, a primeira, no sentido de colocar de fato em funcionamento estas ilhas de sistemas e, uma segunda, com o intuito de se promover uma profunda avaliação em tudo àquilo que fora construído (modelos e sistemas), visando traçar um plano de ações que propiciasse assegurar a necessária consistência e integridade entre os modelos e seus sistemas.

Aliado às melhorias que se queria implementar, outras atividades surgiram como decorrência natural dos diferentes serviços de manutenção exigidos pela comunidade usuária, o que atingiu, significativamente, à área de suporte a Banco de Dados e serviços de infra-estrutura de rede, foram os casos de migração da versão do Banco de Dados assim como a reestruturação do ambiente tecnológico

dedicado ao desenvolvimento, testes e homologação de softwares aplicativos fabricados pelo MT, bem como o de produção onde são executados os sistemas de informações do Ministério o que acabou concorrendo, efetivamente, com a segurança dos dados em todos os aspectos e porque não dizer a melhora da velocidade de atendimento da Coordenação, às demandas dos usuários no tempo requerido.

- **Gestão do Conhecimento**

Desde 2005, o Ministério dos Transportes vem, internamente, buscando implementar um modelo de Gestão do Conhecimento para a instituição. Tal iniciativa partiu de uma visão estratégica de que a informação configura-se como um componente essencial a todos os processos institucionais, portanto, deve estar tanto quanto possível atualizada, ser precisa e em condições de ser difundida e gerar conhecimento para ser utilizado por aqueles que tomam decisões na corporação.

Por conta disto, à época, a alta administração do Ministério, motivada pelo desejo de cada vez melhor cumprir sua missão, ou seja, atender com qualidade a prestação de serviços de interesse da sociedade percebeu que aliado aos processos de modernização da infra-estrutura de tecnologia de informação que vinha ocorrendo no Ministério, algo em direção à revisão dos seus modelos de gestão era vital para a desestruturação de figuras institucionais que não permitiam aproveitar o potencial inerente das redes humanas e virtuais para a construção de conhecimentos estratégicos.

Esta visão foi o embrião do surgimento da Intranet, que como ferramenta, se colocaria à disposição de processo que estruturasse a Gestão do Conhecimento como uma atividade importante no âmbito do Ministério, na medida em que adotaria uma ampla coleção de práticas organizacionais relacionadas à geração, à captura, à disseminação de *know-how* para uso compartilhado na instituição

- **Sistemas Institucionais**

A esse respeito e consoante a política de ampliação e modernização dos sistemas institucionais do Ministério dos Transportes, no ano de 2006, ações na área de tecnologia da informação relacionadas com a sistematização de processos das Secretarias finalísticas foi realizada.

Nessa linha, foi desenvolvido o Sistema de Gestão das Ações de Transportes – SIGAT que tem como gestor e coordenador a Secretaria de Gestão - SEGES. O SIGAT é totalmente integrado ao SIAFI e ao SIDOR, sistemas estruturantes do governo federal.

No que tange ao acompanhamento das obras na área rodoviária, foi dado início às reuniões técnicas com o DNIT no sentido de estabelecer-se um fluxo automático de alimentação do Sistema de Apoio ao Planejamento e Decisão - SINDEC, neste sentido, encontram-se bastante evoluídas as discussões finais dos critérios a serem adotados quanto a evolução física das obras.

Ainda com relação aos sistemas institucionais na área de transportes, a CGMI participou ativamente junto à Secretária de Gestão – SEGES, nos trabalhos que tem como objetivo a concepção do Sistema Portuário – SISPORTOS. Em uma

primeira etapa dos trabalhos, a SEGES contratou o SERPRO para o levantamento e concepção do projeto, o que culminou com o levantamento da infra-estrutura de informática, dos principais sistemas informatizados existentes e dos principais processos nos portos de Santos e de Vitória.

▪ **Sistema de Informações**

O ano de 2006 numa perspectiva de mais longo prazo no trato da informação, também foi proveitoso em iniciativas de apoio aos gestores de negócio do MT.

Nesse aspecto, uma das primeiras ações no sentido de se construir um Sistema de Informação voltado para atendimento ao processo de tomada de decisão dos gestores do Ministério dos Transportes e órgãos vinculados foi a criação do Comitê Executivo de Gestão de Tecnologia da Informação e Informática dos Transportes – CETIIT.

Em sua atuação, O CETIIT exerce um papel fundamental no sentido de articular e criar as condições necessárias à integração do Ministério dos Transportes com o Departamento Nacional de Infra-estrutura de Transportes – DNIT, com a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ e com a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A.

Dentre as principais resoluções neste sentido, ressalte-se a criação de um Diretório Referencial que permitirá conhecer no âmbito do Ministério dos Transportes e órgãos vinculados, o que está sendo produzido em termos de Informação, assim como a correspondente Infra-estrutura de suporte existente.

Ações posteriores - após a consolidação do Diretório Referencial - poderão modelar bancos de dados (data Mart's focais) contemplando as áreas temáticas relativas aos modais rodoviário, ferroviário e aquaviário, e, como uma evolução natural deste processo, modelar nossa Base de Conhecimento (Data Warehouse institucional) na área de Transportes.

Ao findar esse balanço, esperamos que a retrospectiva das ações que se estenderam de julho de 2004 até dezembro de 2006 oriente, em curto prazo, as questões que deverão ser debatidas pela comunidade ministerial e a CGMI para posterior implementação na Instituição.

Finalmente, acreditamos que o êxito alcançado no trabalho implementado por esta Coordenação-Geral só foi possível, devido aos entendimentos mantidos com os diversos setores representativos do Ministério, o comprometimento de nossos técnicos e com o apoio decisivo das áreas como a Secretaria Executiva – SE, a Secretaria de Assuntos Administrativos – SAAD, a Coordenação-Geral de Recursos Logísticos – CGRL, a Coordenação-Geral de Recursos Humanos - CGRH que num esforço conjunto acreditaram ser possível, com compromisso e dedicação, superar dificuldades comuns ao serviço público e desenvolver um trabalho de qualidade.

DADOS GERAIS DA UNIDADE CONSOLIDADORA

Nome: Subsecretaria de Planejamento e Orçamento – SPO/MT.

Unidade Gestora: 390002

Gestão: 00001 – Tesouro.

CNPJ (MF): 37.115.342/0002-48.

Natureza Jurídica: Administração Direta.

Vinculação: Ministério dos Transportes.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, 4º andar – Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 3311-7967 – Página na internet: www.transportes.gov.br.

Norma de Criação: Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

Finalidade: A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade, no âmbito do Ministério;

II - promover a articulação com os Órgãos Centrais dos Sistemas Federais referidos no inciso I e informar e orientar os órgãos do Ministério quanto ao cumprimento das normas administrativas estabelecidas;

III - desenvolver, no âmbito do Ministério, as atividades de execução orçamentária, financeira e contábil;

IV - acompanhar, por meio de relatórios gerenciais, a execução orçamentária, financeira e contábil, encaminhando relatórios mensais ao seu superior imediato;

V - acompanhar e promover a avaliação de demandas de recursos orçamentários, submetendo-as à aprovação de seu superior imediato;

VI - planejar e controlar as atividades relacionadas com o programa de dispêndios globais, subsidiando os processos de alocação e de gestão de recursos públicos e realimentando as atividades de planejamento e orçamento federais;

VII - supervisionar e acompanhar a análise e a avaliação do comportamento das despesas programadas, propondo medidas necessárias para as eventuais correções das distorções identificadas; e

VIII - promover estudos propondo medidas para aperfeiçoar o acompanhamento e a avaliação da execução orçamentária.

Organização: A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento tem a seguinte estrutura:

- 1 - Serviço de Apoio Administrativo - SEAA
- 2 - Coordenação-Geral de Orçamento - CGORC
 - 2.1 - Coordenação de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social - COFIS
 - 2.1.1 - Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário da Administração Direta -DIPAD
 - 2.1.1.1 - Serviço de Elaboração Orçamentária da Administração Direta e Fundos - SEODF
 - 2.1.1.2 - Serviço de Análise e Acompanhamento da Execução Orçamentária da Administração Direta - SEAED
 - 2.1.2 - Divisão de Programação e Acompanhamento Orçamentário da Administração Indireta - DIPAI
 - 2.1.2.1 - Serviço de Elaboração Orçamentária da Administração Indireta - SEORI
 - 2.1.2.2 - Serviço de Análise e Avaliação Orçamentária da Administração Indireta - SEAVI
 - 2.1.2.3 - Serviço de Acompanhamento da Execução Orçamentária da Administração Indireta - SEAEX
 - 2.2 - Coordenação de Orçamento e Dispêndios Globais das Empresas Estatais - COEST
 - 2.2.1 - Divisão de Programa de Dispêndios Globais - DIPDG
 - 2.2.1.1 - Serviço de Programação e Acompanhamento dos Dispêndios Globais - SEPDG
 - 2.2.2 - Divisão de Análise, Programação e Acompanhamento do Orçamento de Investimento - DIPOI
 - 2.2.2.1 - Serviço de Programação e Acompanhamento do Orçamento de Investimentos -SEPOI
- 3. - Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação -CGAA
 - 3.1 - Coordenação do Subsistema Terrestre - COSTE
 - 3.1.1 - Divisão de Acompanhamento do Subsistema Terrestre- DIAST
 - 3.1.1.1 - Serviço Rodoviário - SEROD
 - 3.1.1.2 - Serviço Ferroviário - SEFER
 - 3.1.2 - Divisão de Avaliação do Subsistema Terrestre -DIAVT
 - 3.2 - Coordenação do Subsistema Aquaviário - COSAQ
 - 3.2.1 - Divisão de Acompanhamento do Subsistema Aquaviário- DIASA
 - 3.2.1.1 - Serviço Portuário- SEPOR
 - 3.2.1.2 - Serviço de Navegação - SENAV
 - 3.2.2 - Divisão de Avaliação do Subsistema Aquaviário-DIAVA
- 4. - Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade -CGFC
 - 4.1 - Coordenação de Finanças - COFIN
 - 4.1.1 - Divisão de Programação e Descentralização Financeira da Administração Direta - DIFAD
 - 4.1.1.1 - Serviço de Informações Gerenciais de Programação e Execução Financeira - SIGEX
 - 4.1.1.2 - Serviço de Acompanhamento e Controle da Execução Financeira - SECEX
 - 4.1.2 - Divisão de Programação e Descentralização Financeira da Administração Indireta - DIFAI
 - 4.1.2.1 - Serviço de Descentralização de Recursos - SEDER
 - 4.1.2.2 - Serviço de Análise, Avaliação e Programação Financeira - SEAPF
 - 4.2 - Coordenação de Contabilidade - CCONT

- 4.2.1 - Divisão de Contabilidade - DICONT
- 4.2.2 - Divisão de Verificação e Análise Contábil - DIVAC
- 4.2.2.1 - Serviço de Contabilidade - SECON
- 4.2.2.2 - Serviço de Verificação e Análise Contábil - SEVAC

1 – FINALIDADES ESSENCIAIS

A Unidade Gestora 390002 – Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, atua como Órgão Setorial de Orçamento e Programação Financeira, tem por finalidade estabelecer a ligação entre as Unidades da Administração Direta e Indireta deste Ministério com a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda, no ciclo de gestão orçamentária e financeira.

A SPO, por ser também uma unidade orçamentária, utiliza a descentralização de crédito para executar, com recursos do Orçamento Geral da União, as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Outras Despesas Correntes e Investimentos para as seguintes Unidades Gestoras/Gestão:

- 390004/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Logísticos;
- 390007/00001 – Coordenação-Geral de Recursos Humanos;
- 275056/27204 - Empresa Brasileira de Planejamento de Transportes – GEIPOT, em liquidação;
- 273087/27202 – Departamento Nacional de Estradas de Rodagem – DNER, em extinção.

Esta Setorial executa, no seu âmbito, somente as ações classificadas como Inversões Financeiras, as quais se referem à participação da União no capital das Companhias Docas, contempladas no Orçamento Fiscal, em conformidade com a programação encaminhada pelas Unidades Portuárias e homologada pelo Departamento de Programas de Transportes Aquaviários da Secretaria de Gestão de Programas de Transportes desta Pasta.

No tocante às atribuições regimentais, a Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, por meio da Coordenação-Geral de Orçamento e a Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade, desempenha as atividades relativas ao processo de elaboração do Projeto de Lei Orçamentária, envolvendo o Orçamento Fiscal, Seguridade Social e de Investimento, ao acompanhamento da execução orçamentária, coordena as funções de programação financeira de desembolso, realizando a descentralização de recursos por meio de repasse e sub-repasse em favor das diversas Unidades Gestoras que compõem a Administração Direta e Indireta deste Ministério, além da atuação como setorial contábil do órgão superior, atendendo as demandas das unidades inerentes ao registro da execução orçamentária e financeira no SIAFI.

A Coordenação-Geral de Acompanhamento e Avaliação – CGAA, no âmbito das atribuições regimentais da SPO, coordena e acompanha o processo de elaboração do Plano Plurianual - PPA do Ministério, suas revisões e avaliações anuais, promovendo encontros com representantes das Unidades Gestoras e das demais Secretarias que compõem a estrutura do Ministério dos Transportes. Além das atividades relativas ao PPA, a CGAA produz relatórios de acompanhamento mensal de execução orçamentária de investimentos das ações integrantes do Projeto Piloto de Investimentos – PPI e “Demais Ações”, buscando verificar o desempenho orçamentário

e, em determinados casos, identificar eventuais dificuldades das Unidades Gestoras nessa execução.

A CGAA tem a incumbência de elaborar a Mensagem Presidencial no tocante aos assuntos afetos ao Ministério dos Transportes, bem como organizar e elaborar a documentação que compõem o Balanço Geral da União – BGU.

Durante o ano de 2006, a SPO envolveu no Acompanhamento Orçamentário e Financeiro das Metas Presidenciais atendendo demandas da Casa Civil e do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão por meio da SOF e da SPI, além de compor o grupo de acompanhamento do PPI/2006.

2 – RECURSOS DISPONÍVEIS

Em 31/12/2006, força de trabalho da Unidade Gestora estava composta de 61 servidores, sendo:

- Ativo Permanente:	24
- Requisitado:	18
- Nomeado:	11
- Estagiário:	05
- Contratado:	03

Os recursos materiais colocados à disposição da Unidade, equipamentos de informática, mobiliário e outros, atenderam as necessidades para o desenvolvimento das tarefas rotineiras e dos trabalhos avulsos solicitados.

3 – MELHORIAS IMPLEMENTADAS

A Coordenação - Geral de Modernização Informática – CGMI da Subsecretaria de Assuntos Administrativos deste Órgão realizou a substituição de diversos computadores e impressoras alocados na Coordenação - Geral de Finanças e Contabilidade - CGFC/SPO, proporcionando melhores condições para realização das suas atividades.

Elaboração sistemática de relatórios trimestrais, pela Coordenação de Contabilidade/CGFC/SPO, com informações e orientações a respeito das análises realizadas nas contas contábeis das Unidades Gestoras subordinadas ao Órgão Superior – Ministério dos Transportes. Esses relatórios são encaminhados pelo Subsecretário de Planejamento e Orçamento aos responsáveis pelas UG's, com vistas, se houver, à regularizações durante o exercício, evitando, dessa forma, incompatibilidades no Balanço do Órgão e, conseqüentemente, no BGU – Balanço Geral da União.

Foram desenvolvidos estudos preliminares objetivando à implantação do SIAFI, na modalidade total, na Cia Docas do Pará, com o intuito de estender, posteriormente, às demais Companhias Docas que optarem pelo Sistema, com a finalidade de promover maior controle e transparência na utilização dos recursos transferidos a título de participação da União no capital de empresas.

Em relação aos estudos para implantação do SIAFI Total, o titular da Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade e técnicos do SERPRO realizaram visita, in loco, à Cia Docas do Pará, com o objetivo de realizar levantamento de dados

para desenvolvimento das ações do projeto de implantação do SIAFI naquela Companhia.

Durante o ano de 2006, os técnicos da SPO realizaram os seguintes treinamentos:

- III Semana de Administração Orçamentária, Financeira e de Contratações Públicas do Governo Federal
Realizado pela STN/MF nas dependências da ESAF, no período de 20 a 24/11/2006 – com 40 horas/aulas
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade e 1 da Coordenação de Finanças.
- Oficina sobre Suprimentos de Fundos – Legislação
Realizada pela STN/MF nas dependências do SERPRO, no dia 30/11/2006 – com 4 horas/aulas
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- Oficina sobre GRU – Guia de Recolhimento da União
Realizada pela STN/MF nas dependências do SERPRO, no dia 06/12/2006 – com 4 horas/aulas
Participantes: 2 técnicos da Coordenação de Contabilidade.
- SIAFI Gerencial – Avançado
Realizado pelo Coordenador Geral de Finanças e Contabilidade/SPO/SE/MT nas dependências do Centro de Treinamento deste Ministério, no período de 22/08 a 25/08/2006 – com 6 horas/aulas
Participantes: 18 técnicos desta Subsecretaria.
- SIAFI Gerencial – Básico
Realizado, pelo Coordenador Geral de Finanças e Contabilidade/SPO/SE/MT, nas dependências do Centro de Treinamento deste Ministério, no período de 28/08 a 01/09/2006 – com 15 horas/aulas
Participantes: 12 técnicos desta Subsecretaria.
- SIAFI Operacional Básico
Realizado, pela Coordenação de Contabilidade/CGFC/SPO/SE/MT, com a colaboração de Técnicos do SERPRO e da CCONT/STN, nas dependências do Centro de Treinamento deste Ministério, no período de 04/12 a 08/12/2006 – com 40 horas/aulas
Participantes: 8 técnicos da CDP e 6 desta Subsecretaria.

Objetivando transmitir orientações relativas ao encerramento do exercício e proferir palestra a respeito de Restos a Pagar, Despesas de Exercícios Anteriores e processo de inscrição de diferido de 2006, a CGFC/SPO enviou 3 técnicos a Maceió – AL, para o encontro anual das unidades de infra-estrutura do DNIT, e à cidade do Rio de Janeiro, para atender a VALEC – Engenharia, Construções e Ferrovias S/A e o Departamento do Fundo da Marinha Mercante – DFMM.

A Coordenação de Contabilidade, atendendo solicitação da Coordenação – Geral de Recursos Logísticos – CGRL/SAAD, instaurou Tomada de Contas Especial (em andamento) referente ao Convênio nº 025/2001 – SIAFI nº 425499, realizado entre este Ministério e a Prefeitura Municipal de Terra Santa – PA.

Foi desenvolvido um banco de dados para a SPO, com informações da execução orçamentária e financeira do Orçamento Fiscal e Seguridade Social, alimentado via extrator de dados do SIAFI junto ao SERPRO. O banco foi desenvolvido pela Coordenação de Informática com o apoio dos técnicos desta Subsecretaria, está em fase experimental e visa maior agilidade na extração de dados para a elaboração de relatórios gerenciais.

4 – PLANO DE TRABALHO

Planejar, coordenar e supervisionar a execução das atividades relacionadas com os Sistemas Federais de Planejamento e Orçamento, de Administração Financeira e de Contabilidade no âmbito do Ministério e de suas unidades supervisionadas.

Apresentar informações gerenciais que permitam a tomada de decisão para a distribuição entre as unidades do Ministério dos seguintes referenciais orçamentários e financeiros:

- a) limites para a elaboração da proposta orçamentária anual;
- b) limites para movimentação e empenho; e
- c) limites de pagamento.

5 – OBSERVÂNCIA À LEGISLAÇÃO

O Ministério, ao elaborar a proposta orçamentária, observou todos os objetivos e metas estabelecidos no Plano Plurianual (PPA) 2004-2007, bem como as disposições contidas na Lei de Diretrizes Orçamentária para o exercício de 2006.

Com relação aos limites orçamentários e financeiros destinados as dotações dos grupos de despesas Outras Despesas Correntes (Custeio), Capital e Inversões Financeiras, foram observados os tetos definidos por meio do Decreto n.º 5.780, de 19 de maio de 2006, e alterações posteriores.

6 - OBJETIVOS E METAS DA UNIDADE

Entre as metas estabelecidas pela Unidade Gestora, ressalta-se aquela referente à orientação e o acompanhamento do orçamento a partir da análise e consolidação das propostas orçamentárias das unidades vinculadas ao Órgão até a efetiva aprovação da Lei Orçamentária Anual. Posteriormente, a Unidade Gestora tem como objetivo acompanhar a execução e proceder à avaliação dos resultados, atendendo às reivindicações das unidades no tocante aos ajustes orçamentários junto à Secretaria de Orçamento Federal - SOF/MP visando concretizar as solicitações de créditos adicionais.

No que se refere à programação financeira, a Unidade Gestora tem como meta estabelecer o cronograma anual de desembolso para os diversos Órgãos que compõem esta Pasta; avaliar, consolidar e atender aos pedidos de recursos formulados pelas entidades, condicionada às cotas mensais estabelecidas pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN/MF. A Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, Órgão Setorial de Orçamento e Administração Financeira Federal, atua também como Setorial do Sistema de Contabilidade Federal, exercendo as atribuições previstas no art. 6º do Decreto 3.589, de 06/09/2000.

Além das transferências de recursos efetuadas, enquanto Órgão Setorial de Programação Financeira, a Unidade Gestora 390002/00001 desenvolveu ações para a execução do Orçamento Fiscal referente às Participações Acionárias nas Companhias Docas contempladas com recursos da União em 2006, apresentando a seguinte realização:

Execução do Orçamento – Exercício 2006

Participação da União no Capital das Cias. Docas	UG/Gestão	Empenhos Emitidos (a)	Empenhos Liquidados (b)	Empenhos Pagos (c)
Companhia Docas do Rio Grande do Norte	396005 / 39815	26.576.358,00	11.852.438,96	11.852.438,96
Companhia Docas do Estado de São Paulo	396006 / 39816	8.679.488,00	5.778.823,35	5.778.823,35
Companhia Docas do Espírito Santo	399002 / 39817	10.846.586,00	9.178.440,04	9.178.440,04
Companhia Docas do Pará	396004 / 39814	2.000.000,00	2.000.000,00	2.000.000,00
Companhia Docas do Estado da Bahia	396002 / 39812	35.499.200,00	34.099.200,00	34.099.200,00
Companhia Docas do Rio de Janeiro	396001 / 39811	61.000.497,00	54.349.276,99	54.349.276,99
Companhia Docas do Ceará	399001 / 90000	20.799.100,00	20.799.100,00	20.799.100,00
TOTAL		165.401.229,00	138.057.279,34	138.057.279,34

Execução de Restos a Pagar

Participação da União no Capital das Cias. Docas Restos a Pagar em 2006	UG/Gestão	Restos a Pagar Inscritos (a)	Restos a Pagar Pagos (b)	Restos a Pagar a Liquidar (c)
Companhia Docas do Estado de São Paulo	396006/39816	7.190000,00	1.615.725,26	5.574.274,74
Companhia Docas do Espírito Santo	399002/39817	12.498.401,74	7.557.791,41	4.940.610,33
Companhia Docas do Rio de Janeiro	396001/39811	53.838.713,60	18.768.522,31	35.070.191,29
TOTAL		73.527.115,34	27.942.038,98	45.585.076,36

Realizou o pagamento de amortização e juros da Dívida Externa da Rede Ferroviária Federal - RFFSA, em liquidação, contrato BIRD – 4046 – OBR, cujos recursos foram consignados no orçamento desta Unidade Gestora, conforme abaixo:

CREDOR	UG/Gestão	Empenhos Emitidos	Empenhos Liquidados	Empenhos Pagos
		(a)	(b)	(c)
BIRD	EX9806900 – BIRD 390015 / 00001	87.584.297,00	70.244.290,45	70.244.290,45

Obs: A diferença entre empenhos emitidos e empenhos liquidados no valor de R\$ 17.340.006,55 foi cancelada no exercício de 2007, mediante anulação de empenho, após sua inscrição em Restos a Pagar.

7 – RESULTADOS DA ATUAÇÃO DA UNIDADE GESTORA EM 2006

A gestão orçamentária para o exercício de 2006, referente a Outras Despesas Correntes, Capital, e Inversões, inclusive contrapartida e ingresso de recursos externos, ficou condicionada aos limites para movimentação e empenho atribuídos pelo Decreto 5.780 e alterações posteriores, acrescida dos créditos extraordinários publicados. Foram distribuídos às Unidades deste Ministério limites equivalentes a 83% do orçamento aprovado pela Lei nº 11.306, de 16/05/2006 (LOA/2006) e seus créditos adicionais.

Com relação ao limite de pagamento concedido, atrelado a cotas mensais, pelo citado Decreto nº 5.780/06 e alterações posteriores, 65% do seu total foram destinados para movimentação e empenho, inclusive Restos a Pagar, foram destinados à programação financeira das entidades vinculadas a este Órgão. É necessário esclarecer que os recursos destinados ao Serviço da Dívida Interna/Externa, Sentenças Judiciais, Pessoal e Encargos, Inversões Financeiras do Fundo da Marinha Mercante e Destaques Recebidos foram excepcionalizados pelo mencionado dispositivo legal.

COMPARATIVO DA DOTAÇÃO AUTORIZADA E LIMITES CONCEDIDOS PARA OUTROS CUSTEIOS E CAPITAL

(1)	LEI /CRÉDITOS	LIMITE PARA EMPENHO	Restos a Pagar Inscritos	Limite de Pagamento	Pgts Efetivados	%	
						(4)	(3)
“DEMAIS AÇÕES” e “PROJETOS PILOTO DE INV. – PPI”	[A]	[B]	[C]	[D]	[E]		
CUSTEIO/INVEST./ INVERSÕES	7.215.816	5.973.597	3.235.374	6.024.493	5.270.085	65%	83%

Obs: Fontes próprias e tesouro

- (1) – Despesas sujeitas aos limites de empenho e pagamento do Decreto 5.780/2006 acrescido dos Crédito Extraordinários
 (2) – Pagamento do Orçamento de 2006 e Restos a Pagar
 (3) – Composição do limite de pagamento de R\$ 6.024.993
 - Demais Ações R\$ 2.382.071
 - Projeto Piloto R\$ 2.292.314
 - Créditos Extraordinários R\$ 1.350.608
 (4) – Composição do Limite para Empenho R\$ 5.973.597
 - Demais Ações R\$ 2.330.675
 - Projeto Piloto R\$ 2.292.314
 - Créditos Extraordinários R\$ 1.350.608

Cabe acrescentar que não surgiu na Unidade fato que levasse a instauração de sindicância, processo administrativo ou diligência do Tribunal de Contas da União.

As demais peças anexas que compõem este Relatório poderão ser consultadas no Endereço: Esplanada dos Ministérios Bloco R Sala 425 - Edifício Sede – Brasília-DF, mediante comunicação prévia à Coordenação-Geral de Finanças e Contabilidade do Ministério dos Transportes, telefone (61) 3311- 7224.

Finalmente, é importante esclarecer que foram cumpridas as metas fixadas para o corrente exercício, com observância às normas legais e regulamentares pertinentes, que proporcionaram a exatidão na transferência dos recursos, atingindo, assim, os objetivos propostos pela Unidade Gestora.

8 - Legislação referente ao Orçamento de 2006

- Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2006 – Lei nº 11.178, de 20/09/2005.
- Lei Orçamentária para 2006, Lei nº 11.306, de 16/05/2006, publicada no D.O.U, de 17/05/1/2006.

Programação Orçamentária e Financeira

1. Decreto nº 5.780, de 19/05/2006 , DOU de 19/05/2006 (Edição Extra);
2. Portaria Interministerial MP/MF nº 215, de 28/07/2006, DOU de 31/07/2006;
3. Portaria Interministerial MP/MF nº 220, de 15/08/2006, DOU de 17/08/2006;
4. Portaria Interministerial MP/MF nº 236, de 29/08/2006, DOU de 31/08/2006;
5. Portaria Interministerial MP/MF nº 240, de 31/08/2006, DOU de 06/09/2006;
6. Portaria Interministerial MP/MF nº 242, de 31/08/2006, DOU de 06/09/2006;
7. Portaria Interministerial MP/MF nº 278, de 27/09/2006, DOU de 29/09/2006;
8. Portaria Interministerial MP/MF nº 314, de 19/10/2006, DOU de 20/10/2006;
9. Portaria Interministerial MP/MF nº 361, de 25/10/2006, DOU de 26/10/2006;
10. Portaria Interministerial MP/MF nº 388, de 23/11/2006, DOU de 24/11/2006;
11. Portaria Interministerial MP/MF nº 419, de 21/12/2006, DOU de 22/12/2006;
12. Portaria Interministerial MP/MF nº 429, de 28/12/2006, DOU de 29/12/2006;
13. Portaria Interministerial MP/MF nº 431, de 28/12/2006, DOU de 29/12/2006;
14. Portaria Interministerial MP/MF nº 432, de 28/12/2006, DOU de 29/12/2006.

DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Nome: Secretaria de Política Nacional de Transportes – SPNT/SE/MT.

CNPJ (MF): 37.115.342/0001-67.

Natureza Jurídica: Administração Direta.

Vinculação: Ministério dos Transportes.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Edifício Anexo “A”, Ala Oeste, 4º andar, Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 311-7589 - Fax (61) 311-7600 - Página na internet: www.transportes.gov.br.

Norma de Criação: Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

Finalidade: A Secretaria de Política Nacional de Transportes, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - subsidiar a formulação e elaboração da Política Nacional de Transportes, de acordo com as diretrizes propostas pelo Conselho Nacional de Integração das Políticas de Transportes - CONIT, bem como monitorar e avaliar a sua execução;

II - promover a articulação das políticas de transportes do governo federal com as diversas esferas de governo e setor privado, com vistas a compatibilizar políticas, aperfeiçoar os mecanismos de descentralização e otimizar a alocação de recursos;

III - estabelecer diretrizes para o afretamento de embarcações estrangeiras por empresas brasileiras de navegação e para liberação do transporte de cargas prescritas;

IV - analisar os planos de outorga, submetendo-os à aprovação superior;

V - supervisionar, orientar e acompanhar, junto aos órgãos vinculados ao Ministério, as ações e projetos necessários ao cumprimento da Política Nacional de Transportes;

VI - promover estudos e pesquisas que considerem as peculiaridades regionais do País e os eixos nacionais de desenvolvimento, estabelecendo critérios e propondo prioridades de investimentos em infra-estrutura de transportes;

VII - promover e coordenar a elaboração e consolidação dos planos e programas das atividades de sua área de competência e submetê-los à decisão superior;

VIII - desenvolver o planejamento estratégico do setor de transportes, abrangendo os subsetores hidroviário, portuário, ferroviário e rodoviário; e

IX - assessorar administrativamente e tecnicamente o CONIT.

Organização: A Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT tem a seguinte estrutura:

1. Departamento de Planejamento e Avaliação da Política de Transportes- DPATP
 - 1.1 -Coordenação-Geral de Estatística - CGEST
 - 1.2 - Coordenação-Geral de Planejamento - CGPLAN
 - 1.2.1 - Coordenação de Planos, Programas e Projetos - COPPR
 - 1.2.2 - Coordenação de Tecnologia - CTEC
 - 1.3 - Coordenação-Geral de Avaliação de Política de Transportes- CGAPT
 - 1.3.1 - Coordenação de Avaliação e Integração de Políticas -COAIP
 - 1.3.2 - Coordenação de Controle e Acompanhamento - COCAP

- 2 - Departamento de Outorgas - DEOUT
 - 2.1 - Coordenação-Geral de Análise e Editais - CGAE
 - 2.1.1 - Coordenação de Suporte Técnico e Operacional -COSUT
 - 2.1.1.1 - Divisão de Apoio Técnico e Operacional- DIATO
 - 2.2 - Coordenação-Geral de Avaliação e Estudos Econômicos- CGEE
 - 2.2.1 - Coordenação de Avaliação Técnica - COAT

- 3 - Departamento de Relações Institucionais - DERIN

1 – DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

GABINETE

2006							
Programa Passe Livre							
<ul style="list-style-type: none"> • Programa que concede credencial para as pessoas portadoras de necessidades especiais viajarem gratuitamente, em ônibus interestadual. 							
O Quadro a seguir demonstra o trabalho realizado, desde a sua implantação							
DESCRIÇÃO	REALIZAÇÕES ANUAIS						ACUMULADO Até 31/12/2006
	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Kits distribuídos para inscrição (*)	130.904	46.309	41.200	48.115	41.215	40.715	348.458
Requerimentos recebidos para inscrição no Programa	60.398	38.031	52.715	40.962	35.385	82.657	310.148
Processos Analisados e Revisados	7.684	17.549	60.282	81.156	142.256	108.046	416.973
Credenciais Emitidas (inclui 2ª via e renovação)	3.700	18.644	19.906	25.495	56.812	50.376	174.933
(*) Devido a restrição de propaganda em função das eleições, não foram distribuídos Kits nos meses de Julho, Agosto, Setembro e Outubro de 2006							

GABINETE

2006
Pesquisa de Agregado de Argila Calcinada (FUA/UNISOL) Processo: 50000.066780/2004-61 Convênio: 006/2004 <ul style="list-style-type: none"> • Pesquisa concluída em novembro de 2006.

Formulação de Políticas para os Terminais Rodoviários de Passageiros que Operam o Transporte Interestadual e Internacional

Processo: 50000.078920/2004-43

Contrato nº 053/2005, em novembro

Objetivo: Aperfeiçoamento da infra-estrutura nacional de terminais que atendem os serviços de transporte coletivo interestadual e internacional de passageiros.

- Foram concluídos os estudos relacionados com o diagnóstico dos principais terminais, exigências mínimas e minuta de Projeto de Lei estabelecendo critério e normas de operação.
- O Ministério dos Transportes - MT está finalizando estudo no sentido de que seja editada uma política para melhoria do atendimento nos terminais.
- Em relação à questão técnica, já foram estabelecidas, ainda em forma de minuta: exigências mínimas a serem observadas; concepção de regulação tarifária; medida legislativa para tornar mais clara a questão institucional, entre as principais medidas.
- O MT vem discutindo com o BNDES a disponibilidade de uma linha especial de crédito para ser usada na melhoria dos terminais, cuja edição de uma política é a condição básica.
- A SPNT realizou até o final de 2006, pesquisas em 20 terminais relevantes, definiu requisitos mínimos de operação, modelagem financeira, fonte de financiamento e formulação da base institucional para implementação de uma política para o aperfeiçoamento da infra-estrutura nacional de terminais.
- No mês de novembro de 2006 foram realizados dois workshops, na Secretaria Executiva do Ministério dos Transportes, coordenados pelo Senhor Secretário Executivo do MT.
- A SPNT vem desenvolvendo estudos objetivando estabelecer nova proposta de modelagem do sistema de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros, onde se destaca a ênfase dada à conexão de serviços, a exemplo do transporte aéreo, na busca de melhoria da qualidade de atendimento aos usuários.

Implantação de Câmaras Setoriais do Transporte Rodoviário de Cargas

Objetivo: Implantação em prefeituras estratégicas visando permitir o desenvolvimento de soluções negociadas de problemas regionais e nacionais relacionados com a operação do transporte rodoviário de cargas, onde o MT, por intermédio da SPNT, tem o papel de articulador.

- A SPNT vem se reunindo periodicamente com as Câmaras Setoriais, de Niterói/RJ, Nova Iguaçu/RJ, Cascavel/PR, Porto Velho/RO, Uberaba/MG e Itajaí/SC, implantadas em 2005, interagindo com elas no sentido de desenvolver a política de transportes.

Assessoramento a SPNT

Objetivo: Dotar a SPNT de condições técnicas para supervisionar, monitorar e avaliar o desempenho das ações e projetos, e na elaboração de estudos e análises de alternativas de investimentos.

- Foi concluído o texto final do Edital de Licitação.

Projeto Amigos das Rodovias

Objetivo: transportadores (cargas e passageiros) e demais participantes da cadeia produtiva, possam participar ativamente na formulação de um plano de ação que tenha como meta a redução do excesso de peso e de tempo de direção nas rodovias brasileiras.

- Foram realizados encontros técnicos com os principais atores.

Desenvolvimento de política para financiamento de caminhões

Objetivo: A estrutura da oferta no mercado do transporte rodoviário de cargas encontra-se desequilibrada.

- O financiamento de caminhões deve ser inserido no contexto de uma política maior que, no momento, vem sendo desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, por meio desta Secretaria, com a participação direta dos diversos atores relevantes que representam o setor. O resultado desta política poderá consubstanciar-se nos primeiros marcos regulatórios, pleiteados pelo setor.
- Foi implantado do Programa PROCAMINHONEIRO, pelo BNDES que deverá ser inserido na

política de renovação da frota brasileira.
Formulação de política para financiamento de ônibus para o transporte interestadual e internacional de passageiros.
Objetivo: Redução de custos, visando o aumento da eficiência econômica do sistema, principalmente quanto a sua componente configurada nos efeitos da eficiência distributiva.
<ul style="list-style-type: none"> Foram realizados encontros técnicos no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, com a participação do Ministério das Cidades, BNDES e representantes dos operadores.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - DPAPT

2006
<p>Pesquisa sobre o Perfil do Trabalhador em Transportes (Convênio) Processo: 50000.093373/2004-26 Convênio: 004/2005, com a COPPETEC, para a pesquisa.</p> <ul style="list-style-type: none"> Acompanhamento e Supervisão da Pesquisa Término do Convênio em 25/12/2006 Término do Projeto em Dezembro de 2006 Relatório final a ser concluído em Fevereiro de 2007.
<p>Estruturação e um modelo Nacional de Transportes (COPPETEC) Processo: 50000.085775/2004-57 Convênio: 002/2005, com a COPPETEC, para a Formulação Conceitual e Metodológica de um Modelo Nacional de Transportes para o Brasil.</p> <ul style="list-style-type: none"> Discussão de aspectos conceituais, supervisão e acompanhamento técnico da pesquisa. Estudo desenvolvido entre agosto de 2005 e abril de 2006 (Relatório Final), com a realização de um Workshop Técnico Nacional, em Brasília/ DF, para apresentação das principais conclusões e recomendações do estudo O Convênio 004/2005 teve um Termo Aditivo de prorrogação de prazo de execução (de fevereiro de 2006 para abril de 2006), junto o seu desenvolvimento, prestação de contas e encerramento ocorridos em conformidade com os trâmites legais.
<p>Avaliação Ambiental Estratégica – AAE (UnB) Processo: 50000.089722/2004-13 Convênio: Não Tem Projeto de Capacitação Técnica em Avaliação Ambiental Estratégica.</p> <ul style="list-style-type: none"> Realização de Curso de curta duração, em julho de 2006, orientado pela consultora internacional (Maria do Rosário Partidário), envolvendo estudos de casos escolhidos por cinco ministérios (MMA, MPOG, MME, MTur e MT) Realização de Seminário Latino Americano, em agosto de 2006, que permitiu a troca de experiência sobre o tema entre diversos países, contribuindo para a formulação de políticas nacional sobre AAE e para a desejada integração regional no âmbito da IIRSA.
<p>Apoio Tecnológico para o Sistema de Informações em Transporte (UFRJ/UFSC/UnB). (Apoio do SIG-T). Processo: 50000.092767/2004-67</p> <ul style="list-style-type: none"> O Seminário de apresentação do Projeto SIG-T, em outubro de 2006, identificou: (a) os projetos latino-americanos afins (SIGs financiados pelo BID) que produziram os melhores resultados; (b) os principais SIGs intervenientes no âmbito da Administração Federal, (c) as melhores práticas de integração desses sistemas para a criação de uma Infra-Estrutura Nacional de Dados Espaciais, (d) os incentivos oferecidos pelo CETIIT - Comitê Executivo de Tecnologia da Informação e Informática em Transportes na sua proposta de articulação dos Projetos de Informação entre as vinculadas do setor transportes.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - DPAPT

2006
<p>Implantação de Sistema de Informações para o Planejamento de Transportes Projeto com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID.</p> <ul style="list-style-type: none"> Avaliação da primeira fase de trabalho do Projeto SIG-T (modelo conceitual) em conformidade com as diretrizes dos termos de referência, compatível com a modelagem conceitual e com o modelo de metadados da Concar – Comissão Nacional de Cartografia.
Faixa de Domínio em BR`s (Convênio)

<p>Processo: 50000.016750/2005-94</p> <ul style="list-style-type: none"> Proposta para Regularização de áreas de Domínio em BR's – Diagnóstico e Termos de Referência para Projeto Piloto. A primeira fase do Programa foi concluída em 30/06/2006. Nela constava a elaboração do Documento Base/Plano de Trabalho, Análise dos Potenciais de Ação Intergovernamental e o Termo de Referência para o Projeto Piloto. A segunda fase, não iniciada, é a realização do projeto Piloto e a terceira fase é o desenvolvimento do Programa de Regularização Fundiária em BRs.
<p>Programa de Melhoria de Segurança e Redução de Acidentes nas Rodovias, Ferrovias e Hidrovias Processo: 50000.011139/2005-70 Convênio: Falta assinar, com a COPPTEC Objetivo: Elaboração de Programa de Melhoria de Segurança e Redução de Acidentes nas Rodovias, Ferrovias e Hidrovias Brasileiras.</p> <ul style="list-style-type: none"> Programa não conveniado nem desenvolvido no ano de 2006.
<p>Plano Nacional de Logística de Transportes - PNLT Processo: 50000.051287/2005 Objetivo: Elaboração de Plano Nacional de Logística e Transportes.</p> <ul style="list-style-type: none"> Descentralização de Crédito ao DEC/Ministério da Defesa, para elaboração do PNLT Discussão de aspectos conceituais, supervisão e acompanhamento técnico do estudo. Elaboração de pareceres e notas técnicas Gestão administrativa das atividades do PNLT
<p>Ações de Transportes em Apoio ao Turismo</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação nas Reuniões Ordinárias e Extraordinárias das Câmaras Temáticas de Regionalização, Segmentação e Infra-estrutura do Ministério do Turismo. Participação no desenvolvimento do Macro Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil.
<p>Rede Governamental de Planejamento e Gestão Territorial Iniciativa do Ministério do Planejamento (Projeto EuroBrasil)</p>
<p>CONAMA – Conselho Nacional do Meio Ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> Representação do Ministério dos Transportes no CONAMA, a partir de setembro/05 Participação nas Reuniões Técnicas
<p>Câmara Temática de Infra-estrutura e Logística do Agronegócio</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação em todas as reuniões da Câmara Temática, do Ministério da Agricultura, desde a sua instalação, na cidade de Belo Horizonte, em 29/09/05.
<p>Comitê das Rotas de Integração da América Do Sul – CRIAS / Processos de Infra-Estrutura Física, de Energia e de Comunicações - PIFEC</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação nas reuniões realizadas
<p>Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional / GTI – Grupo De Trabalho Interministerial – Programas de Desenvolvimento Regional</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação nas reuniões realizadas no corrente ano, promovidas pelo Ministério de Integração Nacional. Acompanhamento da Agenda de Compromissos do Ministério dos Transportes com o GTI.
<p>Pareceres e Notas Técnicas</p> <ul style="list-style-type: none"> Elaboração.
<p>Reuniões Técnicas Internas no Ministério dos Transportes</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação.

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE TRANSPORTES - DPAPT

2006
<p>Plano Nacional de Viação – PNV</p> <ul style="list-style-type: none"> Reuniões para revisão no PL nº. 1.176/95, que Estabelece os Princípios e as Diretrizes para o Sistema Nacional de Viação - SNV; Pleitos de autoridades para inclusão de trechos na Relação Descritiva do Plano Nacional de Viação (Lei 5.917/73).
<p>Relatório de Gestão</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação na elaboração do Relatório de Gestão da SPNT.
<p>BGU – Balanço Geral do União</p> <ul style="list-style-type: none"> Participação na elaboração do BGU, da SPNT.
<p>Parcerias Público – Privadas (BIRD)</p> <ul style="list-style-type: none"> Originalmente (2003/2004) negociado para ser incluído no Programa PACE, com financiamento

<p>do BIRD.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Por questões administrativas do PACE o projeto não se concretizou até meados de 2006. Então, considerando ações paralelas já adotadas no âmbito do Ministério do Planejamento, decidiu-se pela suspensão do projeto original e a negociação, junto ao BIRD, de programas de capacitação de pessoal em termos afins. Novo programa em fase de acertos (desde agosto de 2006, com precisão de realização em 2007/2008).
<p>Monitoramento de Programas de Transportes (BIRD)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Originalmente (2003/2004) negociado para ser incluído no Programa PACE, com financiamento do BIRD. • Por questões administrativas do PACE o projeto não se concretizou até 2005. No final de 2005 o Ministério dos Transportes assinou Convênio com CEFTRU/UnB para desenvolver um estudo sobre Indicadores de Desempenho para Transportes, com o uso de parte significativa dos termos de referência preparados para o Monitoramento Desse forma, a SPNT/MT solicitou o cancelamento do estudo original e demandou a reserva dos recursos, no âmbito do PACE, para uso futuro em outros projetos de interesse do Setor.
<p>Levantamento do Estado da Infra – Estrutura e do Desenvolvimento Tecnológico em 31 Pontos Brasileiros – Levantaportos (FRF/IME)</p> <ul style="list-style-type: none"> • Estudo executado entre dezembro de 2004 e outubro de 2005. Sem atividades (do Convênio 009/2004) em 2006.
<p>Acompanhamento e avaliação do Plano Plurianual 2004-2007, com a Gerência Executiva do Programa de Gestão da Política de Transportes, contendo 25 ações.</p> <p>Acompanhamento e avaliação da implementação de políticas para o transporte multimodal.</p> <p>Acompanhamento e avaliação de políticas para Terminais Rodoviários de Passageiros.</p> <p>Avaliação sobre a implantação do Plano Nacional de Pesagem e sobre o impacto do BI-TREM nas rodovias federais e na infra-estrutura.</p> <p>Participação no Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, em reuniões ordinárias e extraordinárias, e elaboração de pareceres técnicos.</p> <p>Coordenação do Programa “Agenda Portos” e Projeto Piloto de Investimentos – PPI nos Portos de Salvador, Aratu e Santos, e participação nos estudos para os portos da Bahia e de Santos/SP.</p> <p>Participação no Grupo Interministerial do Biodiesel sob a Coordenação da Casa Civil da Presidência da República.</p> <p>Participação no Grupo Técnico GPT-DUTRA para estudar as possibilidades de barateamento do pedágio da Via Dutra.</p> <p>Pareceres e Notas Técnicas sobre o sistema de transportes de passageiros, de cargas, concessões e delegações de rodovias federais.</p>

DEPARTAMENTO DE OUTORGAS – DEOUT

2006
<p>Estudos para Aprimoramento de Outorgas de Rodovias:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Desenvolvimento de atividades voltadas ao estabelecimento de uma Política Federal para concessão de rodovias; ▪ Elaboração da Portaria Ministerial n. 204, de 16/11/2006, disciplinando a apresentação de planos de outorga de infra-estrutura rodoviária;
<p>Parcerias Público-Privadas – PPP:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Participação nos trabalhos de acompanhamento dos Estudos de Viabilidade do Sistema Rodoviário, BR-116 e BR-324, no Estado da Bahia, visando agilizar a análise do Plano de Outorga; ▪ Análise e aprovação da minuta de Edital da PPP MG-050 e segmento da BR-265, objeto do Convênio de Delegação celebrado com o Estado de Minas Gerais.
<p>Regulação e Supervisão das Rodovias Federais Concedidas pelos Estados por meio de Convênios de Delegação:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Elaboração da Portaria Ministerial n. 41, de 16/03/2006, disciplinando procedimentos para a delegação aos Municípios, Estados da Federação e Distrito Federal da administração de rodovias e a exploração de trechos rodoviários ou obras rodoviárias federais;

<ul style="list-style-type: none"> ▪ Publicação da Instrução de Serviço n. 01/2006, de 30/06/2006, disciplinando a análise dos pedidos de delegações de trechos rodoviários federais; ▪ Publicação da Instrução de Serviço n. 02/2006, de 30/06/2006, disciplinando a gestão pelo Ministério dos Transportes dos Convênios de Delegação; ▪ Gestão Administrativa de acompanhamento de 19 (dezenove) Convênios de Delegação celebrados com os Estados, para fins de concessão/exploração de trechos rodoviários federais, totalizando 4.289 Km.
<p>Transporte Rodoviário Interestadual e Internacional de Passageiros:</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Análise de 06 (seis) Planos de Outorgas para licitação contemplando 111 (cento e onze) linhas de transporte interestadual de passageiros; 14 (quatorze) linhas de transporte internacional e 02 (duas) linhas de transporte semi-urbano.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DERIN

2006
<p>Montes Claros/MG e Espinosa/MG Processo: 50000.067501/06-48 Convênio: 002/2006.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convênio entre Ministério dos Transportes e COPETTEC para execução de estudo de viabilidade econômica, financeira e de gestão do trecho Montes Claros/MG e Espinosa/MG.
<p>Associação Brasileira da Indústria Ferroviária Processo: 50000.044677/2005-41</p> <ul style="list-style-type: none"> • Acordo de cooperação técnica n.001/2006. • Acordo de cooperação técnica entre Ministério dos Transportes/BNDES/Ministério das Cidades/CBTU/SIMEFRE e ABIFER para definir as atribuições de cada participante no planejamento e detalhamento das ações necessárias à retomada dos serviços de transporte ferroviário regional de passageiros de caráter regular no País, bem como o projeto e desenvolvimento de material rodante.
<p>Madeira-Mamoré/RO. Processo: 50000.029096/2005-89 Convênio: 001/2006.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convênio entre Ministério dos Transportes e Associação Brasileira de Preservação Ferroviária – ABPF para elaboração do estudo de viabilidade para preservação do Patrimônio e da História Ferroviária da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, através do levantamento da atual situação de suas instalações e equipamentos, vem como propor providências necessárias para recuperação de parte de seu trecho para fins de utilização turística.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DERIN

2006
<p>Matias Barbosa/MG e Barbacena/MG Processo: 50000.008831-2005 Convênio s/n.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Convênio para Descentralização de créditos entre Ministério dos Transportes e OSCIP – Amigos do Trem para elaboração do estudo de viabilidade econômica, financeira e de gestão de transporte ferroviário de passageiros turístico, cultural e eventual no trecho Matias Barbosa/MG e Barbacena/MG. • Relatório final entregue e aprovado.
<p>Fundação Universidade de Brasília. Processo: 50000.067710/2006 Descentralização s/n.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Descentralização de recursos entre o Ministério dos Transportes e Fundação Universidade de Brasília – FUB para a realização de seminário com o objetivo de nortear aos órgãos e autoridades nas diversas esferas de poder, as possibilidades de ações e possíveis parceiros para este empreendimento, bem como discussão sobre a criação do Museu Ferroviário Brasileiro, dentre outros.
<p>Barra Mansa/RJ e Ribeirão Vermelho/MG Processo: 50000.088915/2004-49</p> <ul style="list-style-type: none"> • Primeiro Termo Aditivo ao Convênio n.003/2005 entre o Ministério dos Transportes e Associação Rio-Minas Trem Mineiro para a realização de estudo de viabilidade econômica, financeira e de gestão objetivando a implementação do programa de resgate do transporte ferroviário de passageiros do trecho Barra Mansa/RJ e Ribeirão Vermelho/MG.

<p>Águas Claras/MG Processo: 50000.039637/2005-87</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Projeto Básico e Convênio entre Ministério dos Transportes e Empresa de Transportes e Trânsito de Belo Horizonte S/A – BHTRANS objetivando a execução de estudo de viabilidade para aproveitamento da infra-estrutura ferroviária de trecho do Ramal de Águas Claras para o transporte urbano de passageiros.
<p>Mato Grosso do Sul Processo: 50000.015468/2005-90</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Projeto Básico e Minuta de Convênio entre Ministério dos Transportes e a Agência de Gestão e Integração de Transportes do Estado do Mato Grosso do Sul para a restauração e revitalização do patrimônio histórico ferroviário.
<p>Estado do Piauí Processo: 50600.004010/2005-46</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Projeto Básico e Minuta de Convênio entre Ministério dos Transportes e Fundação Centro de Pesquisa Econômica e Social do Piauí - CEPRO para a realização de estudo de viabilidade econômica, financeira e de gestão, objetivando a implantação do programa de resgate do transporte ferroviário de passageiros do trecho Teresina/Parnaíba.
<p>Museu Histórico Abílio Barreto Processo: 50000.043036/2005-79</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Projeto Básico e Minuta de Convênio entre Ministério dos Transportes e Associação dos Amigos do Museu Histórico Abílio Barreto para elaborar projeto técnico arquitetônico, museográfico e de restauração, bem como para a construção de abrigo, exposição e conservação dos objetos pertencentes à Coleção Transporte do Museu Histórico Abílio Barreto, visando a melhoria do acesso público ao acervo do Museu.
<p>Araguari/MG Processo: 50000.050626/2005-58</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Projeto Básico e Minuta de Convênio entre o Ministério dos Transportes e Prefeitura Municipal de Araguari para elaboração de projeto luminotécnico a fim de realçar e enriquecer as linhas e a beleza do conjunto arquitetônico ferroviário do Palácio dos Ferroviários.

DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DERIN

2006
<p>Formiga/MG e Arcos/MG Processo: 50000.009356/2005-08</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Projeto Básico e Minuta de Convênio entre Ministério dos Transportes e Associação Trem Turístico Formiga Arcos, objetivando a elaboração de estudo de viabilidade econômica, financeira e de gestão, visando à implantação de um transporte ferroviário de passageiros de interesse turístico e social no trecho entre os Municípios de Formiga/MG e Arcos/MG.
<p>Estado de Minas Gerais Processo: 50000.035199/2005-88</p> <ul style="list-style-type: none"> • Minuta de convênio de Cooperação Técnica, a ser celebrado, entre o Ministério dos Transportes e o Governo do Estado de Minas Gerais para o desenvolvimento de ações conjuntas visando à implementação do Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros, no Estado de Minas Gerais, de característica não regular e para o atendimento ao turismo de forma sustentável.
<p>Prefeitura Municipal de Nova Lima/MG Processo: 50000.034984/2005-13</p> <ul style="list-style-type: none"> • Elaboração de Projeto Básico e Minuta de Convênio entre Ministério dos Transportes e Prefeitura municipal de Nova Lima/MG, objetivando a execução de projeto para a reconstrução da Estação Ferroviária do Distrito de Honório Bicalho, visando a revitalização do patrimônio histórico ferroviário, com elaboração de projetos executivos de recuperação arquitetônica.
<p>Palomas/RS a Santana do Livramento/RS. Processo: 50000.003557/2006-74</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proposta de convênio para elaboração do estudo de viabilidade econômica, financeira e de gestão de transporte ferroviário de passageiros com finalidades regional/turísticas/culturais na região que abrange as estações de Palomas, Santana do Livramento/RS e Rivera no Uruguai.
<p>Pirapora/MG a Buritizeiro/MG. Processo: 50000.016860/2005-56</p> <ul style="list-style-type: none"> • Proposta de convênio de cooperação financeira para elaboração de projeto de estudo de

recuperação do Patrimônio Histórico Ponte Marechal Hermes ligando os Municípios de Pirapora/MG a Buritizeiro/MG.
<p>Envio de ofícios a 216 (Duzentos e dezesseis) entidades federativas (Municípios) como parte do Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros – Trens Regionais, a fim de verificar o interesse dos mesmos, na recuperação do seu Patrimônio Ferroviário.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Em todos os processos em que houve solicitação de convênio por parte dos interessados, os mesmos foram encaminhados para a Subsecretaria Administrativa – SAAD, com suas respectivas notas técnicas elaborada pelos técnicos. • Foram respondidas diversas correspondências, sobre o Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros, através de ofícios.
<p>Participação em Grupo de Trabalho:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Compensação Comercial – Off-Set. Sobre coordenação do Ministério da Indústria e Comércio – GT-Off-Set; • Regularização dos terrenos da RFFSA; • Sobre coordenação do Ministério das Cidades – GT - RFFSA; • Participação no GT-TAV, ligação Rio – São Paulo; • Participação no GT – TAD, Ligação Brasília – Goiânia; • Participação na retomada do Convênio MT-BNDES, relativo a implantação dos Trens Regionais.
Participação em diversos seminários sobre políticas de transportes ferroviários.
A Equipe do DERIN desenvolveu trabalhos externos realizando um total de 22 viagens para diversos Estados, dentre elas uma para o exterior (Coréia do Sul) a fim de divulgar o Programa de Resgate do Transporte Ferroviário de Passageiros – Trens Regionais.

DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Nome: Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes – SEGES/SE/MT.

CNPJ (MF): 37.115.342/0001-67.

Natureza Jurídica: Administração Direta.

Vinculação: Ministério dos Transportes.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Edifício Anexo “A”, Ala Leste, 2º andar, Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 311-7465 - Fax (61) 311-7962 - Página na internet: www.transportes.gov.br.

Norma de Criação: Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

Finalidade: A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - coordenar e orientar a implementação de planos, programas e ações destinadas ao desenvolvimento do Sistema Nacional de Viação, necessários à consecução da Política Nacional dos Transportes;

II - acompanhar, avaliar e assegurar a qualidade dos programas, projetos, operações especiais e empreendimentos, consolidando o modelo de gerenciamento por resultados e de otimização dos recursos;

III - estabelecer indicadores econômico-financeiros e de qualidade, objetivando a avaliação dos programas nacionais de transportes;

IV - coordenar sistema de informações gerenciais que permita o acompanhamento do desempenho físico-financeiro e qualitativo dos programas, projetos e ações de transportes;

V - supervisionar atividades institucionais, tecnológicas e de implementação de diretrizes ambientais no setor de transportes; e

VI - interagir com órgãos multisetoriais da Administração Federal, garantindo a uniformização e a integração de procedimentos para a efetiva implementação dos programas, projetos e ações do setor de transportes.

Organização: A Secretaria de Gestão dos Programas de Transportes - SEGES tem a seguinte estrutura:

1. Departamento de Programas de Transportes Terrestres-DEPTT

1.1 Coordenação-Geral de Projetos Especiais- CGPES

2. Departamento de Programas de Transportes Aquaviários-DEPTA

2.1 Coordenação-Geral de Programas- CGPAQ

3. Departamento de Desenvolvimento e Logística - DEDL

1 – ATIVIDADES DESENVOLVIDAS EM 2006

- a) acompanhamento, em conjunto com técnicos do Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR(DNIT), das ações em rodovias e ferrovia integrantes do Projeto Piloto de Investimentos – PPI, verificando as evoluções físicas e financeiras, os resultados alcançados, o acompanhamento e o cumprimento das metas, coletando informações para a tomada de decisões;
- b) participação em Grupo Técnico Interministerial responsável por coordenar, acompanhar e monitorar as ações emergenciais e prioritárias da Agenda Portos e PPI, envolvendo ampliação e recuperação da infra-estrutura portuária, dragagem, derrocamento, construção de instalações fitosanitárias e modernização de acessos rodoviário e ferroviário nos principais portos brasileiros: Itaquí/MA, Salvador/BA, Aratu/BA, Vitória/ES, Rio de Janeiro/RJ, Itaguaí/RJ, Santos/SP, Paranaguá/PR, São Francisco do Sul/SC, Itajaí/SC e Rio Grande/RS;
- c) coleta de informações e elaboração de relatórios gerenciais mensais para o Sistema de Monitoramento de Metas Presidenciais, envolvendo os seguintes assuntos: Ampliação de Capacidade de Rodovias, Manutenção da Malha Rodoviária Federal, Transporte Ferroviário, Implementação dos Processos de Concessão de Rodovias, Ampliação e Melhoria da Infra-Estrutura Portuária – Agenda Portos e Integração Regional Sul Americana;
- d) monitoramento e avaliação das informações contidas no Sistema de Informações Gerenciais e de Planejamento – SIGPLAN, referentes às ações dos 18 programas do Plano Plurianual 2004-2007, envolvendo:
 - verificação da existência das informações da execução física referentes à utilização dos recursos provenientes de restos a pagar de 2005 e do orçamento de 2006;
 - elaboração de relatórios de monitoramento para subsidiar as decisões do Comitê de Coordenação dos Programas do Ministério dos Transportes;
 - elaboração de relatório com análise crítica dos comentários apresentados pela Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos – SPI, do Ministério do Planejamento, sobre a avaliação do PPA - exercício 2005, relatando as medidas saneadoras implementadas em conjunto pela Unidade de Monitoramento e Gestão e pelos Gerentes de Programas.
- e) avaliação e acompanhamento do programa de pavimentação da BR-163/MT/PA, entre Guarantã do Norte/MT e Santarém/PA, envolvendo os projetos de engenharia, o processo de licenciamento ambiental e o monitoramento das obras de pavimentação no trecho Rurópolis – Santarém, no Pará.
- f) implementação de convênio com a Universidade de Brasília – UnB, para desenvolvimento do projeto “Metodologia Integrada de Suporte ao Planejamento, Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Transportes”, visando avaliar e reformular os indicadores de desempenho dos programas constantes do PPA 2004/2007, no âmbito do Ministério dos Transportes, como elemento de auxílio à gestão da política de transportes, envolvendo:

- mapeamento dos processos de formulação, planejamento, acompanhamento e avaliação da política e dos programas nacionais de transportes;
 - diagnóstico dos indicadores dos programas existentes
 - elaboração de glossário com termos técnicos contendo objetivo, finalidade e grupos alvos que atuam no setor transportes;
 - definição de critério de seleção dos indicadores;
 - seleção de indicadores com base em experiência nacional e internacional;
- g) exame das informações dos Estados e do Distrito Federal para utilização dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico – CIDE, referentes às obras ou serviços em rodovias, ferrovias, hidrovias, portos, aeroportos e transporte multimodal, envolvendo:
- análise de 27 relatórios contendo os demonstrativos da execução orçamentária e financeira dos respectivos Programas de Trabalho e o saldo das contas vinculadas, no ano de 2005 dos recursos distribuídos pela União às Unidades da Federação, num total de 771 ações;
 - análise de relatórios com os demonstrativos da execução orçamentária e financeira parcial dos recursos recebidos e publicação de 28 alterações de Programas de Trabalho da CIDE 2006, dos Estados e do Distrito Federal, num total de 1.082 ações;
 - análise e publicação dos 27 Programas de Trabalho de infra-estrutura de transportes para o ano de 2007, elaborados pelos Estados e pelo Distrito Federal num total de 523 ações.
- h) elaboração de portaria ministerial instituindo critérios básicos, definições, procedimentos e prazos para o envio, pelas Unidades da Federação ao DNIT, de informações referentes ao cálculo da extensão da malha viária pavimentada, a ser utilizada no cálculo dos coeficientes da partilha dos recursos da CIDE.
- i) esclarecimento de dúvidas e prestação de informações sobre a utilização dos recursos da CIDE pelas Unidades da Federação e Municípios;
- j) coordenação das ações de implementação das normas internacionais de segurança estabelecidas no “Internacional Ship and Port Facility Security Code – ISPS Code”, nos seguintes portos: Belém, Santarém, Vila do Conde, Itaquí, Fortaleza, Natal, Areia Branca, Salvador, Aratu, Ilhéus, Vitória, Rio de Janeiro, Itaguaí, Santos, Paranaguá, Itajaí e Rio Grande.
- k) elaboração de projeto básico para o desenvolvimento do protótipo de sistema informatizado de monitoramento e controle das movimentações portuárias em tempo real – SISPORTOS;
- l) desenvolvimento do Sistema de Gestão das Ações em Transportes – SIGAT, sistema informatizado que objetiva o acompanhamento da execução física, orçamentária e financeira das ações de investimento desenvolvidas no Ministério dos Transportes;
- m) coleta, sistematização e elaboração de palestras e informações sobre transportes, para uso dos dirigentes do setor.

- n) participação na concepção e no acompanhamento da implementação do Programa Emergencial de Trafegabilidade e Segurança nas Estradas – PETSE;
- o) participação em Comissões, Grupos de Trabalho, Comitês e Fóruns:
- Comissão Executiva Interministerial para implantação das ações direcionadas à produção e ao uso de óleo vegetal – biodiesel, como fonte alternativa de energia.
 - Comitê Nacional de Atenção às urgências, do Ministério da Saúde.
 - Organização e apresentação de palestra no Seminário “Parcerias Público-Privadas – Lições Portuguesas para o Brasil”, promovido pelo Projeto EuroBrasil 2000.
 - Apresentação de palestra sobre “Parcerias Público-Privadas” em Seminário promovido pelo Fórum Rodoviário Nacional.
 - Apresentação de palestra sobre “Parcerias Público-Privadas” em Seminário promovido pelo Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – CONFEA.
 - Apresentação de palestra sobre “A Política do Ministério dos Transportes” na Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica.

DADOS GERAIS DA UNIDADE JURISDICIONADA

Nome: Secretaria de Fomento para Ações de Transportes – SFAT/SE/MT.

CNPJ (MF): 37.115.342/0001-67.

Natureza Jurídica: Administração Direta.

Vinculação: Ministério dos Transportes.

Endereço: Esplanada dos Ministérios, Bloco “R”, Edifício Anexo, Ala Oeste, 2º andar, Sala 201, Brasília – DF – CEP: 70044-900 – Telefone (61) 3311-7739 - Fax (61) 3311-7819 - Página na internet: www.transportes.gov.br.

Norma de Criação: Decreto nº 4.721, de 05 de junho de 2003 e Portaria nº 399, de 14 de julho de 2004.

Finalidade: A Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, conforme estabelece o Regimento Interno aprovado pela Portaria GM nº 399/2004, de 14/07/2004, publicada no Diário Oficial da União em 15/07/2004, tem por finalidade:

I - elaborar e supervisionar a implantação das políticas e diretrizes para a captação de recursos;

II - coordenar, supervisionar e viabilizar a execução das atividades relacionadas com o Sistema Federal de Financiamentos Internacionais no âmbito do Ministério;

III - promover a articulação com o Órgão Central do Sistema Federal de Financiamentos Externos;

IV - planejar e coordenar a efetivação da arrecadação e aplicação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante- AFRMM, e das demais receitas do Fundo da Marinha Mercante- FMM;

V - articular-se com a Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, com vistas a estabelecer intercâmbio permanente das informações requeridas ao funcionamento do Sistema de Controle da Arrecadação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante;

VI - assistir, técnica e administrativamente, à Comissão Diretora do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM;

VII - planejar, coordenar e supervisionar as aplicações dos recursos do FMM e do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - FNIT; e

VIII - articular com os órgãos federais, estaduais e municipais quanto a utilização do FNIT.

Organização: A Secretaria de Fomento para Ações de Transportes - SFAT tem a seguinte estrutura:

1 - Departamento do Fundo da Marinha Mercante -DEFMM

1.1 - Coordenação-Geral de Projetos - CGPRO

- 1.1.1 - Divisão de Análise e Acompanhamento - DIAAC
 - 1.1.1.1 - Serviço de Análise de Pedidos de Financiamentos-SEAPF
 - 1.1.2 - Divisão de Estudos e Planejamento - DIESP
 - 1.1.2.1 - Serviço de Estudo e Legislação - SEELE
 - 1.2 - Coordenação-Geral de Programação e Controle - CGPCO
 - 1.2.1 - Coordenação de Atividades Administrativas-COAAD
 - 1.2.1.1 - Divisão de Programação Financeira - DIPFI
 - 1.2.1.1.1 - Serviço de Execução Financeira - SEEFI
 - 1.2.1.2 - Divisão de Controle e Normas - DICON
 - 1.2.1.2.1 - Serviço de Compras e Contratos- SECON
 - 1.2.1.2.2 - Serviço de Acompanhamento de Contratos - SEACO
 - 1.3 - Coordenação-Geral do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante - CGAMM
 - 1.3.1 - Divisão de Suporte Tecnológico - DISUT
 - 1.3.1.1 - Serviço de Qualidade e Produtividade - SEQUA
 - 1.3.1.2 - Serviço de Atendimento Operacional - SEATO
 - 1.3.2 - Divisão de Controle de Arrecadação - DICAR
 - 1.3.2.1 - Serviço de Rateio e Ressarcimento - SRRE
 - 1.3.2.2 - Serviço de Restituição e Transferência- SRTR
- 2. - Departamento do Fundo Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DEFIT
 - 2.1 - Coordenação-Geral de Captação de Recursos - CGCAP
 - 2.1.1 - Coordenação de Recursos Internos - CORIT
 - 2.1.1.1 - Divisão de Captação de Recursos Internos - DICRI
 - 2.1.2 - Coordenação de Recursos Externos - COREX
 - 2.1.2.1 - Divisão de Captação de Recursos Externos - DICRE
 - 2.2 - Coordenação-Geral de Análise Técnica - CGATE
 - 2.2.1 - Divisão de Análise de Solicitações de Recursos -DISOR
 - 2.2.2 - Divisão de Análise de Fontes de Recursos - DIFOR
 - 2.3 - Coordenação-Geral de Convênios - CGCON
 - 2.3.1 - Divisão de Execução e Acompanhamento de Convênios- DIACON

1 - INTRODUÇÃO

O presente Relatório apresenta as atividades da Secretaria de Fomento para Ações de Transportes, no exercício de 2006.

2 - DESCRIÇÃO DOS OBJETIVOS E METAS

A construção naval brasileira representa uma das principais apostas do atual governo, o qual já disponibiliza à sociedade os primeiros resultados do seu Programa de Modernização e Expansão da Frota das Empresas Brasileiras de Navegação, calcada no estímulo ao investimento e nos modernos mecanismos que facilitem a ação de investidores e usuários de embarcações para a Marinha Mercante do Brasil.

O instrumento mais importante para o resgate da indústria naval disponível é o Fundo da Marinha Mercante - FMM, fundo este de natureza contábil, destinado a prover recursos voltados ao apoio do desenvolvimento da Marinha Mercante e da Indústria de Construção e Reparação Naval brasileiras, administrado pelo Ministério dos Transportes, por intermédio do Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, tendo como agentes financeiros o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Oficiais Federais (Banco do Nordeste, Banco do Brasil e Banco da Amazônia).

Podemos destacar como principais objetivos do FMM:

- Dotar a armação brasileira dos meios necessários para o escoamento rentável de bens industriais e agrícolas;
- Contribuir para o aumento do Produto Interno Bruto - PIB do país;
- Reduzir o déficit no balanço externo de serviços por meio da substituição de navios estrangeiros afretados por nacionais;
- Geração de emprego e renda nas atividades de Marinha Mercante e de construção e reparação naval.

No que tange a gestão da SFAT, no exercício de 2006, foram realizadas importantes atividades relacionadas com sua área de atuação, tendo como principal atividade o fomento, dentre elas podemos citar:

- Continuidade na realização de estudos visando o aperfeiçoamento da legislação do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante -AFRMM e do Fundo da Marinha Mercante - FMM;
- Acompanhamento da tramitação da Medida Provisória nº 321, de 12.09.2006, posteriormente convertida na Lei nº 11.434, de 28.12.2006, cuidando de alterações na Lei nº 10.893, de 13.07.2004 e da Lei nº 9.432, de 08 de janeiro de 1997, com encaminhamento de notas técnicas à Secretaria-Executiva e à Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro;
- Participação e realização de 6 (seis) Reuniões Ordinárias pelo Conselho Diretor do Fundo da Marinha Mercante - CDFMM, criado pela Lei nº 10.893/2004, regulamentado pelo Decreto nº 5.269/2004, resultando na concessão de prioridade a 197 projetos, representando um investimento total de US\$ 2.745.806.300,20 em recursos do FMM para financiamento;
- Participação da equipe que trabalha na elaboração de um programa direcionado ao transporte de passageiros, para a região norte e nordeste do país, cujas embarcações serão financiadas com recursos do FMM;
- Acompanhamento da tramitação da Medida Provisória nº 340, de 29.12.2006, cuidando da prorrogação do prazo de vigência da não-incidência do AFRMM sobre os fretes das mercadorias com origem ou destino nas Regiões Norte e Nordeste do País, com encaminhamento de notas técnicas à Secretaria-Executiva, à Assessoria Parlamentar do Gabinete do Ministro, bem assim participação de reuniões na Casa Civil da Presidência da República;
- Participação na análise e na elaboração do 1º Termo Aditivo ao Convênio nº 04/2005/MT celebrado entre a União Federal, por intermédio do Ministério dos Transportes e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, visando a adequada aplicação dos recursos do Fundo da Marinha Mercante;
- Análise e emissão de notas técnicas relativas aos documentos gerados nas reuniões realizadas com o Banco do Brasil, visando a definição dos termos finais do Convenio firmado entre o Ministério dos Transportes e aquele Banco, relativo à sua atuação como Agente Financeiro do FMM;

- Representação do Ministério dos Transportes no Grupo de Trabalho - Acessibilidade do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - INMETRO;
- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Turismo;
- Participação em Comissões, Grupos de Trabalho e Comitês:
 - Comissão Interministerial para os Recursos do Mar - CIRM, junto à Marinha do Brasil;
 - Programa de Mentalidade Marítima, junto à Comissão Interministerial para os Recursos do Mar da Marinha do Brasil;
 - Conselho Fiscal da Companhia Docas de Santos - CODESP;
 - Conselho Fiscal da Companhia Docas do Rio Grande do Norte - CODERN (suplente);
 - Conselho Fiscal da Companhia Docas de Santos - CODESP Conselho Fiscal da Companhia Docas do Espírito Santo - CODESA.

No que concerne à área de **Captção de Recursos**, esta Secretaria, por meio de sua Coordenação - Geral de Captação de Recursos, desenvolveu, no ano de 2006, dentre outras, as seguintes atividades:

- Acompanhamento das atividades desenvolvidas no âmbito do Programa de Apoio à Agenda de Crescimento Econômico Equitativo e Sustentável - PACE, objeto do Acordo de Empréstimo 7253-BR, de 04.10.2005, firmado com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, em coordenação com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ, Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT e Secretarias do MT;
- Acompanhamento das providências necessárias a assinatura de Contrato de Empréstimo junto ao Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, objetivando a implantação do Programa de Redução dos Custos Logísticos - "SWAp Transportes" (ora denominado Projeto Transporte Rodoviário - PREMEF), em coordenação com o Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT e Secretarias do MT. O Contrato de Empréstimo proposto encontra-se em análise na Comissão de Assuntos Econômicos - CAE, do Senado Federal;
- Retomada das negociações com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para o financiamento parcial do Programa de Ampliação da Capacidade e Modernização da Ligação Rodoviária entre Florianópolis/SC e Osório/RS - BR 101 e acompanhamento, junto ao Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT, das ações necessárias para possibilitar a assinatura da operação de crédito junto àquele Banco;
- Acompanhamento das providências necessárias ao encerramento dos Contratos de Empréstimo firmados junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID para os projetos de restauração e ampliação de capacidade das rodovias Fernão Dias e São Paulo - Curitiba - Florianópolis (Corredor do MERCOSUL);

- Acompanhamento das providências necessárias ao encerramento das atividades do Projeto de Restauração e Descentralização de Rodovias Federais, objeto de contratos de empréstimos firmados junto ao BIRD e ao BID;
- Acompanhamento do processo de descentralização de rodovias federais autorizado pela Medida Provisória nº 82, de 07 de dezembro de 2002, com a elaboração de nova proposta de financiamento para a restauração da malha transferida, condicionada ao seu recebimento, pelos Estados, mediante prévia aprovação, pelas respectivas Assembléias Legislativas Estaduais, de legislação autorizativa;
- Revisão e atualização de proposta de Substitutivo ao Projeto de Lei referente ao Sistema Nacional de Viação, com a elaboração dos anexos descritivos dos sistemas rodoviário, ferroviário, aquaviário e de portos;
- Acompanhamento das ações necessárias para a implantação do Sistema de Informação para Planejamento de Transporte Regional - SIG T, mediante doação do Japan Trust for Consultancy Services, intermediada pelo BID;
- Entendimentos com a Agência Norte Americana para o Comércio e Desenvolvimento - USTDA para a doação de recursos visando a elaboração do estudo "Controle Integrado da Cadeia Logística Portuária por Meio Eletrônico - CICLOPE";
- Entendimentos com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID visando o desenvolvimento de cooperação técnica e/ou financeira, através do Fundo de Preparação de Projetos de Infra-estrutura - INFRAFUNDO, para a elaboração de estudos de viabilidade técnica, econômica e ambiental do Projeto Barnabé - Bagres, no porto de Santos.

Em relação às principais atividades realizadas no ano de 2006 pelo **Departamento do Fundo Nacional de Infra-estrutura de Transportes - DEFIT**, órgão integrante da estrutura desta Secretaria de Fomento, podemos relacionar:

- Acompanhamento de diversas atividades relacionadas com as vias navegáveis interiores, desenvolvidas pela Diretoria de Infra-estrutura Aquaviária - DAQ, bem como na elaboração de Programas e Ações para as vias navegáveis;
- Acompanhamento, como Gerencia Executiva em apoio ao Gerente de Programa, Secretário de Fomento para Ações de Transportes - SFAT, do Programa Navegação Interior - 0228, constante do Plano Plurianual 2004-2007;
- Participação nos Grupos de Trabalho Interministerial criados no âmbito da Casa Civil, para o rio Taquari, o rio Madeira e da Ilha do Marajó;
- Presidência do Grupo de Trabalho criado pela Portaria Ministerial nº. 132, de 20 de junho de 2006, para estudar e propor alterações na Lei nº 8.630/1993 ou apresentar projetos de novos instrumentos legais e/ou infralegais para estabelecer arcabouço institucional próprio aos portos que servem a navegação fluvial;
- Elaboração e atualização do Mapa dos Principais Rios Navegáveis Brasileiros, disponibilizados no site do Ministério dos Transportes;
- Colaboração e elaboração das principais vias navegáveis a serem incluídas no Projeto de Lei do Sistema Nacional de Viação, assim como nas definições que

deverão constar no PL, em elaboração por Grupo de Trabalho no Ministério dos Transportes;

- Colaboração com a Secretaria de Política Nacional de Transportes - SPNT e a Coordenação no Plano Nacional de Logística de Transportes - PNLT em elaboração em cooperação com o CENTRAN, na elaboração de sugestões de caráter institucional e na definição das ações a serem consideradas para as vias navegáveis;
- Representação do Ministério dos Transportes no Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, com participação nas Câmaras Técnicas de Análise de Projetos, Regulação e Procedimentos de Outorga, do Plano Nacional de Recursos Hídricos e de Recursos Transfronteiriços, com ênfase na participação da formulação do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH;
- Representação do Ministério dos Transportes no Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraná-Paraguai, e demais Grupos Técnicos que o compõem, sob a égide do Acordo para Navegação Fluvial da Hidrovia, firmado entre os cinco países da Bacia do Prata;
- Representação do Ministério dos Transportes, como suplente, nas reuniões e atividades do Grupo Interministerial para a International Maritime Organization - IMO;
- Representação do Ministério dos Transportes como membro, nas reuniões e atividades da Comissão Interamericana de Portos da Organização dos Estados Americanos, sempre e quando autorizado a participar nas reuniões;
- Participação e acompanhamento, inclusive de reuniões gerais de coordenação, das atividades do DNIT relacionadas às vias navegáveis interiores e das Administrações Hidroviárias;
- Análise e pronunciamento sobre pleitos diversos de naturezas públicas e privadas nas hidrovias do Tietê-Paraná, São Francisco, Tocantins-Araguaia, Madeira e Parnaíba, entre outras;
- Participação em Reuniões, Seminários e Congressos, representando o Ministério dos Transportes, inclusive a elaboração e a apresentação de palestras e conferências e coordenação de Mesas e Debates;
- Atuação do Diretor, a convite da Permanente International Association of Navigation Congresses - PIANC, como representante do Brasil, no grupo de trabalho WG-29 - Innovations in Lock Design, como parte da Inland navigation Commission - In Com.

O outro Departamento integrante da estrutura desta Secretaria de Fomento é o **Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM**, sendo que por força da Norma de Execução nº 1, de 05 de janeiro de 2006, o FMM torna-se unidade consolidadora das contas do Departamento do Fundo da Marinha Mercante - DEFMM e da Coordenação Geral do Fundo da Marinha Mercante, razão esta pela qual cabe àquele Departamento apresentar, em apartado, as contas da unidade.

Ainda assim, entendemos relevante destacar algumas das principais realizações daquele Departamento, verificadas no ano de 2006, o qual continuou a empreender suas ações voltadas no desenvolvimento da marinha mercante e da indústria de

construção e reparação naval brasileiras, por meio de financiamentos para investimentos na modernização da frota mercante.

Quanto às ações referentes ao financiamento de embarcações para a Marinha Mercante foram comprometidos R\$ 845.213.453,95 que corresponde à 92,96% dos recursos previstos no orçamento de 2006, permitindo investimentos na modernização da frota mercante, nos segmentos de navegação interior, cabotagem, longo curso, apoio marítimo e apoio portuário.

Nos segmentos de navegação de apoio marítimo e de apoio portuário foram realizadas liberações para obras de construção em estaleiros localizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina e Amazonas, abrangendo a construção de 27 (vinte e sete) embarcações.

No segmento de navegação de cabotagem foram realizadas liberações para obras em construção em estaleiros localizados no Rio de Janeiro, abrangendo a construção de 4 (quatro) embarcações.

Nos segmentos de navegação interior fluvial e interior de travessia foram realizadas liberações para obras em construção em estaleiros localizados no Amazonas, Pará e Rio de Janeiro, abrangendo a construção de 12 (doze) embarcações.

Durante o ano de 2006 foram assinados 15 (quinze) contratos que originaram a construção de 27 (vinte e sete) embarcações, sendo 1 (uma) para o Programa PROFROTA Pesqueira, a jumborização de 4 (quatro) embarcação, a suplementação financeira para 5 (cinco) embarcações, o financiamento à produção para 3 (três) embarcações e a construção de 1 (um) estaleiro, com financiamentos do FMM que totalizam US\$ 418,8 milhões, que corresponde aproximadamente R\$ 921,3 milhões.

No exercício foram concluídas as obras de 20 (vinte) embarcações, 2 (duas) jumborizações, 1 (uma) embarcação de pesca e 2 (dois) pontões.

Quanto às ações referentes ao Financiamento Complementar de Incentivo à Produção Naval foram comprometidos somente R\$ 84.635.654,00 que corresponde à 17,58% dos recursos previstos no orçamento de 2006, permitindo investimentos na construção e modernização de estaleiros nacionais.

Nos segmentos da indústria de construção e reparação naval foram liberados recursos para a construção do Estaleiro Navship, situado na cidade de Navegantes, Estado de Santa Catarina.

Quanto ao programa PROFROTA Pesqueira, instituído pela Lei nº 10.849/2004, ocorreu a 1ª liberação do programa para a construção da embarcação de pesca do tipo atuneiro, em favor da Sra. Maria de Fátima no valor de R\$ 2.476.323,00 que corresponde à 2,48% dos recursos previstos no orçamento de 2006.

No exercício foram arrecadados R\$ 936.250.753,97 provenientes do Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM e R\$ 10.721.680,00, provenientes da Taxa de Utilização do Mercante.

CONCLUSÃO DO RELATÓRIO

Este Relatório de Gestão, relativo ao exercício de 2006, retrata as atividades desenvolvidas e as ações executadas pelo Ministério dos Transportes, sob a supervisão e competência da Secretaria-Executiva, conforme descrito ao longo desta peça.

Em síntese, a atuação ministerial buscou incrementar a oferta de infra-estrutura adequada à circulação de bens e pessoas, como resposta à crescente demanda dos usuários, em decorrência da expansão econômica do País, expressa pelo incremento do Produto Interno Bruto – PIB, sem descuidar-se com temas como, por exemplo, reestruturação administrativa, inclusão social e meio ambiente.

Não obstante as dificuldades enfrentadas, descritas neste relatório, é lícito afirmar que a maior parte do objetivo traçado foi alcançado.

Há que dar continuidade a esse processo, cujo componente principal é a manutenção e – se possível – a ampliação do nível de investimentos no setor.

Miguel Mário Bianco Masella
Secretário-Executivo

Estevam Pedrosa
Subsecretário de Assuntos Administrativos

Heraldo Cosentino
Subsecretário de Planejamento e
Orçamento

José Augusto da Fonseca Valente
Secretário de Política Nacional de
Transportes

Pedro da Costa Carvalho
Secretário de Gestão de Programas de
Transportes

Luiz César Brandão Maia
Secretário de Fomento para Ações de Transportes, Substituto